



**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
CAIXA DE FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO DA AERONÁUTICA**



**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2019**

RIO DE JANEIRO – 2020



**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
CAIXA DE FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO DA AERONÁUTICA**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2019**

Relatório de Gestão do exercício de 2019 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Autarquia está obrigada, nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal. Elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 178/2019, da Portaria TCU nº 378/2019, e das orientações contidas no Sistema de Prestação de Contas (e-Contas).

RIO DE JANEIRO – MARÇO DE 2020

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

AFA – Academia da Força Aérea
AUDIFISC – Sistema de Auditoria de Fiscalização
A3P – Agenda Ambiental na Administração Pública
CEF – Caixa Econômica Federal
CENCIAR – Centro de Controle Interno da Aeronáutica
CFIAe – Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica
COMAER – Comando da Aeronáutica
COMGEP – Comando-Geral do Pessoal
DBR – Declaração de Bens e Rendas
DIRINFRA – Diretoria de Infraestrutura da Aeronáutica
EEAR – Escola de Especialistas de Aeronáutica
FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais
ITBI – Imposto de Transmissão de Bens Imóveis
LAI – Lei de Acesso a Informação
MCA – Manual do Comando da Aeronáutica
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MPA – Macroprocesso de Apoio
MPF – Macroprocesso Finalístico
PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PEMAER – Plano Estratégico Militar da Aeronáutica
PLS – Plano de Gestão de Logística Sustentável
PTA – Programa de Trabalho Anual
RDAER – Regulamento Disciplinar da Aeronáutica
RGI – Registro-Geral de Imóveis
SCCI – Sistema de Controle de Crédito Imobiliário
SEFA – Secretaria de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica
SFH – Sistema Financeiro de Habitação
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira
SIG – Sistema de Informações Gerenciais
SISAC – Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões
SNHIS – Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social
SOF – Secretaria do Orçamento Federal
SPU – Sistema do Patrimônio da União
STN – Secretaria do Tesouro Nacional
TCU – Tribunal de Contas da União
TI – Tecnologia da Informação

LISTA DE TABELAS, QUADROS, GRÁFICOS E FIGURAS

Figura 1.3 – Valores	11
Figura 1.5 – Organograma	12
Quadro A.1.5 – Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas	13
Quadro A.1.7 – Macroprocessos Finalísticos.....	15
Figura 1.7.1 – Fluxograma Produção de Unidades Habitacionais – MPF 01	15
Figura 1.7.2 – Fluxograma Empréstimos para Pequenas Reformas – MPF 02.....	16
Figura 1.7.3 – Fluxograma Financiamento Imobiliário – MPF 03	16
Figura 1.7.4 – Fluxograma Manutenção da Solidez Econ.-Financ. – MPF 04.....	17
Quadro A.1.8 – Macroprocessos de Apoio	17
Figura 1.8.1 – Fluxograma Sistema de Informações Gerenciais – MPA 01	18
Figura 1.8.2 – Fluxograma Sistema de Controle de Crédito Imobiliário – MPA 02	18
Tabela II – Previsões de Lançamentos	23
Figura 2.2.1 – Sistema de Governança da CFIAe	27
Figura 3 - Estrutura de Governança, Integridade, Riscos e Controles da CFIAe.....	32
Quadro A.4.1.1 – Indicador de Desempenho (Periodicidade: Anual)	33
Quadro A. 4.1.1.1 – Indicador Financeiro – Patrimônio Líquido.....	33
Quadro A. 4.1.1.2 – Indicador Financeiro – Inadimplência	33
Quadro A. 4.1.1.3 – Indicador Financeiro – Empréstimos para Pequenas Reformas	34
Figura 4.1.1 – Fluxograma de Produção de Unidades Habitacionais.....	34
Quadro A. 4.1.2 – Indicadores de Produção de Unidades Habitacionais (Periodicidade: Anual)	35
Quadro A.4.1.2.1 – Empreendimento Residencial Solar do Bosque – 180 unid. habit. – Sulacap – RJ	35
Quadro A.4.1.2.2 - Empreendimento Residencial Rio Mar – 245 unid. Habit. – Belém – PA.....	36
Quadro A.4.1.2.3 – Empreendimento Residencial Moradas do Sol – 120 unid. Habit. – Fortaleza – CE.....	36
Quadro A.4.1.2.4 Empreendimento Reserva do Pampa - 160 unid. Habit. (duas fases) – Canoas – RS	37
Quadro A.4.1.2.5 Santa Maria - DF – Terreno.....	37
Quadro A.4.1.2.6 – Caxias – RJ – Lotes.....	38
Quadro A.4.1.2.7 – Santa Cruz – RJ – Terreno	38
Quadro A.5.1.1 – Financiamento Imobiliário para o Pessoal da Aeronáutica.....	39
Quadro A. 5.1.1.2 – Auxílio-Funeral e Natalidade de Civis.....	40
Quadro A.5.1.1.3 – Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Interna.....	41
Quadro A. 5.1.1.4 – Reserva de Contingência	42
Quadro A. 5.1.1.5 – Contribuições da União para o Custeio do Regime de Previdência Serv. Públicos Federais .43	
Quadro A. 5.1.1.6 – Administração da Unidade.....	44
Quadro A. 5.1.1.7 – Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares.....	45
Quadro A. 5.1.1.8 – Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares.....	46
Quadro A. 5.1.1.9 – Pagamento do Pessoal Ativo da União	47
Tabela III - Situação Econômico-Financeira.....	49
Figura 5.1.3 – Evolução Patrimonial X Dívida da CFIAe	49
Quadro A.5.1.4 – Despesas por Modalidade de Contratação.....	50
Quadro A. 5.1.4.2.1 – Despesas com Publicidade	50
Quadro A.5.1.4.3.1 – Concessão de Suprimento de Fundos	51
Quadro A. 5.1.4.3.2 – Utilização de Suprimento de Fundos.....	51

Quadro A. 5.1.4.3.3 – Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos no Exercício de Referência	51
Quadro A. 5.2.1.1 – Força de Trabalho da CFIAe	52
Gráfico A 5.2.1.2 Distribuição da Lotação Efetiva.....	52
Quadro A. 5.2.1.3 Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da CFIAe.....	53
Gráfico A. 5.2.1.4 – Servidores por Nível de Escolaridade.....	53
Quadro A. 5.2.1.5 – Previsão de Aposentadoria do Quadro de Servidores da CFIAe.....	54
Gráfico A. 5.2.1.6 – Servidores por Faixa Etária	54
Gráfico A. 5.2.1.7 – Servidores por Etnia	55
Gráfico A. 5.2.1.8 – Servidores por Gênero	55
Quadro A. 5.2.2.1 – Indicadores de Recursos Humanos – Absenteísmo	56
Quadro A. 5.2.2.2 – Indicadores de Recursos Humanos – Acidente de Trabalho.....	56
Quadro A. 5.2.2.3 - Qualificação e Capacitação da Força de Trabalho	57
Quadro A. 5.2.2.4 – Indicadores de Recursos Humanos – Qualificação	58
Quadro A. 5.2.2.5 – Indicadores de Recursos Humanos – Rotatividade de Pessoal.....	58
Quadro A. 5.2.3.1.1 – Contratos de Prestação de Serviços não Abrangidos pelo Plano de Cargos da Unidade.....	59
Quadro A. 5.2.3.1.2 Composição do Quadro de Estagiários	59
Quadro A.5.4.1– Contratos na Área de Tecnologia da Informação em 2019	61
Quadro A.5.5.1 – Despesas em 2019 – Geral.....	63
Figura A.5.5.1 – Apuração de Custos em 2019 por Setor da Autarquia	63
Quadro A.6.2 – Mapa Patrimonial – Depreciação	65
Tabela I – Situação dos Empreendimentos	68
Quadro A8.2– Despesas do Pessoal.....	72
Quadro A.8.3 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa	73
Quadro A.8.4.1 – Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei nº 4.320/64 e Notas Explicativas.....	76
Quadro A.8.4.2 – Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei nº 4.320/64 e Notas Explicativas.....	77
Quadro A.8.4.2 – Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei nº 4.320/64 e Notas Explicativas.....	78
Quadro A.8.4.2 – Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei nº 4.320/64 e Notas Explicativas.....	79
Quadro A.8.4.3 – Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei nº 4.320/64 e Notas Explicativas.....	80
Quadro A.8.4.3 – Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei nº 4.320/64 e Notas Explicativas.....	80
Quadro A.8.4.4 – Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei nº 4.320/64 e Notas Explicativas.....	82
Quadro A.8.4.4 – Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei nº 4.320/64 e Notas Explicativas.....	83
Quadro A.8.4.4 – Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei nº 4.320/64 e Notas Explicativas.....	84
Quadro A.8.4.5 – Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei nº 4.320/64 e Notas Explicativas.....	85
Quadro A.8.4.6 – Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei nº 4.320/64 e Notas Explicativas.....	86
Quadro A.8.4.6 – Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei nº 4.320/64 e Notas Explicativas.....	87
Quadro A.8.4.6 – Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei nº 4.320/64 e Notas Explicativas.....	88
Quadro A.8.4.7 - Notas Explicativas-Balanco Patrimonial	89
Quadro A.9.4.1 - Declaração sobre a Integridade e Completude dos Registros de Atos no SISAC	101
Quadro A.9.4.2 - Declaração do Responsável pelo Gerenciamento da Entrega das DBR dos Servidores	102
Quadro A.9.4.3– Declaração de integridade das Informações do Orçamento Federal Anual no SIOP	102
Quadro A.9.4.5.1 - Declaração do Contador Afirmativa da Fidedignidade das Demonstrações Contábeis.....	103

LISTA DE ANEXOS E APÊNDICES

8.1. Situação dos Empreendimentos	68
8.2. Despesas com Pessoal.....	72
8.3. Despesas por Grupo e Elemento de Despesa.....	73
8.4. Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei nº 4.320/64 e Notas Explicativas	75
8.4.1 – Notas Explicativas	75

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES.....	3
LISTA DE TABELAS, QUADROS, GRÁFICOS E FIGURAS	4
LISTA DE ANEXOS E APÊNDICES	6
APRESENTAÇÃO.....	9
1 VISÃO GERAL DA ORGANIZAÇÃO E AMBIENTE DE ATUAÇÃO.....	11
1.4 Normas e Regulamento de Criação, Funcionamento da CFIAe - Breve Histórico	11
1.5 Organograma	12
1.6 Ambiente de Atuação	13
1.7 Macroprocessos Finalísticos.....	15
1.8 Macroprocessos de Apoio	17
1.9 Principais Parceiros	19
2 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA.....	19
2.1. Planejamento Estratégico	19
2.1.1 Descrição Sintética dos Objetivos do Exercício.....	19
2.1.2 Estratégia de atuação frente aos objetivos estratégicos	20
2.1.3 Tratamento dos riscos envolvidos nos objetivos estratégicos	21
2.1.4. Estágio de Implementação do Planejamento Estratégico	22
2.1.5 Vinculação dos Planos da Unidade com as Competências Institucionais e outros Planos	25
2.1.6 Formas e Instrumentos de Monitoramento da Execução e Resultados dos Planos	25
2.2 Governança	26
2.2.1 Descrição do Sistema de Governança	26
2.2.2 Informações sobre Dirigentes e Colegiados	27
2.2.3 Atuação da Unidade de Auditoria Interna	28
2.2.4 Atividades de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos.....	29
2.2.5 Relacionamento com a Sociedade	29
3. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	31
4 RESULTADOS DA GESTÃO E DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	32
4.1 Resultados alcançados frente aos objetivos estratégicos - Desempenho Operacional.....	32
4.1.1 Apresentação e Análise de Indicadores de Desempenho.....	32
5 ALOCAÇÃO DE RECURSOS DA GESTÃO	39
5.1 Gestão Orçamentária e Financeira.....	39
5.1.1 Acompanhamento orçamentário durante o exercício	48
5.1.2. Acompanhamento de Receitas e Despesas da CFIAe durante o exercício	48
5.1.3 Evolução Patrimonial	48
5.1.4 Informações sobre a Execução das Despesas - Modalidade de Contratação.....	50
5.1.5 Fatores Intervenientes na Gestão Orçamentária e Financeira.....	51
5.2 Gestão de Pessoas.....	52
5.2.1 Distribuição da Força de Trabalho	52
5.2.2 Indicadores de Recursos Humanos.....	56
5.2.3 Demonstrativo das Despesas com Pessoal	59
5.2.4 Gestão de Riscos Relacionados ao Pessoal	60
5.3 Gestão do Patrimônio e Infraestrutura.....	60

5.3.1. Gestão do Patrimônio Imobiliário da União.....	60
5.4 Gestão da Tecnologia da Informação	61
5.4.1. Principais Sistemas de Informações	61
5.4.2 Informações sobre o Plano Estratégico e Diretor de Tecnologia da Informação.....	62
5.5 Gestão de Custos	62
5.5.1 Sistemática de Apuração de Custos no âmbito da CFIAe	62
5.6. Sustentabilidade Ambiental.....	63
5.6.1 Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental	63
6. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Notas Explicativas (Lei nº 4.320/64)	64
6.1 Demonstração da Conformidade do Cronograma de Pagamentos de Obrigações.....	65
6.2 Tratamento Contábil da Depreciação, da Amortização e da Exaustão	65
6.2.1 Itens do Patrimônio e Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos.....	65
7 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES.....	66
7.1 Conformidade da Gestão e Demanda dos Órgãos de Controle	66
7.1.1 Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU	66
7.1.2 Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno	67
7.1.3 Medidas Administrativas para Apuração de Responsabilidade por Dano ao Erário	67
8 ANEXOS E APÊNDICES	68
9 RELATÓRIOS, PARECERES E DECLARAÇÕES.....	101
9.1. Rol de Responsáveis.....	101
9.2. Parecer ou Relatório da Unidade de Auditoria Interna.....	101
9.3. Relatório de Auditoria Independente.....	101
9.4. Declarações – Responsáveis.....	101
9.4.1. Declaração de Integridade e Completude dos Registros de Atos	101
9.4.2. Declaração de Cumprimento da Disposição da Lei nº 8.730/93 quanto à entrega das Declarações de Bens e Rendas.....	102
9.4.3. Declaração de Integridade dos Registros das Informações no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento	102
9.4.4. Declaração sobre a Conformidade Contábil dos Atos e Fatos da Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial	103
9.4.5. Declaração do Contador sobre a Fidedignidade dos Registros Contábeis -SIAFI.....	103
9.5 Órgão de Correição	103
9.6 Rol dos Responsáveis	103

APRESENTAÇÃO

Este Relatório de Gestão Individual integra o processo de Prestação de Contas da Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica (CFIAe), do exercício de 2019. Apresenta a síntese dos resultados das ações empreendidas por esta Autarquia, no esforço de melhor cumprir suas competências legais, bem como demonstra a utilização dos recursos orçamentários e financeiros colocados à sua disposição.

MENSAGEM DO PRESIDENTE

É grande a satisfação em compartilhar com todos a nossa alegria pelo final de mais um exercício operacional e financeiro da Autarquia. É também um privilégio, que só fortalece e enaltece a nossa já consagrada missão, ao tornar real o legítimo sonho dos beneficiários do acesso à casa própria, sustentáculo social básico para uma existência pacífica e profícua das nossas famílias.

O trabalho de todos os integrantes que realizaram com sucesso suas tarefas produziu um ótimo resultado elogiado pelos nossos beneficiários, razão da existência da Autarquia.

As tarefas desenvolvidas no exercício de 2019 obedeceram ao Programa de Trabalho Anual (PTA) da CFIAe que, como uma ferramenta de planejamento e controle gerencial da Autarquia, estabeleceu as ações necessárias para alcançar os objetivos da CFIAe. Nele estão contempladas as metas claramente delineadas, o planejamento das atividades para o exercício e, também, os recursos, as ações, os prazos e os responsáveis pela execução plena do Programa.

Ficou comprovado, assim, que todos os envolvidos no processo buscaram, com eficácia, eficiência e efetividade o cumprimento das diretrizes dispostas no presente instrumento administrativo, com a consciência de que a qualidade do trabalho tem início no planejamento criterioso das ações executadas.

O PTA configurou também as linhas básicas norteadoras das ações da Presidência durante o exercício, de modo a permitir ao seu final, a avaliação do desempenho de forma econômica, mas eficiente na aplicação dos recursos disponibilizados, propiciando elementos essenciais no que concerne à Prestação de Contas Anual da CFIAe, demonstrada no presente Relatório.

Focada na missão institucional, na visão de futuro e no respeito aos seus valores, a Autarquia buscou promover as melhores condições possíveis para a consecução ou melhoria da casa própria, por meio do desenvolvimento de mecanismos, consultorias, projetos, empreendimentos, empréstimos, financiamentos e parcerias, sempre em busca da satisfação dos seus beneficiários.

Na área de recursos materiais, as instalações e o mobiliário estão sendo adaptados com a aquisição de novos equipamentos, nos limites dos recursos disponíveis, para atender à dinâmica do Planejamento Estratégico da CFIAe 2010-2030, documento que dá as diretrizes da atividade-fim da Autarquia.

Na área de recursos humanos, ainda que pese algumas dificuldades de renovação, a CFIAe vem atendendo a contento às demandas do serviço com a constante qualificação do efetivo através de cursos e de estágios de reciclagem.

No que concerne aos objetivos estratégicos (OE), cujo mais relevante é a produção de unidades habitacionais, o empreendimento Residencial Solar do Bosque foi concluído e os 180 imóveis foram entregues aos beneficiários adquirentes. Quanto à solidez da situação econômica e financeira da Autarquia, através da evolução patrimonial, houve um aumento de 5,54% no Patrimônio Líquido. No que se refere aos empréstimos para pequenas reformas das residências dos beneficiários, os recursos disponíveis, calcados em um planejamento bem executado, superaram em 28% o número de beneficiários atendidos comparados ao previsto para o exercício.

Seguindo a dinâmica do processo, os empreendimentos têm sido implementados por meio de parceria operacional com a Caixa Econômica Federal e com a participação de empresas de construção civil credenciadas e selecionadas, criteriosamente, atendendo aos parâmetros exigidos



por aquela instituição, com prioridade para aqueles incluídos no programa "Minha Casa, Minha Vida", em sintonia com os objetivos da CFIAe.

A utilização de terrenos da União jurisdictionados ao Comando da Aeronáutica, ou a outras entidades e órgãos públicos federais, estaduais, municipais ou do Distrito Federal, é uma importante estratégia para facilitar a aquisição da casa própria pelos pretendentes de menor renda.

Em síntese, pode-se inferir que, diante dos desafios, foi e será sempre essencial manter a motivação dos recursos humanos no cumprimento da missão da Autarquia, utilizando-se de meios de gerenciamento que possam refletir positivamente na gestão. Os diversos óbices de ordem econômica, caracterizados por limitações dos recursos orçamentários, obrigam os agentes da administração ao compromisso de gerenciar adequadamente os créditos existentes para o cumprimento da missão, a fim de proporcionar aos beneficiários da Autarquia o acesso à moradia nas condições legalmente estabelecidas.

A busca por um planejamento centralizado deve ser permanente, mantendo uma execução descentralizada, com o objetivo de aumentar a eficácia, a eficiência e minimizar os desafios.

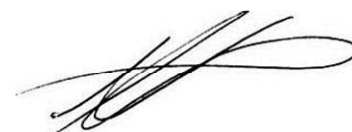
Para isso, tem sido considerado imprescindível:

- concentrar os recursos técnicos e administrativos que possibilitem um aumento da capacidade produtiva no setor, ao mesmo tempo em que racionalizem o emprego dos recursos humanos disponíveis;
- repensar, constantemente, sobre novas maneiras de se fazer as coisas;
- reinventar processos, visando colaborar para o progresso e quebrar a monotonia funcional causada pela rotina do serviço.
- incentivar ações pró-ativas, como a busca de soluções factíveis com o uso intensivo da tecnologia da informação, de novas ferramentas gerenciais e de execução, e utilização de meios eletrônicos que possam vir a facilitar o gerenciamento das tarefas, para aumentar a velocidade das respostas e melhorar a eficácia das ações, a fim de cumprir a missão da CFIAe.
- enfatizar a segurança das informações, como complemento a processos já definidos e comprovados.
- estimular o espírito de equipe e a cortesia entre todos os integrantes da Autarquia.
- encorajar todo o efetivo a contribuir com sugestões para a melhoria dos serviços e processos, pois a importância do cumprimento da missão advém da ação integrada e harmoniosa entre os setores, os quais deverão ser considerados iguais em relevância.

Este Relatório de Gestão foi elaborado juntamente com a Alta Administração da Autarquia, resumindo o pensamento da totalidade da equipe, tendo em vista que está alinhado com os preceitos contidos na Decisão Normativa nº 178, de 23 de outubro de 2019.

De acordo com a legislação que ampara os serviços desenvolvidos nesta Autarquia, esta Presidência tem pleno conhecimento de sua responsabilidade quanto ao constante neste relatório e ratifica a sua integridade, fidedignidade, precisão e completude.

Finalizando, é imperioso que os integrantes da CFIAe, no exercício de suas funções, conduzam-se pelos padrões de ética, sobretudo no que diz respeito à integridade, à moralidade, à clareza de posições e ao decoro, promovendo o fortalecimento da Governança da Organização, com vistas a motivar e sustentar o respeito e a confiança da família aeronáutica



Elcio Picchi – Presidente da CFIAe

1 VISÃO GERAL DA ORGANIZAÇÃO E AMBIENTE DE ATUAÇÃO

1.1 Missão

A Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica – CFIAe – é uma Autarquia Federal de Regime Especial, integrante do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e um dos instrumentos do Governo Federal no setor habitacional, vinculado ao Ministério da Defesa por meio do Comando da Aeronáutica, com as funções de Agente Financeiro, Agente Promotor e Agente Assessor, e tendo a missão de proporcionar a seus beneficiários o acesso à moradia nas condições legalmente estabelecidas.

1.2 Visão de Futuro

Tornar-se referência como agente facilitador para a realização do sonho da casa própria para militares e civis, ativos e inativos, e pensionistas do Comando da Aeronáutica.

1.3 Valores

Os seguintes valores organizacionais representam as crenças e atitudes que norteiam o comportamento dos servidores e identificam a conduta desta Autarquia.

Figura 1.3 – Valores



OBS: O significado de cada um dos valores está descrito no Programa de Trabalho Anual.

1.4 Normas e Regulamento de Criação, Funcionamento da CFIAe – Breve Histórico

A primeira ação para que fosse criada a Caixa de Financiamento da Aeronáutica surgiu com o encaminhamento da Mensagem nº 058/GM4, de 9 de agosto de 1979, do, à época, Ministro da Aeronáutica, ao Exmo. Senhor Presidente da República, solicitando criar uma Instituição nos moldes de suas congêneres do Exército e da Marinha, já existentes naquele período.

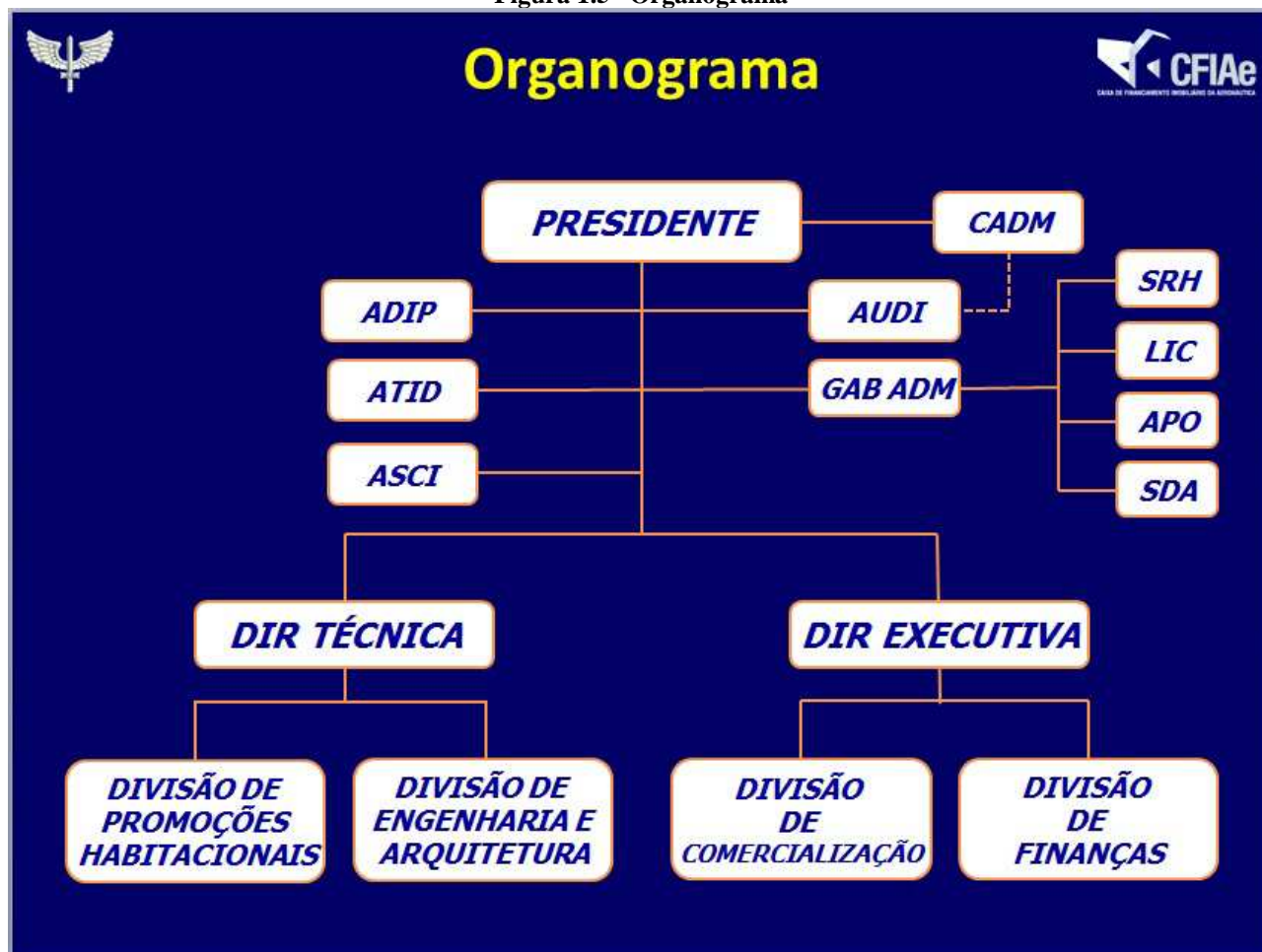
O Chefe do Poder Executivo Federal, por meio da mensagem nº 107, de 19 de outubro de 1979, enviou ao Congresso Nacional o projeto de lei para a criação da CFIAe, vinculada ao Ministério da Aeronáutica.

Assim, a Autarquia foi criada pela Lei nº 6.715, de 12 de novembro de 1979, regulamentada pelo Decreto nº 84.457, de 31 de janeiro de 1980. Atualmente a CFIAe é vinculada ao Ministério da Defesa, por meio do Comando da Aeronáutica, conforme Decreto nº 9.660, de 1º de janeiro de 2019, cujo funcionamento é consubstanciado por seu Regimento Interno, aprovado pela Portaria nº 1175/MIN, de 15 de dezembro de 1987, publicada na Seção I do DOU de 17 de dezembro de 1987.

1.5 Organograma

Para atender a sua missão a CFIAe é estruturada conforme a seguir:

Figura 1.5– Organograma



PRES – Presidência

ADIP – Assessoria Direta e Imediata da Presidência

ATID – Assessoria de Tecn. da Inform. e Divulgação

ASCI – Assessoria de Controle Interno

DT – Diretoria Técnica

DPRO - Divisão de Promoções Habitacionais

DENA – Divisão de Engenharia e Arquitetura

CADM – Conselho de Administração

AUDI – Auditoria Interna

GADM – Gabinete Administrativo

DE – Diretoria Executiva

DFIN – Divisão Financeira

DCOM – Divisão de Comercialização

OBS: As atribuições de cada um dos setores constantes do Organograma encontram-se no Regimento Interno da CFIAe.

Quadro A.1.5 – Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Presidência	Responsável pela gestão da CFIAe, conforme as diretrizes do Comando da Aeronáutica.	Elcio Picchi	Presidente	1 Jan 2019 a 31 Dez 2019
Diretoria Executiva	Responsável pela Administração Financeira e Comercial da CFIAe.	Antonio Ricardo Pinheiro Vieira	Diretor	16 Jan 2019 a 31 Dez 2019
Diretoria Técnica	Responsável pelo planejamento, execução e controle das atividades técnicas de Engenharia e de Arquitetura, de acordo com os programas atribuídos à CFIAe.	Manoel de Andrade Rebelo	Diretor	1 Jan 2019 a 31 Dez 2019



Elcio Picchi
Presidente



Antonio Ricardo Pinheiro Vieira
Dir. Executivo



Manoel Andrade Rebelo
Dir. Técnico

1.5.1 A Presidência tem como principal atribuição orientar, dirigir, coordenar e controlar todas as atividades necessárias ao cumprimento da missão atribuída à CFIAe.

1.5.2 A Diretoria Executiva tem como principal atribuição a administração financeira e comercial da CFIAe.

1.5.3 A Diretoria Técnica tem como principal atribuição planejar, executar e controlar as atividades técnicas de Engenharia e de Arquitetura, de acordo com os programas atribuídos à CFIAe.

1.6 Ambiente de Atuação

A atuação da Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica (CFIAe) é voltada para os seus beneficiários, militares da ativa, da inatividade, servidores e pensionistas da Aeronáutica e se baseia no Planejamento Estratégico 2010-2030 da Autarquia e no Plano Estratégico Militar da Aeronáutica (PEMAER 2018-2027), documentos que constituem um conjunto de objetivos, medidas e projetos estratégicos, estabelecidos pelo Presidente da CFIAe e pelo Comandante da Aeronáutica, respectivamente.

Entre as diretrizes gerais previstas no PEMAER 2018-2027 em apoio ao efetivo consta: *“Proporcionar conhecimento ao efetivo que lhes permita gerir suas finanças ao longo da vida, bem como preparar-se para a nova fase após o serviço ativo.”* Complementando, foram aprovadas as Diretrizes aos OGDSA e Autarquia Vinculada - DCA 11-118, na qual estabelece em seu Macroprocesso 5 – Apoio ao Efetivo: *“Propor linhas de ação que permitam um maior acesso do efetivo ao financiamento para a aquisição de casa própria pelo SFH.”*

Assim sendo, foi apresentada, no exercício de 2019, ao Comandante da Aeronáutica pelo Presidente da CFIAe, dez linhas de ação:

1 – Conhecer o Plano de Alienação do COMAER, de modo a permitir a análise de imóveis de interesse pela CFIAe;

2 – Promover as gestões necessárias junto aos órgãos e entidades envolvidas com o patrimônio da União, no sentido de utilizar terrenos, jurisdicionados ao Comando da Aeronáutica – COMAER, no intuito de reduzir o preço final das moradias e facilitar o acesso à casa própria para os beneficiários da CFIAe de menor renda, que representam a grande maioria dos pretendentes cadastrados até a presente data;

3 – Promover as gestões necessárias no sentido de viabilizar a aquisição para a CFIAe de terrenos da União, jurisdicionados ao COMAER, por meio de alienação por venda;

4 – Utilizar processos técnicos e administrativos inovadores, no intuito de reduzir o preço final das construções;

5 – Intensificar a divulgação dos empreendimentos e demais produtos da CFIAe nas Organizações Militares e em todas as mídias disponíveis do COMAER;

6 – Realizar palestras sobre assuntos ligados diretamente aos produtos da CFIAe, incluindo noções sobre Educação Financeira, principalmente nas Escolas de Formação (AFA e EEAR), destacando a importância de se preparar para a aquisição da moradia própria;

7 – Proporcionar assessoria técnica, incentivando a formação de grupos interessados na construção de empreendimentos habitacionais de iniciativa própria, com projeto concebido a partir do interesse e condições do grupo (Projeto na Medida Certa);

8 – Promover os meios necessários para a concessão de empréstimos para a construção de moradias em terrenos próprios, reforma de imóveis residenciais próprios e para pagamentos referentes ao ITBI e respectivo registro de imóvel, visando à sua legalização;

9 – Promover parcerias com agentes financeiros, incorporadoras ou construtoras para desenvolvimento de empreendimentos de interesse dos beneficiários da CFIAe; e

10 – Promover as gestões necessárias, visando ao reconhecimento pelas organizações do COMAER de “colaborar no sentido de facilitar a ação da CFIAe, dada a sua jurisdição de âmbito nacional” (Art. 26 do Decreto 84.457, de 31 de janeiro de 1980, que regulamenta a Lei de criação da CFIAe).

A demanda por habitação pelo efetivo da FAB é considerada elevada. A Força Aérea sempre buscou apoiar a família militar. Dessa forma, por intermédio da CFIAe, procura soluções de abrangência nacional com o incremento de ofertas de imóveis, de modo a atender às demandas. Para tal utiliza-se, principalmente, de terrenos da União, ou mesmo dos estados, municípios ou do Distrito Federal, para construção de empreendimentos que permitam à família militar adquirir seu próprio imóvel, como previsto no Planejamento Estratégico 2010-2030 da Autarquia, visando proporcionar a tão almejada segurança social, no que compete à moradia.

Cabe a esta Autarquia, como integrante do Sistema Financeiro da Habitação, identificar e propor estratégias adequadas para viabilizar esta iniciativa ao seu público-alvo. Para isso, consta estabelecido em seu Planejamento Estratégico 2010-2030, os preceitos constantes da Política Nacional de Habitação, que visa promover as condições de acesso à moradia digna a todos os segmentos da população, especialmente o de menor renda. Contribuindo assim, para a inclusão social e para o equacionamento do déficit habitacional brasileiro, como preconiza a Constituição Federal, que considera a habitação um direito do cidadão.

A utilização de processos técnicos e administrativos inovadores retrata uma constante busca da Autarquia, no intuito de reduzir o preço final dos seus empreendimentos imobiliários. Para isso, existe uma parceria operacional com várias instituições, entre as quais a Caixa Econômica Federal, o que é de fundamental importância para os financiamentos dos empreendimentos. Essa parceria objetiva ter o suporte financeiro necessário na busca de condições especiais e diferenciadas de juros, prazos e limites de renda, em atendimento ao que preconiza a política do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS). O acompanhamento da execução dos empreendimentos

deverá ser rotineiro, a fim de garantir a qualidade do produto e o atendimento às especificações estabelecidas no projeto concebido.

1.7 Macroprocessos Finalísticos

A CFIAe possui quatro (04) Macroprocessos Finalísticos a saber:

- a) Produção de Unidades Habitacionais – MPF 01;
- b) Empréstimos para Pequenas Reformas – MPF 02;
- c) Financiamento Imobiliário – MPF 03; e
- d) Manutenção da Solidez Econômico-Financeira – MPF 04.

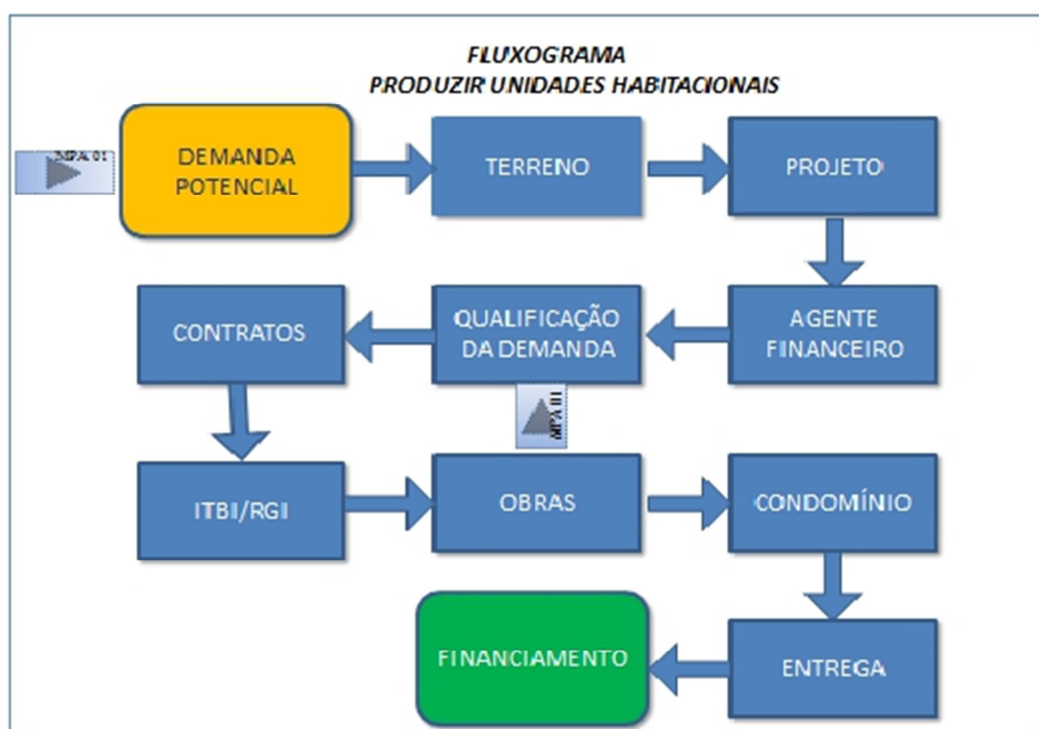
Quadro A.1.7 – Macroprocessos Finalísticos

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
MPF 01	Produção de Unidades Habitacionais	Construção de Imóveis Residenciais	Beneficiários do Comando da Aeronáutica	Diretoria Executiva e Diretoria Técnica
MPF 02	Empréstimos para Pequenas Reformas	Empréstimos Pessoais	Beneficiários do Comando da Aeronáutica	Diretoria Executiva
MPF 03	Financiamento Imobiliário	Contratos de Financiamento Imobiliários	Beneficiários do Comando da Aeronáutica	Diretoria Executiva
MPF 04	Manutenção da Solidez Econômico-Financeira	Controle das Receitas, Despesas e Controle da Inadimplência	Beneficiários do Comando da Aeronáutica e Instituições Financeiras	Diretoria Executiva

Obs: São definidos como beneficiários do Comando da Aeronáutica com acesso aos produtos oferecidos pela CFIAe, os militares, na ativa e na inatividade e os servidores, ativos e inativos, e também os pensionistas, quando instituídos por morte do beneficiário.

1.7.1 Macroprocesso – Produção de Unidades Habitacionais – MPF 01

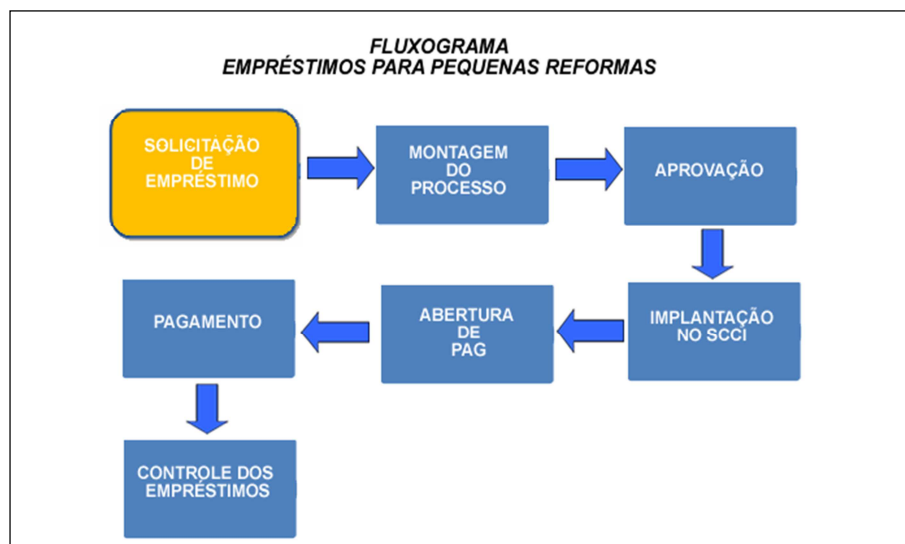
Figura 1.7.1 – Fluxograma Produção de Unidades Habitacionais – MPF 01



Conforme demonstrado no fluxograma, este macroprocesso visa produzir unidades habitacionais para os beneficiários e compreende onze fases que se encontram descritas no Planejamento Estratégico da CFIAe.

1.7.2 Macroprocesso – Empréstimos para Pequenas Reformas – MPF 02

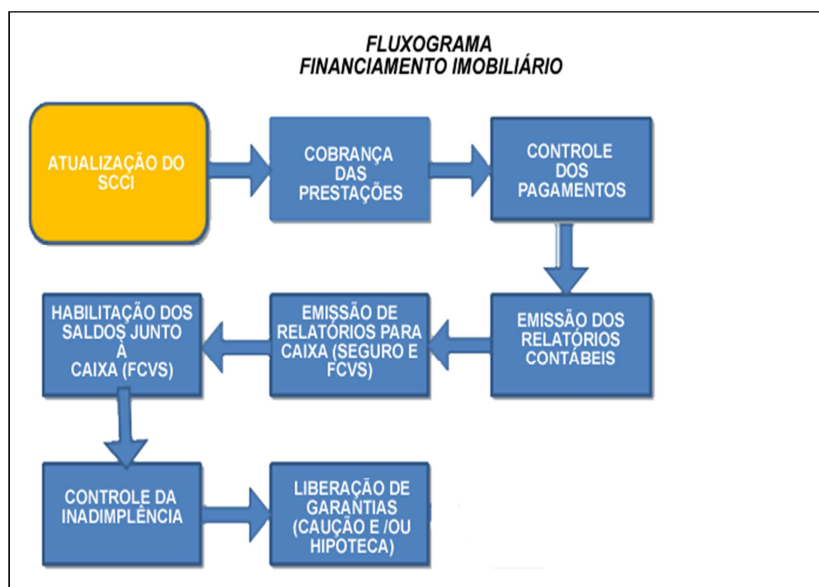
Figura 1.7.2 – Fluxograma Empréstimos para Pequenas Reformas – MPF 02



Conforme demonstrado no fluxograma, este macroprocesso visa proporcionar aos seus beneficiários recursos para ampliação ou reformas de suas unidades habitacionais e compreende sete fases, que se encontram descritas no Planejamento Estratégico da CFIAe.

1.7.3 Macroprocesso – Financiamento Imobiliário – MPF 03

Figura 1.7.3 – Fluxograma Financiamento Imobiliário – MPF 03

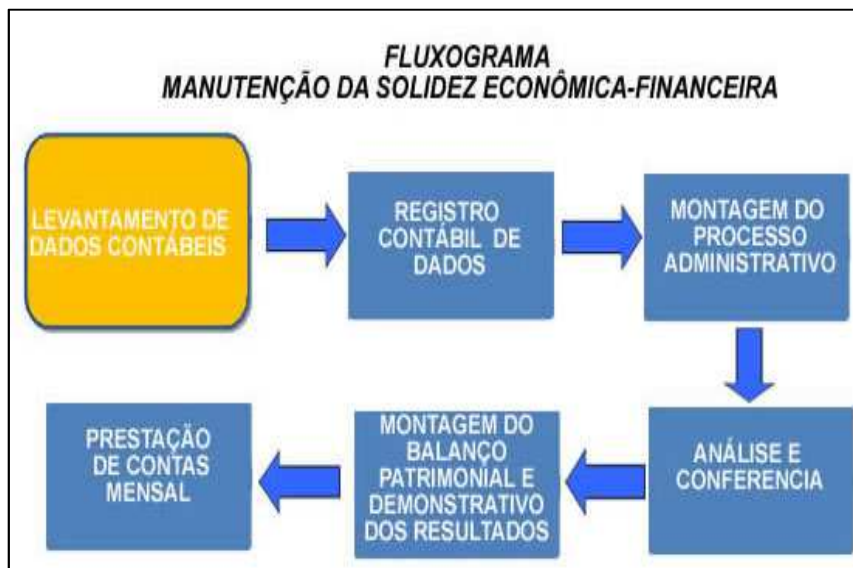


Conforme demonstrado no fluxograma, este macroprocesso visa controlar os financiamentos imobiliários concedidos pela Autarquia, através do Sistema de Controle de Crédito Imobiliário

(SCCI), até a quitação pelo beneficiário e compreende oito fases, que se encontram descritas no Planejamento Estratégico da CFIAe.

1.7.4 Macroprocesso – Manutenção da Solidez Econômico-Financeira – MPF 04

Figura 1.7.4 – Fluxograma Manutenção da Solidez Econ.-Financ. – MPF 04



Conforme demonstrado no fluxograma, este macroprocesso visa manter a solidez econômico-financeira da CFIAe e compreende seis fases, que se encontram descritas no Planejamento Estratégico da CFIAe.

1.8 Macroprocessos de Apoio

A CFIAe possui 02 (dois) Macroprocessos de Apoio a saber:

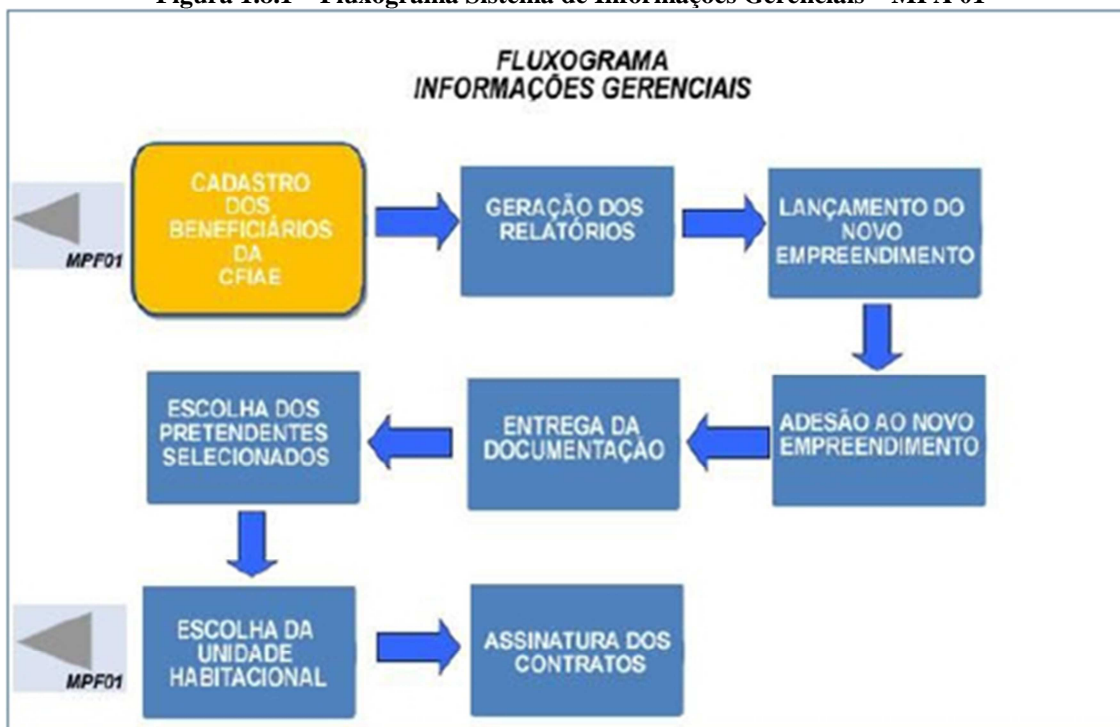
- Sistema de Informações Gerenciais – SIG;
- Sistema de Controle de Crédito Imobiliário – SCCI.

Quadro A.1.8 – Macroprocessos de Apoio

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
MPA01	Sistema de Informações Gerenciais	Cadastro dos Beneficiários	Beneficiários do Comando da Aeronáutica	Assessoria de Tecnologia da Informação e Divulgação
MPA 02	Sistema de Controle de Crédito Imobiliário	Licenciamento de <i>Software</i> de controle de crédito imobiliário	Beneficiários do Comando da Aeronáutica	Assessoria de Tecnologia da Informação e Divulgação

1.8.1 Macroprocesso – Sistema de Informações Gerenciais – MPA 01

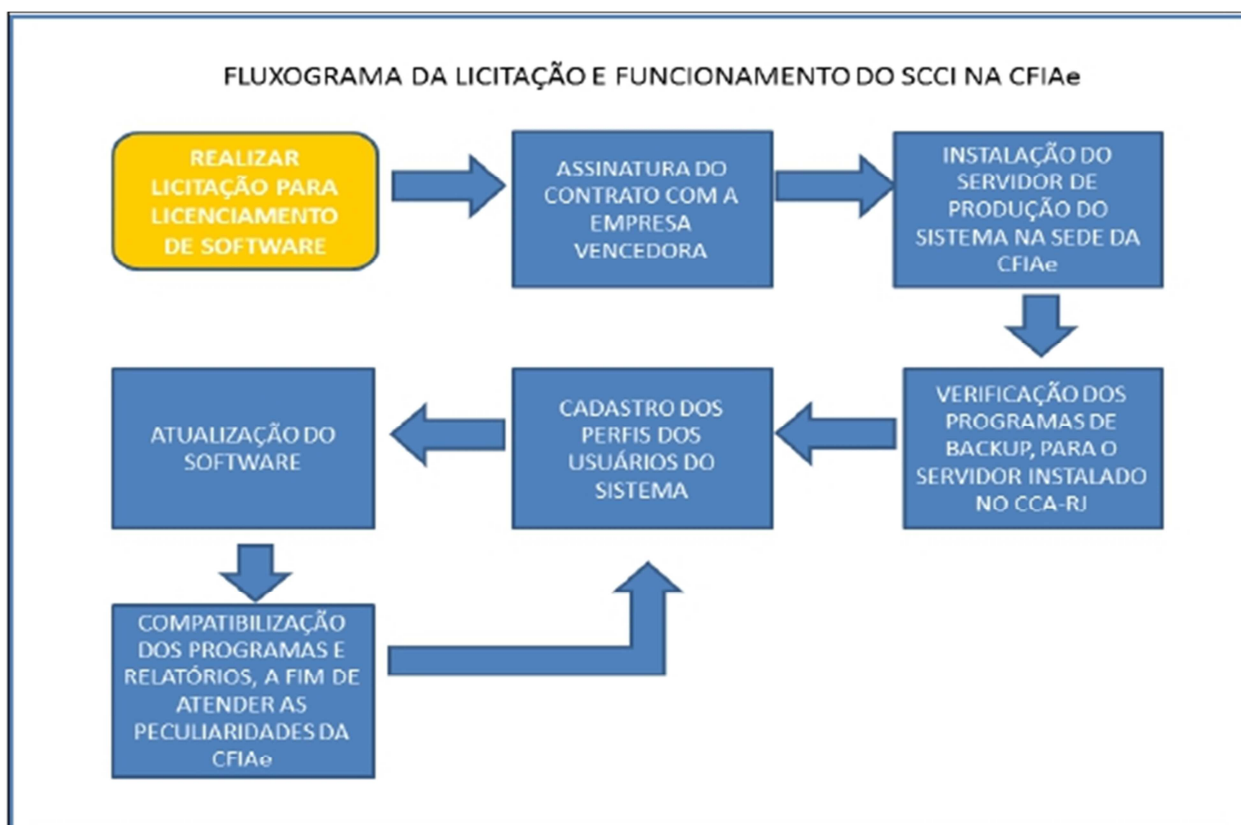
Figura 1.8.1 – Fluxograma Sistema de Informações Gerenciais – MPA 01



Conforme demonstrado no fluxograma, este macroprocesso visa produzir as informações necessárias para viabilizar os Macroprocessos Finalísticos da Autarquia e compreende oito fases que se encontram descritas no Planejamento Estratégico da CFIAe.

1.8.2 Macroprocesso – Sistema de Controle de Crédito Imobiliário – MPA 02

Figura 1.8.2 – Fluxograma Sistema de Controle de Crédito Imobiliário – MPA 02



Conforme demonstrado no fluxograma, este macroprocesso visa produzir as informações necessárias para viabilizar os Macroprocessos Finalísticos da Autarquia e compreende sete fases que se encontram descritas no Planejamento Estratégico da CFIAe.

1.9 Principais Parceiros

A efetividade da missão desta Autarquia depende da conjugação de esforços institucionais com os seus principais parceiros, que desempenham papel crucial nesse processo. De modo geral, a cooperação técnica tem se mostrado de grande relevância na medida em que propicia o intercâmbio de conhecimentos e de experiências, contribuindo para a capacidade de resposta das entidades envolvidas.

Assim sendo a CFIAe, além do Ministério da Defesa e Comando da Aeronáutica, com os quais mantém vínculo, tem como principais parceiros as seguintes instituições:

- a) a Secretaria do Patrimônio da União;
- b) as Superintendências Regionais de Patrimônio da União;
- c) a Caixa Econômica Federal; e
- d) as Procuradorias Regionais Federais.

2 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA

2.1. Planejamento Estratégico

A CFIAe possui um Planejamento Estratégico, cujo propósito é reunir dados necessários ao desenvolvimento das suas atividades, no período de 2010 a 2030, enfocando, principalmente, as diretrizes estabelecidas do Plano Estratégico Militar da Aeronáutica - PEMAER no que se refere ao aprimoramento do apoio aos militares e civis do Comando da Aeronáutica, com estrita observância à vinculação da Autarquia àquele Comando, especialmente no que concerne ao apoio ao seu efetivo, propiciando alternativas com vistas à aquisição ou melhoria de suas moradias.

Conforme consubstanciado no Programa de Trabalho Anual de 2019 da Autarquia, a adoção de medidas visando alcançar os seus objetivos estratégicos e a manutenção do equilíbrio econômico e financeiro da CFIAe, tem sido perseguida de forma permanente, a fim de proporcionar condições a esta Autarquia de atingir a missão prevista no seu diploma legal e oferecer a seus beneficiários alternativas viáveis para adquirir a casa própria.

Os diversos óbices de ordem econômica, caracterizados por limitações dos recursos orçamentários, obrigam os agentes da administração desta Autarquia, a ter o compromisso de otimizar os créditos existentes para o cumprimento da missão.

Assim sendo, a gestão das atividades em curso obedece ao previsto no Planejamento Estratégico 2010-2030 da Autarquia, onde se privilegia a vertente social, cujo objetivo é atender aos beneficiários de menor renda, que representam aproximadamente 83% dos pretendentes cadastrados, sem, contudo, desconsiderar os demais beneficiários.

2.1.1 Descrição Sintética dos Objetivos do Exercício

Os Objetivos Estratégicos estão estabelecidos no Planejamento Estratégico desta Autarquia e inseridos no Programa de Trabalho Anual (PTA) de 2019, que tem como finalidade definir as tarefas e orientar a execução de metas, priorizadas e quantificadas, levando-se em consideração os recursos creditícios previstos na Proposta Orçamentária para o exercício. Dentre outras atividades, o PTA visa prioritariamente:

1- Estabelecer as necessidades para o desenvolvimento das atividades que compõem a missão da Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica – CFIAe, considerando os recursos ordinários e extraordinários para a correspondente execução dos trabalhos, dentro do exercício considerado.

2- Configurar as linhas básicas norteadoras das ações da Presidência durante o exercício, de modo a permitir, ao final, a avaliação, a economicidade, a eficácia e a eficiência na aplicação dos recursos disponibilizados, propiciando elementos para a Organização e para a apresentação da Prestação de Contas Anual da CFIAe.

Para isso, a CFIAe tem empregado todos os seus esforços em proveito dos seguintes **objetivos estratégicos**, constantes do seu Planejamento Estratégico:

- Produção de unidades habitacionais para a venda aos seus beneficiários;
- Promoção aos seus beneficiários de meios para a aquisição de unidades habitacionais em construção ou concluídas;
- Promoção aos seus beneficiários de recursos para ampliação ou reformas de suas unidades habitacionais; e
- Manutenção da solidez econômico-financeira da Autarquia.

2.1.2 Estratégia de atuação frente aos objetivos estratégicos

A Autarquia cumpriu o Programa de Trabalho Anual de 2019, nos quais constou todo o planejamento estabelecido para o exercício, em consonância com o seu Planejamento Estratégico 2010-2030.

Para atender ao seu primeiro objetivo estratégico, a **produção de unidades habitacionais para a venda a seus beneficiários**, conforme previsto em sua lei de criação, a CFIAe seguiu atuando em sua vertente de forte conteúdo social, inserindo seus projetos, prioritariamente, no “Programa Minha Casa, Minha Vida”, do Governo Federal. Tudo em perfeita sintonia com as regras estabelecidas para aquele programa e em consonância com as diretrizes do Sistema de Patrimônio da União (SPU), quanto à utilização de terrenos da União. Para isso, é importante prosseguir na análise e na disponibilidade de áreas jurisdicionadas ao COMAER, onde a demanda por moradia seja significativa e justifique a utilização de terrenos da União para construção de unidades habitacionais, tornando viável a construção de empreendimentos associativos para os beneficiários da Autarquia.

Também foram buscadas alternativas para o atendimento dos beneficiários posicionados acima da faixa de renda prevista no Programa Minha Casa, Minha Vida.

No que compete ao segundo objetivo estratégico, qual seja, **a promoção aos seus beneficiários de meios para a aquisição de unidades habitacionais em construção ou concluídas**, a Autarquia observou seu papel de Agente Assessor, disponibilizando consultoria financeira em sua página na Internet, ou por meio de atendimento pessoal. Esta assessoria permitiu aos beneficiários conhecer as condições de financiamento praticadas por instituições financeiras na concessão de Carta de Crédito Habitacional, informando aquelas com as taxas mais favoráveis. A CFIAe também controlou a carteira de financiamento imobiliário ainda ativa.

Ainda no papel de Agente Assessor, a CFIAe incentivou, a formação de grupos de beneficiários interessados na construção de empreendimentos habitacionais de iniciativa do próprio grupo com projetos concebidos a partir do interesse e condições dos integrantes.

Para atender ao terceiro objetivo estratégico, também previsto na missão da CFIAe, qual seja, **a promoção aos seus beneficiários de recursos para ampliação ou reformas de suas unidades habitacionais**, foi implementado a partir de 2011, com recursos da própria Autarquia, o empréstimo para pequenas reformas, em até 60 (sessenta) meses, com reduzida burocracia, baixa taxa de juros pré-fixada e ressarcimento por meio de consignação em folha. Para tanto, foram envidados esforços no sentido de ampliar os meios de divulgação do produto, bem como de acompanhamento das taxas de juros praticadas no mercado para as devidas adequações.

Visando atender ao seu quarto objetivo estratégico de **manutenção da solidez econômico-financeira** da Autarquia, foi aperfeiçoado o Sistema de Controle do Crédito Imobiliário, com o auxílio da tecnologia da informação, tornando-o capaz de auxiliar na análise dos resultados e, ao mesmo tempo, fornecer parâmetros e índices confiáveis para a tomada de decisões, demonstrando a importância da utilização do planejamento. Foi promovido um eficaz acompanhamento e controle por meio de indicadores que permitiram otimizar e racionalizar o uso dos recursos disponíveis, base fundamental para alcançar os resultados pretendidos.

2.1.3 Tratamento dos riscos envolvidos nos objetivos estratégicos

Sobre este tema, a CFIAe atenta ao que preconiza o Decreto 9.203 de 2017. Atualizou seu Plano de Gestão de Riscos, onde estão identificados os riscos, a avaliação e a adoção de providências diante de ameaças e oportunidades, em conformidade com a NBR ISSO 31000:2018, que possam afetar os principais objetivos estratégicos da Autarquia.

No que concerne ao plano de resposta aos riscos consoante **à produção de unidades habitacionais para seus beneficiários**, o trabalho foi bem estruturado. Foram consolidadas as seguintes medidas: a sua concretização, ou seja, o início das obras, só ocorre após a aprovação do projeto nos órgãos públicos competentes, a seleção da construtora, o grupo de adquirentes das unidades habitacionais, plenamente constituído, ou seja, 100% da demanda necessária, avaliada e aprovada pelo Agente Financeiro e o competente registro dos contratos de financiamento no Registro Geral de Imóveis.

Vale destacar que o processo em comento é cercado de outros instrumentos que trazem a tranquilidade necessária à Administração, até onde se pode vislumbrar visto que, somente após superada esta etapa inicial de aprovação de toda a operação técnico/financeira, são iniciadas as obras.

Cabe lembrar que o Sistema Financeiro da Habitação, em que são calcados os contratos de financiamento, estabelece cobertura para seguros de risco, que abrangem a substituição da construtora (caso necessário, por descumprimento do contrato, responsabilidade civil do construtor, bem como danos físicos do imóvel), bem como a cobertura para seguros de risco, no caso de morte ou de invalidez permanente do adquirente. Essa imposição da Lei nº 11.977, de 07 de julho de 2009, que determina a transferência do risco, se apresentou como uma eficaz resposta.

Em relação ao segundo objetivo estratégico de **promoção aos seus beneficiários de meios para a aquisição de unidades habitacionais em construção ou concluídas**, para os que não são contemplados com os empreendimentos associativos, a CFIAe manteve parcerias com Agentes Financeiros, com a finalidade de obter condições mais favoráveis para a concessão de crédito para aquisição de moradias, eliminando riscos para esta Autarquia, ao promover a negociação direta entre o beneficiário e o Agente Financeiro. Com relação à carteira de financiamento imobiliário, em caso de endividamento dos beneficiários, as ações e providências constam do Plano supracitado.

No terceiro objetivo estratégico, **promoção aos seus beneficiários de recursos para ampliação ou reformas de suas unidades habitacionais**, no qual se destaca o Empréstimo para Pequenas Reformas, a cobrança dos mutuários se processou mediante desconto em folha de pagamento (consignação), o que elidiu integralmente o risco de inadimplência. Cabe destacar que nesse produto, as operações de crédito são conduzidas pela CFIAe com taxas de juros baixas, pré-fixadas.

O ambiente do público-alvo considerado foi o efetivo do Comando da Aeronáutica, abrangendo todos beneficiários da CFIAe. Este ambiente é conhecido e de baixo risco, principalmente por ser composto de agentes públicos com estabilidade no emprego.

O desconto em folha, atrelado à prévia verificação da disponibilidade de margem consignável, mitigou a probabilidade de um beneficiário tornar-se inadimplente.

Um aspecto importante observado na gestão de risco foi a conveniência de concessão de prazo adequado para a quitação dos financiamentos. Assim, considerou-se o prazo de sessenta meses adequado, e com baixíssimo risco de inadimplência. No processo de gerenciamento dos riscos levou-se em consideração o “spread” inserido no financiamento, verificando-se o produto quanto a sua viabilidade e segurança.

Além de acompanhar o mercado, percebeu-se que há de se continuar a fazer permanentes acompanhamentos, por meio do monitoramento das prestações de contas mensais, para aferir a qualidade dos resultados e o desempenho da Instituição, uma vez que a volatilidade do mercado tem-se mostrado elevada.

Essa aferição buscou assegurar que o retorno dos financiamentos fosse maior ou igual às aplicações em instituições financeiras e que, ainda assim, continuasse vantajoso para os beneficiários. Para garantir uma boa gestão, voltada para a sustentabilidade da Instituição, a política

da Autarquia estabeleceu que o total dos recursos direcionado para este produto não ultrapassasse 5% do patrimônio líquido da CFIAe.

Para o quarto objetivo estratégico, a **manutenção da solidez econômico-financeira** da Autarquia, o acompanhamento dos riscos focou no controle das receitas e das despesas, bem como na análise do Balanço Patrimonial elaborado a cada mês e que faz parte da Prestação de Contas Mensal. Com relação à carteira de contratos de financiamentos habitacionais, optou-se por transferir os riscos correlatos, mediante a adoção de seguros que cobrem possíveis de sinistros. Em caso de eventual inadimplência, depois de tomadas todas as medidas administrativas, foi estabelecido como medida mitigadora o ajuizamento de ações judiciais, com o fito de ressarcir a Autarquia.

A Tabela constante do item 5.1.3 demonstra, em números, a tendência de solidez dos ativos da Autarquia, comparado aos resultados dos balanços dos exercícios de 2018 e 2019.

Cabe ressaltar que desde 2018 a Autarquia estabeleceu a sua Estrutura de Governança, Integridade, Riscos e Controles Internos.

2.1.4. Estágio de Implementação do Planejamento Estratégico

Para o exercício de 2019 foram previstas as seguintes metas constantes do Programa de Trabalho Anual, referentes aos quatro objetivos estratégicos da CFIAe:

a) Objetivo 01 - Produção de unidades habitacionais para a venda aos seus beneficiários

Previsto no nº 4, do art. 12 e nº 4 do art. 60 da Portaria nº 1.175/MIN, de 15 DEZ 1987, publicada na Seção I do DOU de 17 DEZ 1987, o Plano Habitacional considera, prioritariamente, a utilização de terrenos da União para os empreendimentos habitacionais destinados a graduados e servidores, em programas que se enquadram no âmbito do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, com a CFIAe atuando como Agente Promotor.

Para esse objetivo, prioritariamente, foram previstos no PTA de 2019 os lançamentos dos empreendimentos: Residencial Solar do Bosque, no Rio de Janeiro – RJ; Residencial Rio-Mar, em Belém – PA; Moradas do Sol, em Fortaleza – CE e o Reserva dos Pampas, em Canoas – RS. A situação dos empreendimentos segue conforme a seguir:

Residencial Solar do Bosque – Rio de Janeiro - RJ

- A meta foi cumprida. Foi concluída a execução física do empreendimento;
- Foram entregues as 180 unidades habitacionais aos compradores.

Residencial Rio-Mar – Belém - PA

- Foram executados 30% do total da meta até o encerramento do exercício de 2019. A meta não foi atingida, apesar dos esforços perante a Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União.

- Vem sendo realizado acompanhamento do processo que atualmente se encontra na Superintendência do Patrimônio da União no Pará / SPU / Ministério da Economia, com status de reabertura do processo na unidade e com data da última tramitação de 01/11/2019.

- No PTA de 2020 a meta permanece ativa, com a perspectiva de concluí-la até o final do exercício.

Residencial Moradas do Sol – Fortaleza – CE

- A meta de modificar as condições de atendimento de renda dos beneficiários, junto ao Sistema de Patrimônio da União, foi cumprida.

- Assim, as condições de atendimento de renda foram modificadas. O 4º termo aditivo, do dia 14 de janeiro de 2019, na cláusula sexta, prevê destinação mínima de 50% das unidades habitacionais a serem construídas às famílias com renda familiar mensal de até 5 (cinco) salários mínimos.

Reserva do Pampa – Canoas – RS

- A meta de qualificar a demanda de pretendentes ao empreendimento na FASE 1 foi parcialmente cumprida.

- Foram executados 50% do total da meta. As ações em relação à qualificação da demanda de pretendentes ainda não foram iniciadas, devido à dificuldade da construtora em atender o novo aporte solicitado pela Caixa Econômica Federal de Novo Hamburgo/RS no processo de avaliação financeira para liberação dos recursos para construção e financiamento do empreendimento.

- A meta foi mantida para o PTA 2020, com a expectativa de sua conclusão.

Obtenção de Terrenos - Santa Maria – DF

- A meta foi executar a transferência de nova área do patrimônio da União em Santa Maria/DF.

- Foram executados 40% do total da meta até o momento. O processo continua em análise na Superintendência do Patrimônio da União do Distrito Federal. Em paralelo e visando antecipar a próxima etapa, correspondente à elaboração do projeto, face à dificuldade na obtenção do terreno até aqui, já foi realizado um estudo de viabilidade inicial.

- A meta permanece ativa para o PTA 2020.

Elaboração de Projetos

- As metas foram efetuar o competente registro do projeto de loteamento da Fazenda Mato Grosso no Registro Geral de Imóveis – RGI e verificar a viabilidade para empreendimento em Santa Cruz – RJ, considerando a conjuntura do mercado imobiliário na região.

- Quanto ao registro, foram executados 100% do total da meta do projeto de loteamento da Fazenda Mato Grosso. Os lotes foram colocados à venda em outubro. Os lotes foram averbados e registrados no RGI. Esse loteamento foi aprovado com o nome de Nova Fazenda Mato Grosso. Está sendo pleiteada, junto à Prefeitura de Duque de Caxias-RJ, a regularização do reconhecimento da imunidade do IPTU.

- Quanto ao estudo de viabilidade para o empreendimento em Santa Cruz-RJ, foram executados 100% do total da meta. O estudo de viabilidade indicou que este empreendimento deve aguardar a evolução do mercado imobiliário. O atual desafio reside no fato de o mercado local possuir unidades habitacionais em estoque, que não estão sendo vendidas. Ademais, uma parte do terreno encontra-se ocupada, tendo sido requerida a reintegração de posse, com processo em andamento na área jurídica. A tendência está diretamente ligada à melhora da conjuntura econômica.

Previsão de Lançamentos

Segue o quadro demonstrativo que constou do Programa de Trabalho Anual para 2019, relativo à previsão dos lançamentos dentro do exercício, até o ano de 2021.

Tabela II – Previsões de Lançamentos

<u>LOCAL</u>	<u>PREV. DE LANÇAMENTO</u>
CANOAS (RS)	2019
RIO-MAR, BELÉM (PA)	2020
MORADAS DO SOL, FORTALEZA (CE)	2020
SANTA MARIA (DF)	2021

b) Objetivo 02 - Promoção aos seus beneficiários de meios para a aquisição de unidades habitacionais em construção ou concluídas.

Tendo como meta aumentar o número de beneficiários interessados na aquisição de unidades habitacionais, as seguintes ações, entre outras, foram tomadas:

- Coordenar a realização de palestras nas OM do COMAER, priorizando a EEAR e a AFA, buscando dar conhecimento das atividades da Autarquia e salientar a importância de se preparar para o futuro, com relação ao sonho da casa própria, aplicando conceitos de Educação Financeira;

- Coordenar com a ATID (Assessoria de Tecnologia da Informação e Divulgação) a atualização da página da CFIAe, buscando dar maior credibilidade às informações fornecidas, bem como facilitar a navegação na mesma, tornando-a mais convidativa aos beneficiários. O "Site da CFIAe deve ser visto pelos beneficiários como um canal de apoio, quando o assunto for aquisição da moradia própria".

- Dar continuidade aos procedimentos de divulgação de concessão da Carta de Crédito individual, junto aos diversos agentes financeiros e, se possível e vantajoso, realizar os acordos firmados com os agentes financeiros que ofereçam as menores taxas de mercado para financiamentos habitacionais;

- Divulgar, após análise da Diretoria Técnica, empreendimentos já construídos ou a construir, ofertados por empresas privadas, com projetos e financiamentos aprovados, técnica e financeiramente adequados para todos os beneficiários da Autarquia, no intuito de ampliar as opções para a aquisição da casa própria;

- Realizar reuniões a fim de manter todo o pessoal da DCOM capacitado e atualizado com os produtos e empreendimentos da CFIAe, para prestar informações corretas e atualizadas aos beneficiários, quando solicitadas.

c) Objetivo 03 - Promoção aos seus beneficiários de recursos para ampliação ou reformas de suas unidades habitacionais.

Para este objetivo as principais ações, entre outras, foram:

- Foi dada continuidade ao processo de divulgação para a concessão de empréstimo imobiliário para construção, reformas ou legalização (pagamentos do ITBI /RGI) de unidades habitacionais dos beneficiários.

- Neste exercício foram aprovados, implantados e atendidos 54 beneficiários da Autarquia que solicitaram o empréstimo e atenderam a todos os requisitos previstos para sua concessão. Perfazendo o total de R\$ 2.329.950,00 (dois milhões, trezentos e vinte e nove mil, novecentos e cinquenta reais).

d) Objetivo 04 - Manutenção da solidez econômico-financeira da Autarquia.

Para este objetivo as principais ações, entre outras, foram:

- Foram feitos contatos permanentes com a Caixa Econômica Federal, com a finalidade de liberar os recursos já habilitados, reconhecidos e auditados, com amparo do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS.

- Foram feitas gestões, juntamente com a Assessoria Direta e Imediata da Presidência da CFIAe, visando recuperar os saldos devedores não reconhecidos pelo FCVS, devido à Multiplicidade e ITBI (Imposto de Transmissão de bens Imóveis).

- Existem 62 contratos com negativa de cobertura pelo FCVS, devido à multiplicidade, no valor total de R\$ 4.009.739,66 cujas assinaturas foram anteriores à 05/12/1990, conforme marco definido no art. 3º da Lei nº 8.100/90. Nesses casos, houve decisões reiteradas, ratificadas no Acordão sobre o FCVS, do Recurso Especial nº 1.133.769 – RN (2009/0111340-2), para que não houvesse prejuízo financeiro ou documental para o mutuário, cabendo aos Agentes financeiros a liberação de garantias. Continuaremos pleiteando os saldos remanescentes à CAIXA.

- Há 25 contratos com negativa por pagamento de ITBI em data posterior, no valor de R\$ 1.440.286,39, cuja divergência na data está sendo avaliada pela PGR (Procuradoria Geral da República).

- Há 39 contratos de financiamento quitados e com término de prazo, com o amparo do FCVS, em fase de habilitação dos saldos junto ao Fundo (FCVS).

Em 31/12/2019 o aumento patrimonial da Autarquia foi de 5,54% em relação a 31/12/2018. Ressalta-se que o grande componente desse resultado foi a remuneração da aplicação financeira.

Em função da análise efetuada com os dados extraídos do Balanço Orçamentário, Financeiro e Patrimonial de 31/12/2019 relativos à **Situação Econômico-Financeira**, conclui-se que a CFIAe

tem dado continuidade à sua política de gestão adotada ao longo dos anos, mantendo uma evolução patrimonial positiva.

A Tabela III do item 5.1 retrata o Patrimônio Líquido do exercício 2019 em relação ao anterior, enquanto que a figura 5.1.3, representa a evolução patrimonial da CFIAe desde 2006, versus sua dívida, o que demonstra a tendência de solidez da Autarquia, concluindo-se que ela está preparada para continuar cumprindo a sua missão institucional, de maneira sustentável.

2.1.5 Vinculação dos Planos da Unidade com as Competências Institucionais e outros Planos

No Planejamento Estratégico 2010-2030 da CFIAe poderão ser encontrados todos os projetos e suas fases previstas para aquele período, onde estão definidos os objetivos estratégicos a serem seguidos, com o objetivo de alcançar as metas estabelecidas nos planos descritos, a seguir, que complementam aquele Planejamento.

a) O **Plano Habitacional**, cuja finalidade é o planejamento das metas a serem atingidas pela CFIAe, visando atender ao seu principal objetivo estratégico de produção de unidades habitacionais em um horizonte de vinte anos, e que apresenta um diagnóstico da situação habitacional de seus beneficiários, define as diretrizes, estratégias, linhas de ação e programas e, ainda, estabelece prioridades, procedimentos e as metas para a aquisição da casa própria.

b) O **Plano de Capacitação de Recursos Humanos**, onde estão estabelecidas as Diretrizes de Recursos Humanos, tem como objetivo qualificar o pessoal para otimizar desempenhos, de modo a satisfazer as necessidades internas e externas da Autarquia.

c) O **Plano Econômico-Financeiro**, que representa a situação econômico-financeira da CFIAe dentro de cada exercício, onde a Administração busca parâmetros confiáveis para a tomada de decisão, permitindo otimizar e racionalizar o uso dos recursos disponíveis, visando manter a solidez do patrimônio da CFIAe. Fornece, também, dados aos gestores para a avaliação da eficiência da administração, considerando os fatores internos e externos que podem interferir em sua gestão.

d) O **Plano Diretor de Tecnologia da Informação** tem a finalidade de estabelecer o planejamento para o desenvolvimento das atividades correspondentes e acompanhar a evolução tecnológica da área.

e) O **Plano de Gestão de Riscos** tem por objetivo aplicar a metodologia de gerenciamento de riscos. Nele estão identificados os riscos, a avaliação e o tratamento adequado dos eventos indesejáveis que possam afetar o alcance dos Objetivos Estratégicos da Autarquia.

f) O **Plano de Integridade** tem por objetivo aplicar um conjunto de medidas e ações institucionais voltadas para a prevenção, detecção, apuração das responsabilidades de fraudes e atos de corrupção. Em outras palavras, é uma estrutura de medidas organizacionais que visa orientar e guiar o comportamento dos agentes da Autarquia, de forma a alinhá-los ao interesse público, mediante comportamento ético e probó.

g) O **Plano de Gestão de Logística Sustentável** tem a finalidade de estabelecer os objetivos, as metas e as ações para a inserção de práticas de sustentabilidade na gestão da logística.

2.1.6 Formas e Instrumentos de Monitoramento da Execução e Resultados dos Planos

A CFIAe usa os seguintes instrumentos:

a) Relatórios de Metas Semestrais e Anuais.

b) Reuniões semanais do Conselho de Administração. No mês de julho foi feita uma primeira avaliação das metas da Autarquia para o exercício 2019, quando foi discutido no Conselho, se o que estava estabelecido no Programa de Trabalho Anual vinha sendo cumprido.

c) Prestação de Contas mensais, apresentada pelos Diretores Executivo e Técnico, com a presença de todos os Agentes da Administração, valorizando o Princípio do *Accountability*.

d) Auditoria Interna de avaliação nos setores da Autarquia, conforme o Programa de Auditoria Interna, quando os Agentes da Administração foram auditados sobre o andamento e cumprimento das metas previamente estabelecidas no Programa de Trabalho Anual ou, se for o

caso, as justificativas do não cumprimento delas. Um Relatório de Auditoria Interna foi elaborado com os resultados ao final do exercício.

e) Os dados dos Planos constantes do Planejamento Estratégico da Autarquia que são submetidos à análise em comparação com os resultados obtidos no exercício, considerando os indicadores de gestão, para que os mesmos possam ser atualizados, aperfeiçoados ou até, se for o caso, reformulados.

2.2 Governança

2.2.1 Descrição do Sistema de Governança

O sistema de governança de uma organização reflete a maneira como diversos atores organizam-se, interagem e procedem para obter boa governança. Conforme estabelece o Decreto nº 9203/17, a **governança no setor público** é definida como um conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para **avaliar, direcionar e monitorar** a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.

Dentro do Organograma da CFIAe estão inseridos os órgãos de autocontrole da Autarquia, que atuam no direcionamento e no monitoramento da Organização.

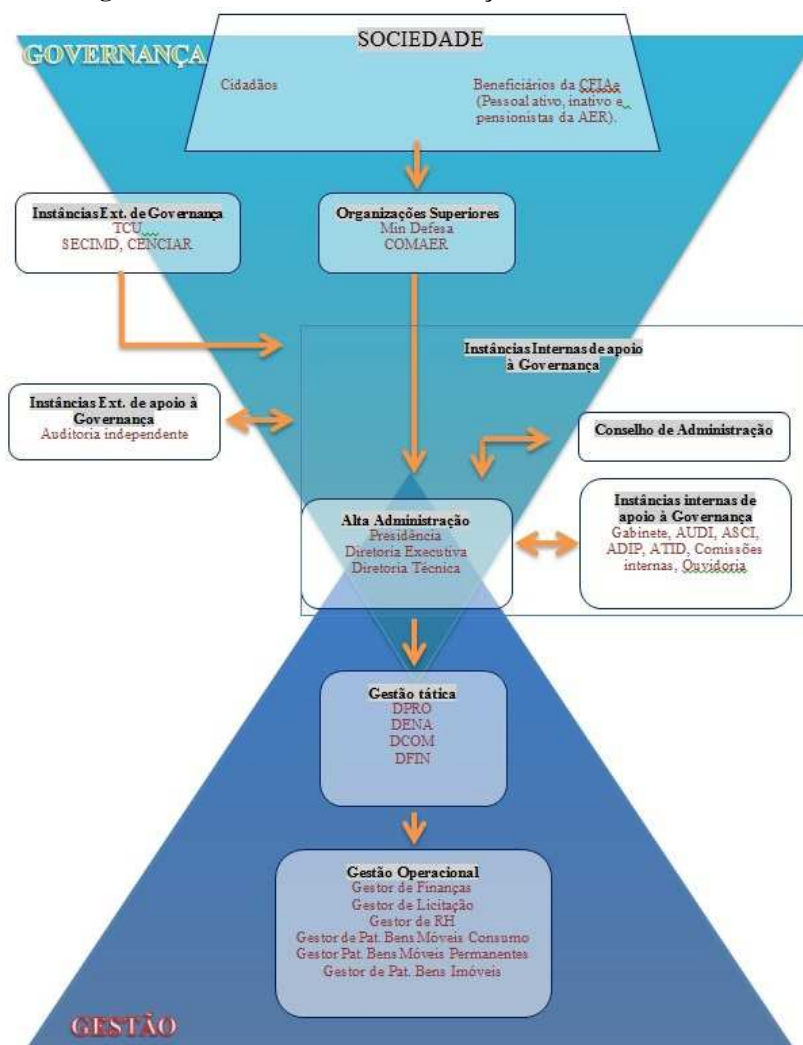
São eles: A Presidência, a Diretoria Executiva, a Diretoria Técnica, a Auditoria Interna (AUDI), a Assessoria de Controle Interno (ASCI), o Gabinete Administrativo (GADM), Assessoria Direta e Imediata da Presidência (ADIP), a Assessoria da Tecnologia da Informação e Divulgação (ATID) e os Chefes das Divisões, que compõem o Conselho de Administração da Autarquia e que fazem parte da instância interna.

Externamente, a CFIAe é submetida à fiscalização do TCU, do Ministério da Defesa (MD), por meio da Secretaria de Controle Interno daquele Ministério, do Comando da Aeronáutica (COMAER), o qual, por intermédio do Centro de Controle Interno da Aeronáutica (CENCIAR), realizou Auditoria de Gestão na Autarquia em 2019, em cumprimento ao calendário estabelecido pela Corte de Contas.

Adicionalmente, o Auditor Interno da Autarquia, durante o exercício 2019, avaliou os controles internos dos processos de todos os setores da Instituição, conforme previsto no Programa Anual de Auditoria Interna da CFIAe. Outrossim, desenvolveu também a coordenação das atividades atinentes à segunda linha de defesa no âmbito da Organização

A figura a seguir resume a Sistema de Governança da CFIAe.

Figura 2.2.1 – Sistema de Governança da CFIAe



Inserida neste Sistema está a Estrutura de Governança, Integridade, Riscos e Controles da CFIAe, constante do item 3. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS, deste Relatório.

2.2.2 Informações sobre Dirigentes e Colegiados

O **Conselho de Administração da Autarquia** tem como principal atribuição assessorar a Presidência na tomada de decisão para alcançar os objetivos estratégicos da Organização.

O **Presidente** tem como principal atribuição orientar, dirigir, coordenar e controlar todas as atividades necessárias ao cumprimento da missão atribuída à CFIAe.

O **Diretor Executivo** tem como principal atribuição a administração financeira e comercial da CFIAe.

O **Diretor Técnico** tem como principal atribuição planejar, executar e controlar as atividades técnicas de Engenharia e de Arquitetura, de acordo com os programas atribuídos à CFIAe.

O **Chefe do Gabinete Administrativo** tem como principal atribuição prestar o apoio administrativo aos órgãos integrantes da CFIAe no que diz respeito à gestão dos recursos humanos e materiais e, ainda, gerenciar a execução orçamentária referente aos créditos alocados à Autarquia.

O **Auditor Interno** tem como principal atribuição assessorar a Presidência no cumprimento da legislação e das normas que regem a Administração Pública, bem como a política habitacional da CFIAe, no sentido de comprovar, à luz da legislação em vigor, a formalidade, a legalidade, a

correção contábil e a veracidade dos controles existentes, objetivando maior eficiência no controle interno e nos serviços da Autarquia.

O **Assessor de Controle Interno** tem como principal atribuição assessorar a Presidência e as Diretorias Executiva e Técnica e o Gabinete Administrativo, no cumprimento da legislação e das normas que regem o serviço administrativo da CFIAe, bem como orientar todos os Agentes da Administração, objetivando maior eficiência dos controles internos da gestão da Autarquia, de sorte a contribuir com o alcance de seus objetivos.

O **Assessor Direto e Imediato da Presidência** tem como principal atribuição assessorar a Presidência em todos os assuntos de natureza jurídica que envolvam a CFIAe.

O **Assessor de Tecnologia da Informação e Divulgação** tem como principal atribuição gerenciar as atividades de informática no âmbito da CFIAe.

O processo de escolha dos dirigentes da CFIAe (Presidente, Diretor Executivo e Diretor Técnico) é por meio de nomeação do Presidente da República, por indicação do Comandante da Aeronáutica, em virtude da vinculação desta Autarquia ao Ministério da Defesa, por meio do COMAER. Esses profissionais são Oficiais do Corpo de Oficiais da Aeronáutica, cujo perfil é definido pela autoridade que os indica, entre os que possuam o Curso de Política e Estratégia Aeroespacial (CPEA) e conhecimento do Plano Estratégico Militar da Aeronáutica (PEMAER 2018-2027).

2.2.3 Atuação da Unidade de Auditoria Interna

Como mostra o Organograma da Autarquia no item 1.5, a Auditoria Interna (AUDI) está diretamente ligada ao Presidente, tendo, entre outras atribuições a de assessorar a Presidência no cumprimento da legislação e das normas que regem a Administração Pública e a política habitacional da CFIAe, no sentido de comprovar, à luz da legislação em vigor, a formalidade, a legalidade, a correção contábil e a veracidade dos controles existentes, objetivando maior eficiência no controle interno e nos serviços da Autarquia.

Entre os trabalhos que foram executados no exercício está a auditoria interna, realizada no período de 23 SET a 28 NOV 2019, conforme o Programa Anual de Auditoria Interna.

A Auditoria Interna foi executada em todos os setores da Autarquia, culminando com a elaboração do Relatório de Auditoria Interna de 2019. O processo de Auditoragem teve como objetivos:

a) Avaliar, ao final do exercício, o ambiente organizacional, a regularidade, a eficiência e a eficácia dos controles internos das atividades administrativas e procedimentos de trabalho adotados no âmbito da Autarquia, bem como o cumprimento das metas de todos os setores estabelecidas no Programa de Trabalho Anual da CFIAe. Os resultados foram comparados com o exercício anterior, principalmente com as metas ligadas aos objetivos estratégicos, constantes do Planejamento Estratégico da Autarquia, verificando se as atividades executadas estão de acordo com a legislação, normas e orientações do Centro de Controle Interno da Aeronáutica e do TCU;

b) Promover a atualização do Plano de Gestão de Riscos, mediante a reavaliação dos efeitos das incertezas sobre os objetivos estratégicos da Autarquia.

Todas as recomendações feitas aos setores, durante a Auditoria Interna realizada, foram atendidas e verificadas nos prazos estabelecidos, conforme consta no Relatório de Auditoria Interna, o qual foi aprovado pelo Presidente da Autarquia.

O Relatório de Auditoria é uma das ferramentas que o Presidente usa quando necessário, para mudar procedimentos, com a emissão de novas diretrizes, visando o cumprimento da missão da Autarquia. São também realizadas reuniões periódicas com o efetivo, visando elucidar as dúvidas sobre novos procedimentos. Todas as iniciativas, em última análise, contribuíram para o fortalecimento da Governança da Entidade.

O Auditor Interno, como membro do Conselho de Administração participou, pelo menos, duas vezes na semana, da reunião com o Presidente, o Chefe do Gabinete Administrativo, o Diretor Executivo, o Diretor Técnico, o Assessor de Controle Interno, Assessor Direto e Imediato da Presidência, o Assessor da Tecnologia da Informação e Divulgação onde foram discutidos assuntos

de interesse de toda a Administração, incluindo a prevenção dos riscos aptos a afetar os projetos, em casos de atividades que independam da atuação direta da CFIAe.

A Auditoria Interna da Autarquia atendendo à sua principal meta, avaliou, ao final do exercício, o desempenho da CFIAe, considerando as metas estabelecidas no seu Programa de Trabalho Anual. Essa avaliação foi a partir de dados coletados nos respectivos Relatórios Finais de Metas dos setores da Autarquia, apresentados no encerramento do exercício.

Dessa forma, a CFIAe, sempre objetivando o que está instituído em seus diplomas legais, alcançou quase a totalidade de suas metas previstas para o Exercício de 2019, com um índice de **92%**, conforme tabela de referência abaixo, atendendo o que estabelece a sua Lei de criação e o Decreto que regulamenta o seu funcionamento.

Excelente	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo
90 a 100%	80 a 89%	60 a 79%	40 a 59%	20 a 39%	0 a 19%

2.2.4 Atividades de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos

A Força de Trabalho da CFIAe é composta, na sua maioria, por militares da ativa, da reserva, e servidores civis que prestam serviço de apoio. Cada uma das categorias tem regramento próprio, em se tratando de correição.

Cabe à Seção de Recursos Humanos, a guarda e atualização de toda a legislação relacionada ao tema.

Durante o exercício, não se verificou nenhuma falta disciplinar de membro de seu efetivo.

2.2.4.1 Sistemas de Correição Pessoal Civil

A sistemática de apuração de ilícitos apresentou-se estruturada de acordo com o preconizado na Lei nº 8.112/90 e também no Manual de Procedimentos Administrativos da Controladoria-Geral da União

Destarte, não se observou na Autarquia, no período do exercício em questão, irregularidades que provocassem a abertura de um Processo Disciplinar de servidor.

2.2.4.2 Sistemas de Correição Pessoal Militar

Em se tratando do pessoal militar do Comando da Aeronáutica, ativa, reserva e reformado, a correição encontra-se sistematizada por meio da Portaria nº 782/GC3, de 10 NOV 2010, que regulamenta a sistemática de apuração de transgressão disciplinar e da aplicação de punição disciplinar militar, conforme disposto no art. 34 do Regulamento Disciplinar da Aeronáutica (RDAER) - Decreto nº 76.322, de 22 SET 1975. A base legal da correição do pessoal militar encontra-se fundamentada na Constituição Federal de 1988, no art. 142, Capítulo II das Forças Armadas e no Estatuto dos Militares, Lei nº 6.880, de 09 DEZ 1980. Subsidiariamente, a correição militar complementa no que couber o Conselho de Justificação - Lei nº 5.836, de 05 DEZ 1972; na Promoções dos Oficiais da Ativa das Forças Armadas - Lei nº 5.821, de 10 NOV 1972; Regulamento de Promoções de Oficiais da Ativa da Aeronáutica - Decreto nº 7.099, de 04 FEV 2010; o Conselho de Disciplina – Decreto nº 71.500, de 05 DEZ 1972 e no Regulamento de Promoções de Graduados da Aeronáutica - Decreto nº 881, de 23 JUL 1993.

Outrossim, não se observou na Autarquia, no período do exercício em questão, irregularidades que provocassem a abertura de um Processo Disciplinar de militar.

2.2.5 Relacionamento com a Sociedade

2.2.5.1 Canais de Acesso do Cidadão

A CFIAe mantém os seguintes canais de comunicação para atender demandas de seus beneficiários e de todos os cidadãos interessados:

a) Site da Organização, www.cfiae.aer.mil.br;

O site da CFIAe recebeu, durante o exercício de 2019, reclamações, sugestões ou elogios, por meio do link com a Ouvidoria da CFIAe.

b) Ouvidoria, que se encontra localizada no 11º andar, na sede da Organização.

A Ouvidoria recebeu, durante o exercício de 2019, uma média mensal de quinze contatos demandando informações pelo e-mail. As não respondidas prontamente foram encaminhadas aos setores competentes para as providências sobre o que foi requerido. No exercício, todas as informações solicitadas foram respondidas. Por telefone, não foram recebidas reclamações, sugestões ou elogios.

c) Carta de Serviços ao Cidadão.

d) Cartilha “Entenda a Lei de Acesso a Informação - Lei nº 12.527/11.”

2.2.5.2 Carta de Serviços ao Cidadão

A CFIAe tem publicada em seu site www.cfiae.aer.mil.br a Carta de Serviços ao Cidadão, prevista no Decreto nº 6.932/2009, cujo objetivo é orientar e informar a sociedade sobre a missão, os produtos e serviços prestados pela Autarquia e as formas de acessá-los. Nela, também são divulgados os Canais de Comunicação, que visam estimular a participação através de sugestões e críticas, as quais contribuem para elevar os padrões de atendimento e aperfeiçoar os serviços da Instituição.

2.2.5.3 Aferição do Grau de Satisfação dos Cidadãos - Usuários

Existe um Indicador de Qualidade para verificar o nível de satisfação dos beneficiários em relação ao produto (empreendimento habitacional) promovido pela CFIAe após a entrega ao adquirente da sua unidade residencial. No final do exercício de 2019 houve a entrega do empreendimento Solar do Bosque, a pesquisa de satisfação será realizada no ano de 2020, após a constituição do condomínio.

2.2.5.4 Mecanismos de Transparência das Informações Relevantes sobre a Atuação da Unidade

A Autarquia fortaleceu ao longo de 2019 iniciativas em prol de uma Transparência ativa, conforme preconiza a Lei de Acesso à Informação. No site da Autarquia, www.cfiae.aer.mil.br, constam todas as informações sobre a sua missão, organização e os produtos e serviços prestados a seus beneficiários. No site <http://www2.fab.mil.br/cenciar/index.php/auditorias> poderão ser encontradas informações do Relatório de Gestão da CFIAe e Acórdãos relacionados.

Conforme item 2.2.5.1, a CFIAe também dispõe de uma Ouvidoria localizada na Secretaria da Presidência e uma Unidade de Atendimento ao Público com a finalidade de receber as manifestações dos beneficiários, servidores, cidadãos, prestadores de serviço e instituições, quanto aos serviços e atendimentos prestados pela Autarquia e outros assuntos relacionados à Instituição, disponíveis a quaisquer interessados em apresentar pedido de acesso à informações sobre a Organização, por qualquer meio legítimo.

O trâmite das demandas apresentadas, desde o seu cadastramento inicial até a resposta encaminhada ao cidadão, é gerenciado pela Chefia do Gabinete Administrativo da Autarquia. A solicitação de informação é feita por meio de formulário onde contém o destinatário, a identificação do requerente e a descrição da informação solicitada. Estas são analisadas quanto a eventuais restrições de acesso às informações sigilosas ou de caráter pessoal. O acesso às informações classificadas como sigilosas ficam restritas às pessoas que tenham necessidade de conhecê-las e que sejam devidamente credenciadas na forma da legislação, sem prejuízo das atribuições dos agentes públicos autorizados por lei.

Existem documentos internos em forma de Normas de Serviço, mas de conteúdo ostensivo a qualquer cidadão, que normatizam os procedimentos da Autarquia. São eles: A NS nº 021/DE/2008 - Atendimento ao Beneficiário – que tem por finalidade disciplinar os procedimentos visando dar atendimento ágil, seguro e eficaz aos beneficiários da Autarquia; a NS nº 039/GADM/2012 – Sistema de Informação ao Cidadão – que estabelece os procedimentos para receber, analisar e responder às solicitações de informações conforme previstas na Lei 12.527, de 18 NOV 2011, regulamentada pelo Decreto Nº 7.724, de 16 MAIO 2012, que asseguram o direito fundamental de

acesso à informação e, ainda, a NS nº 010/PRES/2015, cuja finalidade é normatizar as atividades da Ouvidoria da CFIAe.

A Autarquia desenvolveu no exercício de 2017, uma cartilha denominada “Entenda a Lei de Acesso a Informação-LAI” (Lei nº 12.527, de 18 NOV 2011) com a finalidade de demonstrar as bases normativas, conceituais e operacionais na aplicação da LAI.

3. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

A Administração da Autarquia entende que os controles internos são essenciais à consecução dos objetivos da Organização e são o principal suporte para o seu funcionamento. Para tanto, existem políticas e ações, de natureza preventiva, para tornar os impactos das incertezas sobre os objetivos da Autarquia compatíveis ao apetite de risco estabelecido pelo seu Presidente, qual seja: moderado.

Buscou-se, ainda, garantir, com razoável segurança, a confiabilidade das informações financeiras produzidas; a obediência, a conformidade (*compliance*) às leis e aos regulamentos que a regem; a salvaguarda dos seus recursos, de modo a evitar perdas, mau uso e danos; a eficácia e a eficiência de suas operações frente aos objetivos traçados. Para atender este quesito a CFIAe seguiu a sua Norma de Serviço nº 050/PRES/2017, que versa sobre Gestão de Riscos.

Dessa forma pode-se inferir que:

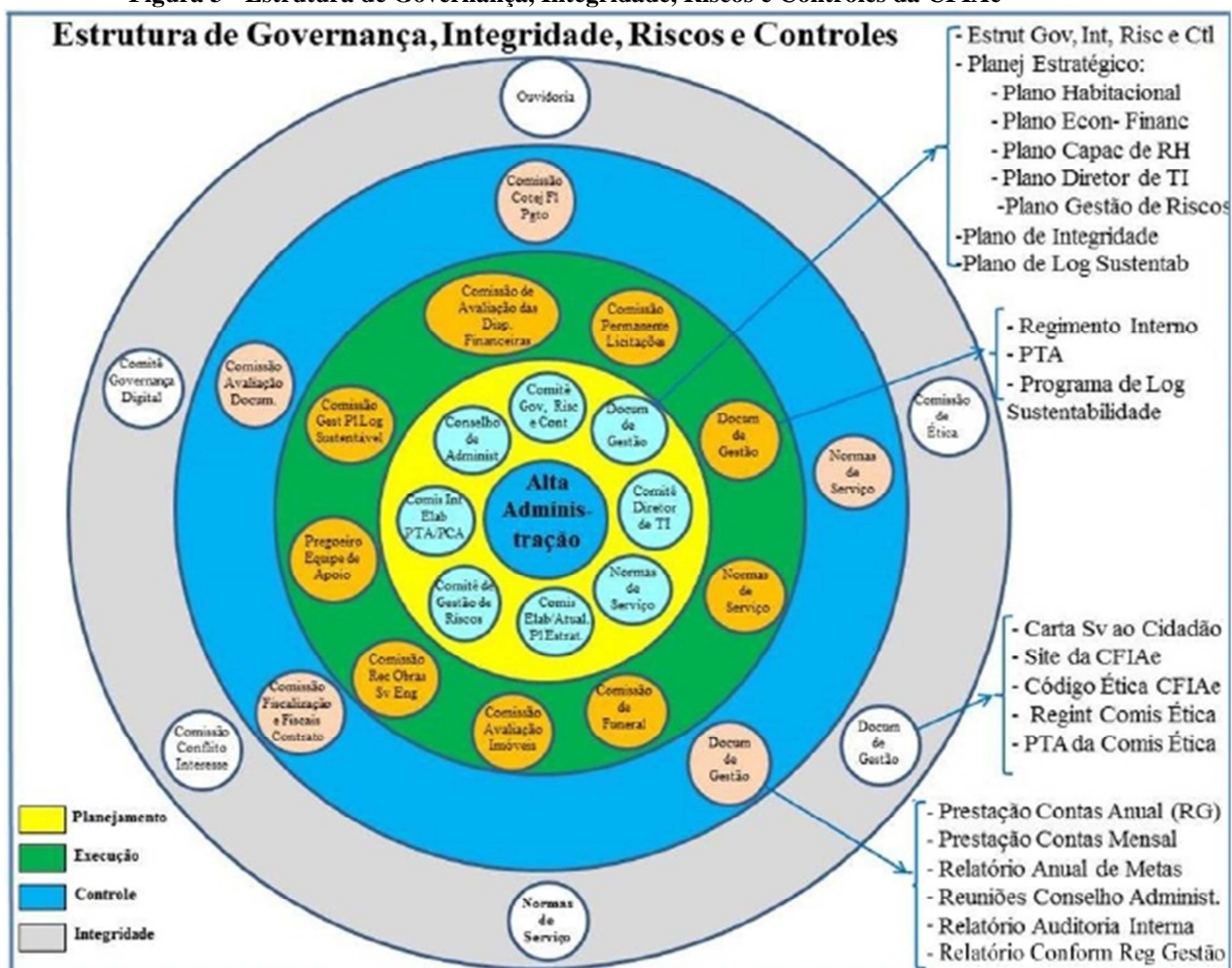
- Os mecanismos gerais de controle instituídos pela CFIAe foram percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis de sua estrutura;
- A comunicação dentro da Autarquia mostrou-se adequada e existe código formalizado de ética ou de conduta aprovado por Portaria da Presidência;
- Os procedimentos e as instruções operacionais encontram-se padronizados e constam dos documentos formais;
- As delegações de autoridade e competência foram acompanhadas de definições claras das responsabilidades;
- Os controles internos adotados contribuíram para a consecução dos resultados planejados pela Autarquia.

Para cada objetivo estratégico da CFIAe, como consta do item 2.1.1 do presente Relatório, foi estabelecido em norma interna uma avaliação de risco executada de forma contínua, de modo a identificar mudanças do seu perfil, ocasionados por transformações nos ambientes interno e externo, mas com a consequente adoção de medidas para mantê-los dentro do apetite estabelecido.

Não se tem indícios de ocorrência de fraudes e perdas, nem tampouco de fragilidades nos controles internos dos processos internos da unidade.

A figura a seguir faz parte da Estrutura de Governança, Integridade, Riscos e Controles da CFIAe, aprovada pela Portaria CFIAe16/SRH de 19/02/2020, onde constam todos os planos de atuação e interesse desta Autarquia, principalmente o Plano de Gestão de Riscos e o Plano de Integridade, que estabelecem as diretrizes para a prevenção e o controle dos riscos.

Figura 3 - Estrutura de Governança, Integridade, Riscos e Controles da CFIAe



4 RESULTADOS DA GESTÃO E DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

A CFIAe, mesmo tendo implementado todas as suas ações previstas no PTA 2019, lida com problemas por vezes difíceis de serem solucionados, uma vez que depende de outras entidades/órgãos para suas providências, como a Superintendência do Patrimônio da União, a Caixa Econômica Federal, as Prefeituras Municipais e os Cartórios, que nem sempre respondem a tempo os seus requerimentos; tudo isso aliado ao desfavorável cenário econômico e financeiro do país durante o exercício. Assim, algumas de suas metas que deixaram de ser cumpridas totalmente, foram transferidas para o exercício de 2020

4.1 Resultados alcançados frente aos objetivos estratégicos - Desempenho Operacional

4.1.1 Apresentação e Análise de Indicadores de Desempenho

Quadro A.4.1.1 – Indicador de Desempenho (Periodicidade: Anual)

Denominação	Índice de Referência (exercício anterior)	Meta Prevista p/ o exercício	Índice Observado	Resultado da Meta no exercício	Fórmula de Cálculo
PATRIMÔNIO LÍQUIDO - IPL	+ 10,20%	IPL > 2%	IPL= + 5,54%	Cumprida	$IPL = \frac{(PL \text{ exerc. corrente})}{(PL \text{ exerc anterior})} - 1 \times 100$
INADIMPLÊNCIA-IIN	- 0,88%	IIN < 1%	IIN = -4,91%	Cumprida	$IIN = \frac{(Inad. \text{ exerc. corrente})}{(Inad. \text{ exerc anterior})} - 1 \times 100$
EMPRÉST. PEQ REFORMAS - IEMP	122%	IEMP ≥ 42 beneficiários	IEMP = 54 beneficiários 128%	Cumprida	$IEMP = \frac{\text{Emprest. Atend.2019}}{\text{Emprest. Prev. 2019}} \times 100$

Fonte: Relatório Final de Metas 2019 da Diretoria Executiva

Quadro A. 4.1.1.1 – Indicador Financeiro – Patrimônio Líquido

Indicador Financeiro – Patrimônio Líquido	
Objetivo da Mensuração	Verificar a evolução anual do Patrimônio Líquido (PL) da Autarquia.
Fórmula do Indicador de Desempenho	$IPL = \frac{(PL 2019)}{(PL 2018)} - 1 \times 100 = \frac{(132.686.402,00)}{(125.717.378,51)} - 1 \times 100 = (1,0554 - 1) \times 100 = 5,54 \%$
Periodicidade e Responsável pela Medição	Anual – Diretoria Executiva.
Meta para o ano - 2019	É que haja Evolução Patrimonial 2% maior em relação ao exercício anterior.
Data e Valor da Última Medição	31 DEZ 2019.
Avaliação do Controle Interno da CFIAE sobre o Desempenho da Organização	A meta foi cumprida uma vez que o Patrimônio Líquido aumentou 5,54% em relação ao exercício anterior. O aumento do Patrimônio deveu-se, principalmente, ao resultado de aplicação financeira

Quadro A. 4.1.1.2 – Indicador Financeiro – Inadimplência

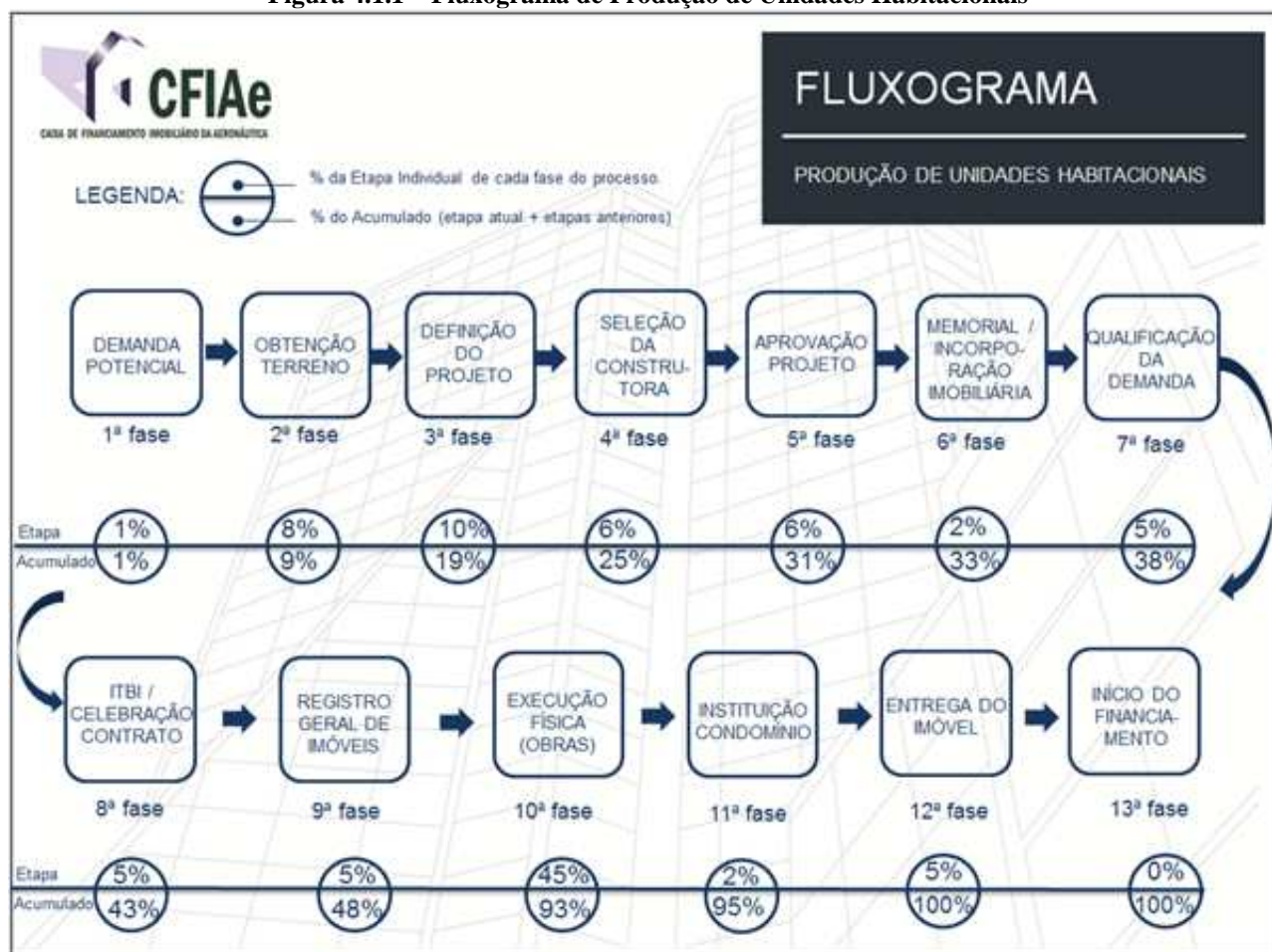
Indicador Financeiro – Inadimplência	
Objetivo da Mensuração	Avaliar o comportamento da inadimplência dos contratos de financiamento.
Fórmula do Indicador de Desempenho	$IIN = \frac{(Inad. 2019)}{(Inad. 2018)} - 1 \times 100 = \frac{(8.215.644,45)}{(8.639.067,15)} - 1 \times 100 = [0,9509 - 1] = -0,0491 \times 100 = -4,91\%$
Periodicidade e Responsável pela Medição	Anual – DCOM - Diretoria Executiva.
Meta para o ano - 2019	Buscar um índice de inadimplência de 1% menor em relação ao exercício anterior.
Data da Última Medição	31 DEZ 2019.
Avaliação do Controle Interno da CFIAE sobre o Desempenho da Organização	A meta foi cumprida uma vez que a inadimplência diminuiu, o índice ficou abaixo do previsto (-4,91% < 1%) em relação a 2018

Quadro A. 4.1.1.3 – Indicador Financeiro – Empréstimos para Pequenas Reformas

Indicador de Produtividade - – Empréstimos para Pequenas Reformas	
Objetivo da Mensuração	Controlar os resultados relativos ao que foi previsto na Proposta Orçamentária em relação ao que foi atendido no exercício, referente aos empréstimos para pequenas reformas aos beneficiários da CFIAe.
Fórmula do Indicador de Desempenho	$IEMP = \frac{\text{Empt. atend. 2019}}{\text{Empt. prev. 2019}} \times 100 = \frac{54}{42} \times 100 = 1,28 \times 100 = 128 \%$
Periodicidade e Responsável pela Medição	Anual – Diretoria Executiva.
Meta para o ano - 2019	Atender no mínimo 42 beneficiários com os recursos alocados para este fim.
Data e Valor da Última Medição	31 DEZ 2019.
Avaliação do Controle Interno da CFIAe sobre o Desempenho da Organização	A meta foi cumprida, uma vez que foi atendida em 128% do previsto para o exercício. A razão do alto percentual de cumprimento da meta, foi em virtude de o valor do crédito total utilizado no exercício, no valor de R\$2.329.950,00 ter sido planejado para atender 42 beneficiários, o que daria aproximadamente R\$ 55.000,00 por pessoa, mas a média dos valores emprestados ficou em R\$ 43.000,00, atendendo dessa forma 54 beneficiários.

Para os indicadores a seguir, relativos à Produção de Unidades Habitacionais, foi considerado o seguinte fluxograma de desempenho de fases:

Figura 4.1.1 – Fluxograma de Produção de Unidades Habitacionais



Quadro A. 4.1.2 – Indicadores de Produção de Unidades Habitacionais (Periodicidade: Anual)

Denominação PRODUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS - IPUH	Índice de Referência (IR)	Índice Previsto (IP)	Índice Observado (IO)	Resultado da Meta (IPUH)	Fórmula de Cálculo
Solar do Bosque	98,40%	100%	100%	100%	IPUH = $\frac{ IO - IR }{ IP - IR } \times 100$.
Rio Mar	25%	33%	27%	25%	
Moradas do Sol	19%	31%	21%	16,6%	
Reserva do Pampa - Canoas	33%	38%	35%	40 %	
Santa Maria	4,5%	9%	5,5%	33,3 %	
Caxias	17,85%	33%	33%	100%	
Santa Cruz	9%	19%	9,5%	5 %	

Fonte: Diretoria Técnica

Obs.:

Índice de Referência (IR): Percentual executado acumulado até 31/12/2018;

Índice Previsto (IP): Percentual acumulado previsto para 2019;

Índice observado (IO): Percentual executado acumulado até 31/12/2019;

Resultado da Meta (IPUH): Razão entre o Índice Observado subtraído o Índice de Referência e o Índice Previsto subtraído o Índice de Referência.

Quadro A.4.1.2.1 – Empreendimento Residencial Solar do Bosque – 180 unid.habit. – Sulacap – RJ

Indicador de Produtividade – eficiência	
Objetivo da Mensuração	Controlar os resultados dos eventos programados no Fluxograma de Produção de Unidades Habitacionais.
Fórmula do Indicador de Desempenho	$IPUH = \frac{IO - IR}{IP - IR} \times 100 = \frac{100 - 98,40}{100 - 98,40} = \frac{1,6}{1,6} \times 100 = 100\%$ <p>Onde: Índice de Referência (IR): Percentual executado acumulado até 31/12/2018: 98,40%; Índice Previsto (IP): Percentual acumulado previsto para 2019: 100%; Índice observado (IO): Percentual executado acumulado até 31/12/2019: 100%; Resultado da Meta (IPUH): Razão entre o Índice Observado subtraído o Índice de Referência e o Índice Previsto subtraído o Índice de Referência. IPUH = 100%</p>
Periodicidade e Responsável pela Medição	Anual – Diretoria Técnica
Meta para o ano	- concluir a execução física do empreendimento; - entregar as unidades habitacionais aos compradores.
Data e Valor da Última Medição	16 de janeiro de 2019.
Avaliação do Controle Interno da CFIAe sobre o Desempenho da Organização	A meta está em fase de finalização.

Quadro A.4.1.2.2 - Empreendimento Residencial Rio Mar – 245 unid.Habit. – Belém – PA

Indicador de Produtividade – eficiência	
Objetivo da Mensuração	Controlar os resultados dos eventos programados no Fluxograma de Produção de Unidades Habitacionais.
Fórmula do Indicador de Desempenho	$IPUH = \frac{\% IO - IR}{\% IP - IR} \times 100 = \frac{27-25}{33-25} = \frac{2}{8} = 25 \%$ <p>Onde: Índice de Referência (IR): Percentual executado acumulado até 31/12/2018: 25%; Índice Previsto (IP): Percentual acumulado previsto para 2019: 33%; avançar para próxima etapa. Índice observado (IO): Percentual executado acumulado até 31/12/2019: 27%; Resultado da Meta (IPUH): Razão entre o Índice Observado subtraído o Índice de Referência e o Índice Previsto subtraído o Índice de Referência. IPUH = 25%</p>
Periodicidade e Responsável pela Medição	Anual – Diretoria Técnica
Meta para o ano	Concluir novo contrato de cessão do terreno, junto à SPU.
Data e Valor da Última Medição	31 de dezembro de 2019.
Avaliação do Controle Interno da CFIAe sobre o Desempenho da Organização	Até o presente momento, a meta não foi integralmente alcançada. Esta meta depende, essencialmente, de órgão externo à Cfiac, no caso, os órgãos do Sistema de Patrimônio da União.

Quadro A.4.1.2.3 – Empreendimento Residencial Moradas do Sol – 120 unid.Habit. – Fortaleza – CE

Indicador de Produtividade – eficiência	
Objetivo da Mensuração	Controlar os resultados dos eventos programados no Fluxograma de Produção de Unidades Habitacionais.
Fórmula do Indicador de Desempenho	$IPUH = \frac{\% IO - IR}{\% IP - IR} \times 100 = \frac{21-19}{31-19} = \frac{2}{12} = 16,6 \%$ <p>Onde: Índice de Referência (IR): Percentual executado acumulado até 31/12/2018: 19%; Índice Previsto (IP): Percentual acumulado previsto para 2019: 31%; Índice observado (IO): Percentual executado acumulado até 31/12/2019: 21%; Resultado da Meta (IPUH): Razão entre o Índice Observado subtraído o Índice de Referência e o Índice Previsto subtraído o Índice de Referência. IPUH = 16,6 %</p>
Periodicidade e Responsável pela Medição	Anual – Diretoria Técnica
Meta para o ano	- modificar as condições de atendimento de renda dos beneficiários, junto ao Sistema de Patrimônio da União.
Data e Valor da Última Medição	31 de dezembro de 2019.
Avaliação do Controle Interno da CFIAe sobre o Desempenho da Organização	A meta foi concluída.

Quadro A.4.1.2.4 Empreendimento Reserva do Pampa - 160 unid. Habit. (duas fases) – Canoas – RS

Indicador de Produtividade – eficiência	
Objetivo da Mensuração	Controlar os resultados dos eventos programados no Fluxograma de Produção de Unidades Habitacionais.
Fórmula do Indicador de Desempenho	$IPUH = \frac{\% IO - IR}{\% IP - IR} \times 100 = \frac{35-33}{38-33} \times 100 = \frac{2}{5} \times 100 = 40\%$ <p>Onde: Índice de Referência (IR): Percentual executado acumulado até 31/12/2018: 33%; Índice Previsto (IP): Percentual acumulado previsto para 2019: 38%; Índice observado (IO): Percentual executado acumulado até 31/12/2019: 35%; Resultado da Meta (IPUH): Razão entre o Índice Observado subtraído o Índice de Referência e o Índice Previsto subtraído o Índice de Referência: IPUH = 40%</p>
Periodicidade e Responsável pela Medição	Anual – Diretoria Técnica
Meta para o ano	Iniciar processo de seleção da construtora responsável pelo empreendimento e efetuar gestões, junto à Caixa Econômica Federal para execução da fase 1.
Data e Valor da Última Medição	31 de dezembro de 2019.
Avaliação do Controle Interno da CFIAe sobre o Desempenho da Organização	Apesar dos esforços da construtora e desta diretoria, a qual atendeu às exigências realizadas, a CAIXA RS ainda não emitiu o parecer final sobre o processo de avaliação financeira para liberação dos recursos para construção e financiamento do empreendimento.

Quadro A.4.1.2.5 Santa Maria - DF – Terreno

Indicador de Produtividade – eficiência	
Objetivo da Mensuração	Controlar os resultados dos eventos programados no Fluxograma de Produção de Unidades Habitacionais.
Fórmula do Indicador de Desempenho	$IPUH = \frac{\% IO - IR}{\% IP - IR} \times 100 = \frac{5,5-4,5\%}{9-4,5\%} = \frac{1,5}{4,5} \times 100 = 33,3\%$ <p>Onde: Índice de Referência (IR): Percentual executado acumulado até 31/12/2018: 4,5%; Índice Previsto (IP): Percentual acumulado previsto para 2019: 9%; Índice observado (IO): Percentual executado acumulado até 31/12/2019: 4,5%; Resultado da Meta (IPUH): Razão entre o Índice Observado subtraído o Índice de Referência e o Índice Previsto subtraído o Índice de Referência. IPUH = 33,33%</p>
Periodicidade e Responsável pela Medição	Anual – Diretoria Técnica
Meta para o ano	Executar a transferência de terreno de nova área em Santa Maria junto à Superintendência do Patrimônio da União.
Data e Valor da Última Medição	31 de dezembro de 2019.
Avaliação do Controle Interno da CFIAe sobre o Desempenho da Organização	Até o presente momento, a meta não foi integralmente alcançada. Esta meta depende, essencialmente, de órgão externo à CFIAe, no caso, os órgãos do Sistema de Patrimônio da União.

Quadro A.4.1.2.6 – Caxias – RJ – Lotes

Indicador de Produtividade – eficiência	
Objetivo da Mensuração	Controlar os resultados dos eventos programados no Fluxograma de Produção de Unidades Habitacionais.
Fórmula do Indicador de Desempenho	$IPUH = \frac{\% IO - IR}{\% IP - IR} \times 100 = \frac{100 - 17,85}{100 - 17,85} = 1 \times 100 \% = 100\%$ <p>Onde: Índice de Referência (IR): Percentual executado acumulado até 31/12/2018: 17,85%; Índice Previsto (IP): Percentual acumulado previsto para 2019: 100%; Índice observado (IO): Percentual executado acumulado até 31/12/2019: 100%; Resultado da Meta (IPUH): Razão entre o Índice Observado subtraído o Índice de Referência e o Índice Previsto subtraído o Índice de Referência. IPUH = 100%</p>
Periodicidade e Responsável pela Medição	Anual – Diretoria Técnica
Meta para o ano	Efetuar o registro do loteamento no Registro Geral de Imóveis – RGI
Data e Valor da Última Medição	31 de dezembro de 2019.
Avaliação do Controle Interno da CFIAe sobre o Desempenho da Organização	Meta foi concluída. Os lotes estão sendo comercializados pelo setor comercial.

Quadro A.4.1.2.7 – Santa Cruz – RJ – Terreno

Indicador de Produtividade – eficiência	
Objetivo da Mensuração	Controlar os resultados dos eventos programados no Fluxograma de Produção de Unidades Habitacionais.
Fórmula do Indicador de Desempenho	$IPUH = \frac{\% IO - IR}{\% IP - IR} \times 100 = \frac{9,5 - 9\%}{19 - 9\%} = 0,05 \times 100 = 5\%$ <p>Onde: Índice de Referência (IR): Percentual executado acumulado até 31/12/2018: 9%; Índice Previsto (IP): Percentual acumulado previsto para 2019: 19%; Índice observado (IO): Percentual executado acumulado até 31/12/2019: 9,5%; Resultado da Meta (IPUH): Razão entre o Índice Observado subtraído o Índice de Referência e o Índice Previsto subtraído o Índice de Referência. IPUH = 5%</p> <p>Obs.: Para execução do IPUH foi considerado que o empreendimento de Santa Cruz está em etapa de definição do projeto. Há dificuldades com a viabilidade do empreendimento, no momento atual do mercado.</p>
Periodicidade e Responsável pela Medição	Anual – Diretoria Técnica
Meta para o ano	Verificar a viabilidade para execução de empreendimento, em função da conjuntura do mercado na região.
Data e Valor da Última Medição	31 de dezembro de 2019.
Avaliação do Controle Interno da CFIAe sobre o Desempenho da Organização	O estudo de viabilidade realizado indicou que o empreendimento em Santa Cruz deve aguardar a evolução do mercado imobiliário, face à conjuntura econômica do país.

5 ALOCAÇÃO DE RECURSOS DA GESTÃO

5.1 Gestão Orçamentária e Financeira

Quadro A.5.1.1 – Financiamento Imobiliário para o Pessoal da Aeronáutica

Identificação da Ação							
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(x) Integral () Parcial						
Código	00JE			Tipo: Operação Especial			
Título	Financiamento Imobiliário para o Pessoal da Aeronáutica						
Iniciativa	-						
Objetivo	-			Código:			
Programa	Financiamento com Retorno		Código: 0902		Tipo: Operação Especial		
Unidade Orçamentária	74205						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001	2.500.000,00	2.500.000,00	2.329.950,00	2.329.950,00	2.329.950,00	-	-
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	
00010	Financiamento Imobiliário para o pessoal da Aeronáutica		Servidor Beneficiado	42	42	52	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	-	

Análise Situacional: Sobre esta ação vale salientar que é destinada a atender um dos objetivos estratégicos da Autarquia, qual seja, o de promover aos beneficiários da CFIAe recursos para ampliação ou reformas de suas unidades habitacionais, em forma de empréstimos. Foi prevista uma demanda para 42 (quarenta e dois) beneficiários. Entretanto, foram solicitados e atendidos 54 (cinquenta e quatro) empréstimos no exercício.

Quadro A.5.1.1.2 – Auxílio-Funeral e Natalidade de Civis

Identificação da Ação							
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(x) Integral () Parcial						
Código	212B0033			Tipo: Atividade			
Título	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes- No Estado do Rio de Janeiro						
Iniciativa	-						
Objetivo	-						
Programa	Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa			Código: 2108		Tipo: Operação Especial	
Unidade Orçamentária	52211						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
-	21.204,00	21.204,00	-	-	-	-	-
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	
-	-		-	-	-	-	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	-	

Quadro A.5.1.1.3 – Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Interna

Identificação da Ação							
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(x) Integral () Parcial						
Código	0283			Tipo: Operação Especial			
Título	Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Interna						
Iniciativa	-						
Objetivo	-						
Programa	Serviço da Dívida Interna (Juros e Amortizações) Código:0905 Tipo: Operação Especial						
Unidade Orçamentária	52211						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001	-	-	-	-	-	-	-
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	
0001	Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Interna		-	-	-	-	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	-	

Análise Situacional: Não houve despesa nesta ação, em virtude de não ter havido no período quitação ou amortização na carteira de financiamentos concedidos para imóveis. Portanto, não houve o conseqüente recolhimento do valor da quitação/amortização à Caixa Econômica Federal.

Quadro A. 5.1.1.4 – Reserva de Contingência

Identificação da Ação							
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(x) Integral () Parcial						
Código	0Z00			Tipo: Operação Especial			
Título	Reserva de Contingência - Financeira						
Iniciativa	-						
Objetivo	-			Código:			
Programa	Reserva de Contingência			Código:0999 Tipo: Operação Especial			
Unidade Orçamentária	52211						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0Z00	4.709.236,00	4.709.236,00	-	-	-	-	-
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	
0Z00	Reserva de Contingência		-	-	-	-	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	-	

Análise Situacional: O recurso destinado a Reserva de Contingência foi creditado pela SOF (Secretaria do Orçamento Federal).

Quadro A. 5.1.1.5 – Contribuições da União para o Custeio do Regime de Previdência Serv. Públicos Federais

Identificação da Ação							
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(x) Integral () Parcial						
Código	09HB			Tipo: Operação Especial			
Título	Contribuições da União para o Custeio do Regime de Prev. Servidores Públicos Federais						
Iniciativa	-						
Objetivo	-			Código:			
Programa	Gestão e Manutenção do Ministério da DefesaCódigo:2108 Tipo: Operação Especial						
Unidade Orçamentária	52211						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001	-	-	-	-	-	-	-
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	
0001	Contribuições da União para o Custeio do Regime de Prev. Servidores Públicos Federais		-	-	-	-	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	-	

Quadro A. 5.1.1.6 – Administração da Unidade

Identificação da Ação							
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(x) Integral () Parcial						
Código	2000			Tipo: Atividade			
Título	Administração da Unidade						
Iniciativa	-						
Objetivo	-			Código:			
Programa	Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa Código: 2108 Tipo: Atividade						
Unidade Orçamentária	52211						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001	3.000.000,	3.000.000,	1.606.652,36	1.313.549,45	1.313.549,45	-	293.102,91
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	
-	Administração da Unidade		-	-	-	-	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	-	

Quadro A. 5.1.1.7 – Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares

Identificação da Ação							
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(x) Integral () Parcial						
Código	212B0033			Tipo: Atividade			
Título	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes- No Estado do Rio de Janeiro						
Iniciativa	-						
Objetivo	- Código:						
Programa	Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa			Código: 2108 Tipo: Atividade			
Unidade Orçamentária	52211						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
-	7.348,00	7.348,00	6.562,80	5.966,20	5.369,60	596,60	-
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	
-	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares		Servidor	01	01	01	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	-	

Quadro A. 5.1.1.8 – Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares

Identificação da Ação							
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(x) Integral () Parcial						
Código	212B0033			Tipo: Atividade			
Título	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes- No Estado do Rio de Janeiro						
Iniciativa	-						
Objetivo	-			Código:			
Programa	Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa			Código: 2108		Tipo: Atividade	
Unidade Orçamentária	52211						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
-	54.960,00	59.790,00	54.960,00	54.960,00	54.751,70	208,30	-
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	
-	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares		Servidor Beneficiário	10	10	11	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	-	

Quadro A. 5.1.1.9 – Pagamento do Pessoal Ativo da União

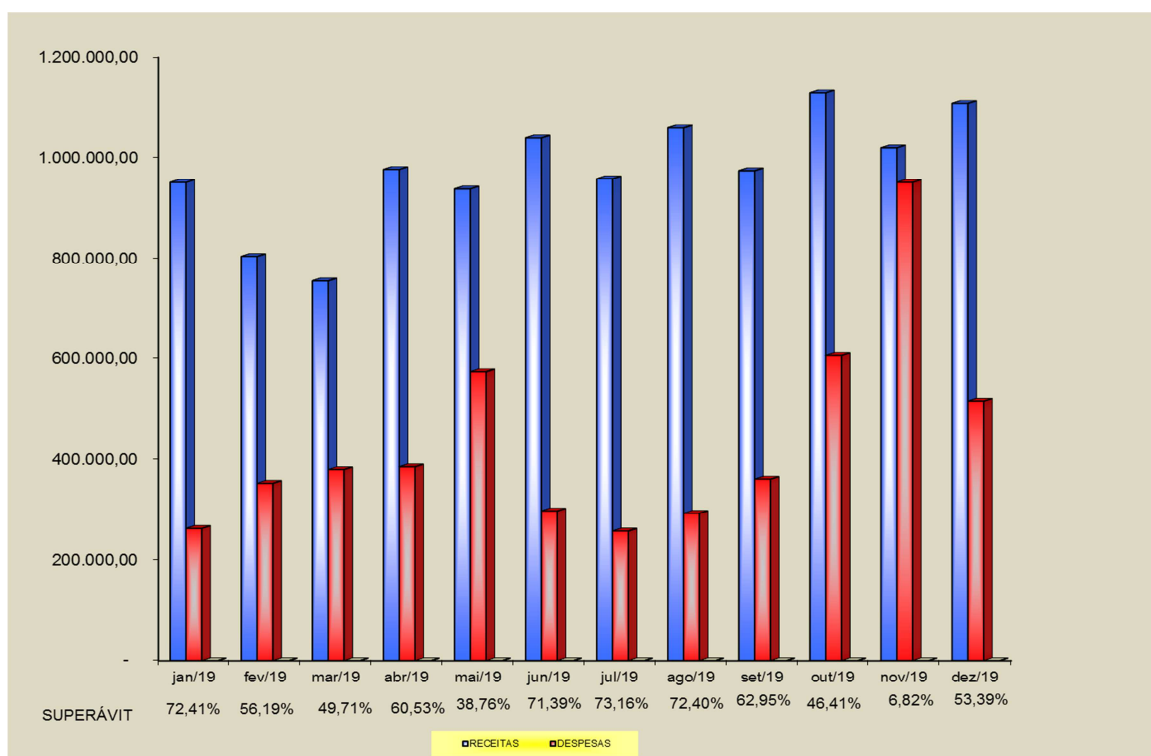
Identificação da Ação							
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(x) Integral () Parcial						
Código	20TPTipo: Atividade						
Título	Ativos Cívild da União						
Iniciativa	-						
Objetivo	- Código:						
Programa	Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa Código: 2108 Tipo: Atividade						
Unidade Orçamentária	52211						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001	1.336.375,00	1.366.375,00	1.304.705,04	1.304.705,04	1.238.194,69	66.510,35	-
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	
0001	Pagamento do Pessoal Ativo da União		Servidor	21	21	18	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	-	

Análise Situacional: Se considerarmos que as principais metas financeiras da Autarquia propostas para o exercício foram atendidas, podemos concluir que a CFIAe cumpriu o planejado com os recursos recebidos para atender às suas diversas ações. Apesar do contingenciamento nas despesas de custeio e nas de investimento, em sua totalidade, a Autarquia conseguiu cumprir com seu planejamento inicial. Quanto às despesas de Restos a Pagar (Ação – Código 2000), em sua maior parte, decorreram de pregões eletrônicos para aquisição de material e serviço, realizados no final do ano. Assim, algumas despesas não foram pagas a tempo, em virtude de alguns fornecedores não terem efetuado a entrega do produto ou serviço, até o fechamento do exercício.

5.1.1 Acompanhamento orçamentário durante o exercício



5.1.2. Acompanhamento de Receitas e Despesas da CFIAe durante o exercício



5.1.3 Evolução Patrimonial

Durante o exercício, do valor de R\$ 11.771.668,00 (onze milhões, setecentos e setenta e um mil e seiscentos e sessenta e oito), previsto no Plano de Ação da Autarquia, foram contingenciado/bloqueados R\$ 4.709.236,00 (quatro milhões, setecentos e nove mil e duzentos e trinta e seis) do orçamento. Em função desse fato algumas metas não prioritárias tiveram que ser

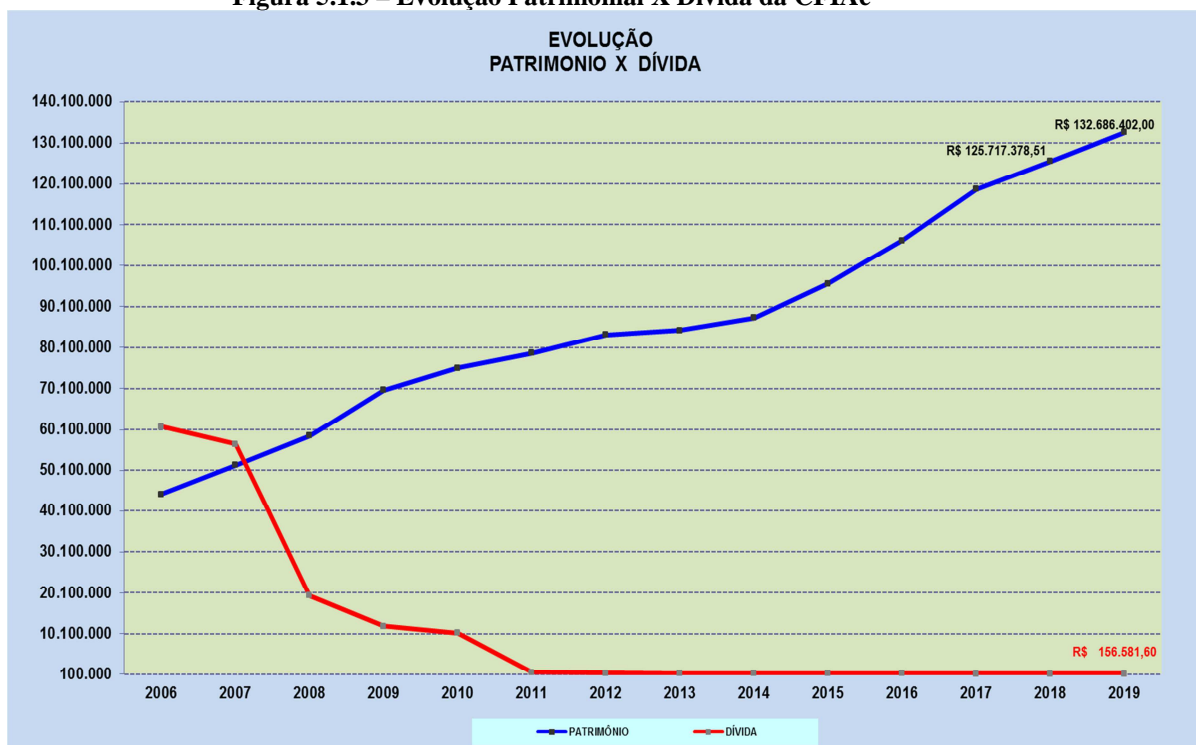
transferidas para 2020. Algumas medidas restritivas tiveram que ser tomadas; porém, ainda assim, houve uma evolução positiva de 5,54% no Patrimônio Líquido no exercício (de R\$ **125.717.378,51** em 2018 para R\$ **132.686.402,00** em 2019), conforme demonstrado na tabela a seguir.

Tabela III - Situação Econômico-Financeira

RESULTADOS DOS BALANÇOS	31/12/2018	31/12/2019
SUPERAVIT FINANCEIRO	88.124.593,35	94.490.032,82
RESULTADO POSITIVO	37.592.785,16	38.196.369,18
PATRIMÔNIO LÍQUIDO SUPERAVIDÁRIO	125.717.378,51	132.686.402,00

Fonte: Balanço Patrimonial do exercício (31 DEZ 2019)

Figura 5.1.3 – Evolução Patrimonial X Dívida da CFIAe



5.1.4 Informações sobre a Execução das Despesas - Modalidade de Contratação

Quadro A.5.1.4– Despesas por Modalidade de Contratação

Unidade Orçamentária: Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica		Código UO: 52211			UGO: 123001			
Modalidade de Contratação	Despesa Executada				Despesa paga			
	2019	%	2018	%	2019	%	2018	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	669.891,85	12,30	681.220,16	16,37	485.683,43	9,57	602.971,10	15,40
a) Convite	62.616,61		37.250,46	-	53.381,62		37.250,46	-
b) Tomada de Preços	-		-	-	-		-	-
c) Concorrência	-		-	-	-		-	-
d) Pregão	607.275,24		643.969,70	-	432.301,81		565.720,64	-
e) Concurso	-		-	-	-		-	-
f) Consulta	-		-	-	-		-	-
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-		-	-	-		-	-
2. Contratações Diretas (h+i)	656.758,20	12,06	413.734,12	9,94	560.610,53	11,05	366.893,75	9,37
h) Dispensa	250.425,90		212.041,57	-	228.733,97		199.952,54	-
i) Inexigibilidade	406.332,30		201.692,55	-	331.876,56		166.941,21	-
3. Regime de Execução Especial	2.000,00	0,04	6.000,00	0,14	2.000,00	0,04	6.000,00	0,15
j) Suprimento de Fundos	2.000,00		6.000,00	-	2.000,00		6.000,00	-
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	1.538.941,50	28,26	1.491.438,46	35,83	1.538.941,50	30,32	1.491.438,46	38,08
k) Pagamento em Folha	1.518.071,96		1.475.070,87	-	1.518.071,96		1.475.070,87	-
l) Diárias	20.869,54		16.367,59	-	20.869,54		16.367,59	-
5. Total das Despesas acima (1+2+3+4)	2.867.591,55	52,66	2.592.392,74	62,28	2.587.235,46	50,98	2.467.303,31	63,00
6. Outros (Não se Aplica, exceto Folha e Diárias)	2.578.822,09	47,34	1.569.835,83	37,72	2.487.715,14	49,02	1.448.356,40	37,00
7. Total das Despesas UPC	5.446.413,64	100	4.162.228,57	100	5.074.950,60	100	3.915.659,71	100

Fonte: SIAFI 2019/Tesouro Gerencial

5.1.4.1 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa

Conforme quadro constante do item 8.3 do presente Relatório.

5.1.4.2 Despesas com Publicidade

Quadro A.5.1.4.2.1 – Despesas com Publicidade

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional	2108/2000	26.000,00	22.305,58

Fonte: SIAFI 2019

Análise Crítica:

Dentro das Modalidades de Contratação, o Pregão Eletrônico representou o maior valor da execução orçamentária no exercício em questão, o que evidencia o comprometimento da Autarquia

em tornar mais competitivo e transparente o processo licitatório. Em relação às despesas realizadas por grupo e natureza de despesa, a execução orçamentária esteve dentro do plano de metas constante do Programa de Trabalho Anual da Autarquia. Todas as despesas foram realizadas conforme previsto no planejamento financeiro da Autarquia, de acordo com os processos licitatórios listados no Quadro A.5.1.4. Com relação ao quadro A.5.1.4.2.1, as despesas com publicidade legal foram realizadas com a Imprensa Nacional, com a publicação de avisos de licitação e contratos.

5.1.4.3 Suprimento de Fundos – Concessão e Utilização

Quadro A.5.1.4.3.1 – Concessão de Suprimento de Fundos

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2019	123001	CFIAe	02	2.000,00	0	0	1.000,00
2018	123001	CFIAe	03	6.000,00	0	0	2.000,00

Fonte: SIAFI 2018 e 2019

Quadro A.5.1.4.3.2 – Utilização de Suprimento de Fundos

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
					Saque		Fatura	Total (a+b)
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2019	123001	CFIAe	02	2.000,00	0	0	0	0,00
2018	123001	CFIAe	03	6.000,00	0	0	0	0,00

Fonte: SIAFI 2018 e 2019

Quadro A.5.1.4.3.3 – Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos no Exercício de Referência

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
123001	CFIAe	33390.39	66	R\$ 2.000,00
			TOTAL	R\$ 2.000,00

Fonte: SIAFI 2019

Análise Crítica

A utilização da Conta de Suprimento de Fundos tipo “B” ocorreu em caráter excepcional, amparada pela Portaria nº 279, de 14 FEV 2017, do Comandante da Aeronáutica, com a finalidade de atender, principalmente, a despesas de pronto pagamento, como emolumentos cartoriais, quais sejam, reconhecimento de firmas, autenticação de documentos, emissão de procurações, expedição de certidões e pagamentos de tributos municipais, que só podem ser pagas em espécie.

5.1.5 Fatores Intervenientes na Gestão Orçamentária e Financeira

Durante o exercício, do valor de R\$ 11.771.668,00 (onze milhões, setecentos e setenta e um mil e seiscentos e sessenta e oito), previsto no Plano de Ação da Autarquia, foram contingenciados/bloqueados R\$ 4.709.236,00 (quatro milhões, setecentos e nove mil e duzentos e trinta e seis) do orçamento. Entretanto, de um modo geral, o planejamento previsto no Programa de Trabalho Anual foi executado satisfatoriamente. Em virtude de fatores alheios a esta Autarquia, como a demora na aprovação de projetos pelas respectivas Prefeituras de Municípios onde foram

planejados empreendimentos, foi transferido o início da construção dos projetos para o exercício de 2020.

5.2 Gestão de Pessoas

5.2.1 Distribuição da Força de Trabalho

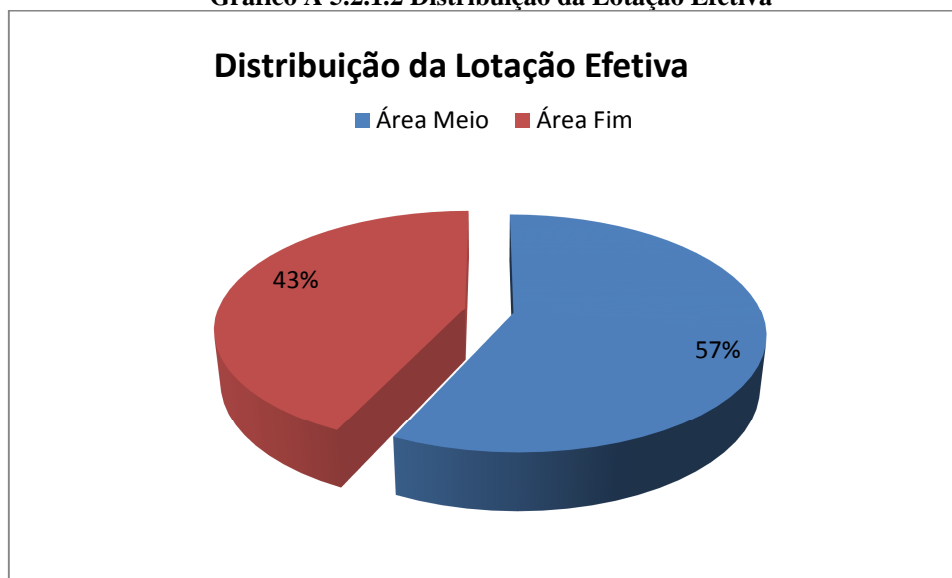
Quadro A.5.2.1.1 – Força de Trabalho da CFIAe

Tipologia dos Cargos	Lotação			
	Autorizada	Efetiva	Ingressos no exercício	Egressos no exercício
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1. + 1.2.)	1	29	4	4
1.1. Militares de carreira vinculada ao órgão - Ativa	0	21	4	1
1.2. Servidores civis de carreira (1.2.1. + 1.2.2.)	1	8	0	3
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1	0	0	0
1.2.2. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	8	0	3
2. Contrato temporários	0	39	15	14
2.1. Militares temporários (2.1.1. + 2.1.2. + 2.1.3.)	0	39	15	14
2.1.1. Serviço militar obrigatório	0	1	0	0
2.1.2. Oficiais temporários	0	9	3	1
2.1.3. Tarefa por tempo certo	0	29	12	13
3. Servidores em cargos DAS (3.1. + 3.2. + 3.3.)	11	11	2	2
3.1. Servidores civis sem vínculo	3	4	1	0
3.2. Servidores civis com vínculo requisitado	1	0	0	1
3.3. Militares da reserva remunerada / aposentados	7	7	1	1
Total de servidores (1. + 2. + 3.)	12	79	21	20

Fonte: Seção de Recursos (31/12/2019)

Distribuição da Lotação Efetiva

Gráfico A 5.2.1.2 Distribuição da Lotação Efetiva



Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas

Quadro A.5.2.1.3 Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da CFIAe

Tipologia dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão (1.1+1.2)	11	11	3	3
1.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Cargos de Direção e Assessoramento Superior (1.2.1+1.1.2+1.1.3+1.1.4+1.1.5)	11	11	3	3
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	0	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos ou Esferas	2	1	0	1
1.2.4. Sem vínculo	3	3	1	0
1.2.5. Militares da Reserva Remunerada / Aposentados	6	7	2	2
2. Funções Gratificadas (2.1+2.2+2.3)	15	8	0	3
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	0	0	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros Órgãos ou Esferas	15	8	0	3
Total Servid.: Cargo em Comissão e em Função (1+2)	26	19	0	6

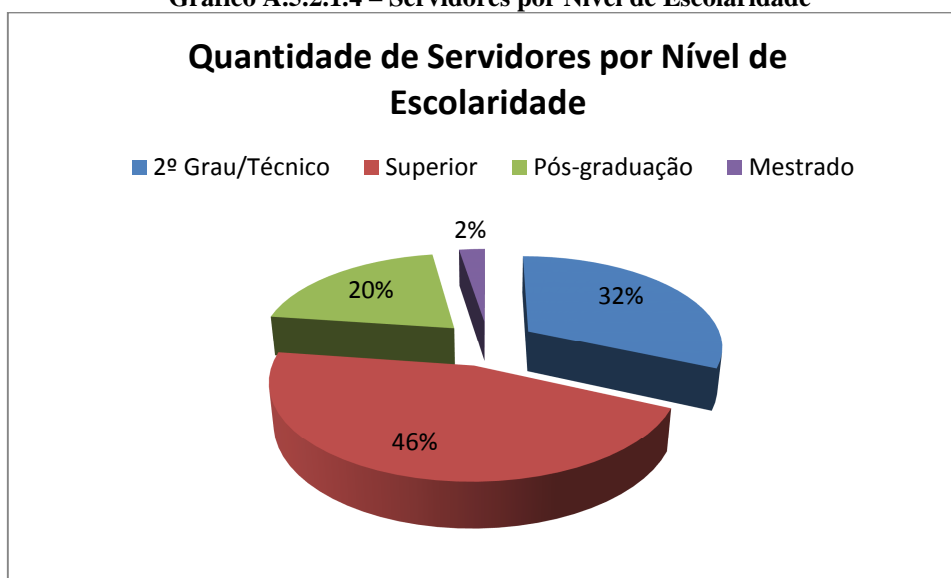
Fonte: Seção de Recursos Humanos (31/12/2019)

Análise Crítica: Os recursos humanos existentes são constituídos em sua maioria de militares e servidores civis, prestando serviço, cedidos ou designados para execução de Tarefa por Tempo Certo, originários de Organizações Militares do Comando da Aeronáutica, conforme previsto na Lei nº 6.715, de 12 NOV1979.

Não há diferença na avaliação entre o trabalho dos servidores em cargos comissionados e não comissionados. A Autarquia busca a prevalência de um ambiente de convivência no qual serão respeitadas as diferenças individuais de cada elemento do grupo. A ética, o espírito de equipe, a colaboração e a cortesia norteiam todas as ações dos integrantes da CFIAe.

Distribuição por Nível de Escolaridade

Gráfico A.5.2.1.4 – Servidores por Nível de Escolaridade

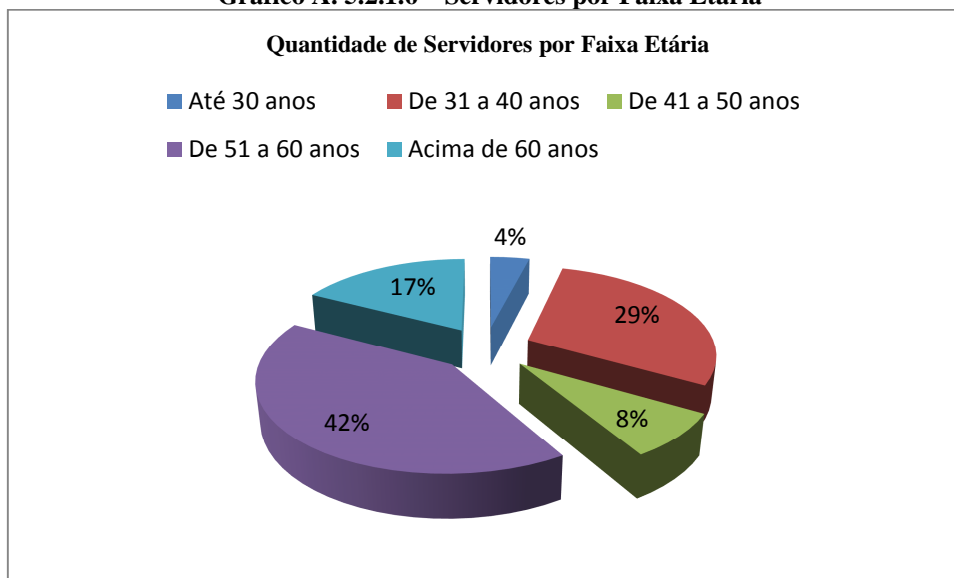


Quadro A. 5.2.1.5 – Previsão de Aposentadoria do Quadro de Servidores da CFIAe

Tempo de Aposentadoria	2009	2011	2013	2017	2020	2021	2022
1. Já adquirido	01	01	01	01			
2. Previsão (s/ licença)					01	02	01

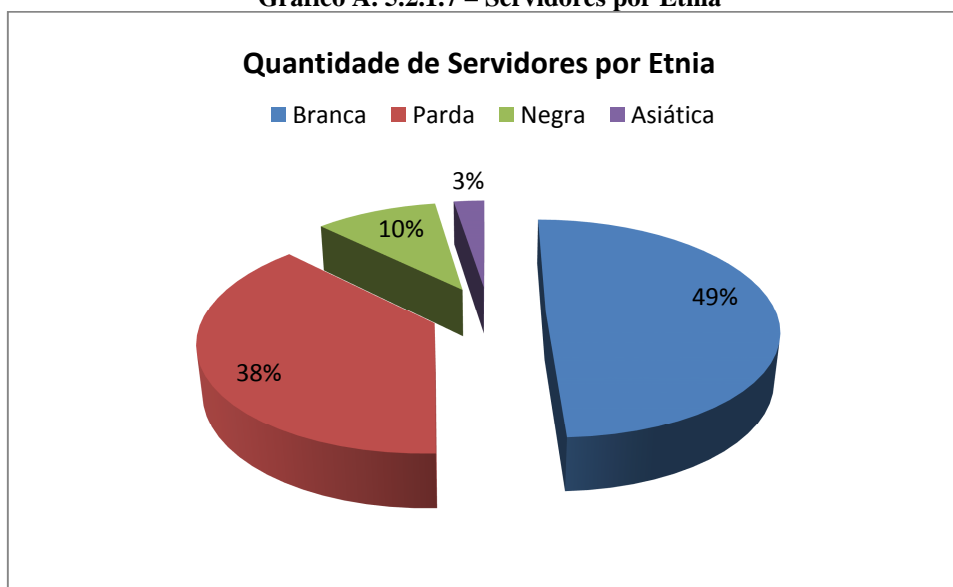
Distribuição por Faixa Etária

Gráfico A. 5.2.1.6 – Servidores por Faixa Etária



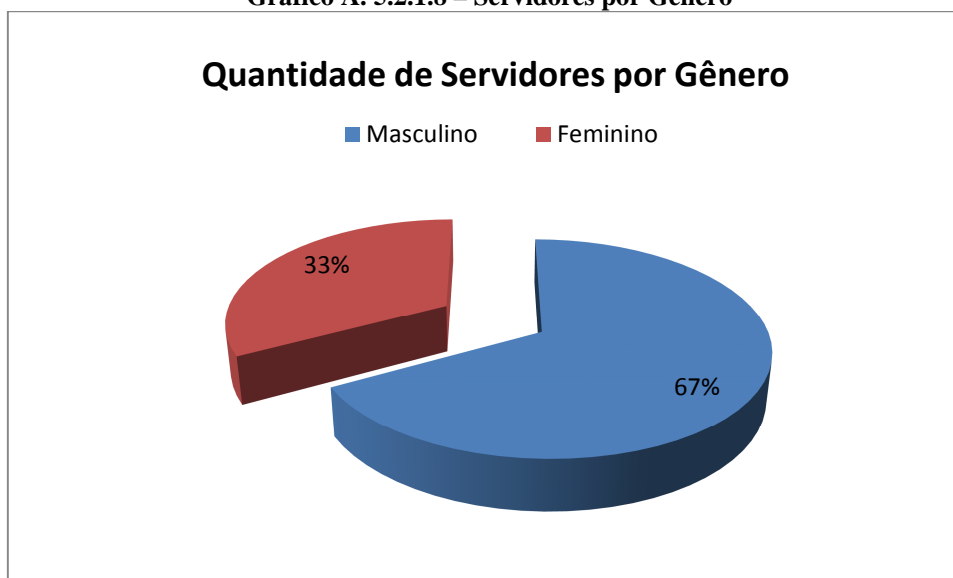
Distribuição por Etnia

Gráfico A. 5.2.1.7 – Servidores por Etnia



Distribuição por Gênero

Gráfico A. 5.2.1.8 – Servidores por Gênero



5.2.2 Indicadores de Recursos Humanos

Quadro A.5.2.2.1– Indicadores de Recursos Humanos – Absenteísmo

Absenteísmo	
Objetivo da Mensuração	Controlar o índice de absentismo da força de trabalho da Autarquia.
Identificação das Variáveis	Faltas ao trabalho e dias de trabalho computados.
Origem dos dados empregados na fórmula	Folha de Frequência dos servidores
Fórmula do Indicador de Desempenho	$IP = \frac{\text{N}^\circ \text{ de faltas ao trabalho}}{\text{Dias de trabalho computados}} = \frac{79}{18723} = 0,00421 \times 100 = 0,421\%$
Periodicidade e Responsável pela Medição	Anual – Seção de Recursos Humanos
Meta para o ano	Manter o índice de absenteísmo abaixo de 1%.
Data e Valor da última medição	31 de dezembro de 2019.
Avaliação do Controle Interno da UJ sobre o Desempenho da Organização	Com 0,421% de absenteísmo, a meta foi cumprida.

Análise crítica: A manutenção do índice de absenteísmo com percentual abaixo do estabelecido foi resultado de reuniões de motivação com os servidores, contribuindo para manter a capacidade força de trabalho em níveis elevados.

Quadro A. 5.2.2.2– Indicadores de Recursos Humanos – Acidente de Trabalho

Indicador de Acidente de Trabalho - IAT	
Objetivo da Mensuração	Controlar a integridade física dos servidores da Autarquia.
Identificação das Variáveis	Nº de servidores e ocorrências de acidente registradas.
Origem dos dados empregados na fórmula	Seção de Recursos Humanos.
Fórmula do Indicador de Desempenho	$IP = \frac{\text{N}^\circ \text{ ocor.de acid.registrados}}{\text{Efetivo}} = \frac{0}{79} = 0 \times 100 = 0\%$
Periodicidade e Responsável pela Medição	Anual – Seção de Recursos Humanos
Meta para o ano	Manter o índice 0% de acidentes de trabalho na Autarquia.
Data e Valor da última medição	31 de dezembro de 2019
Avaliação do Controle Interno da UJ sobre o Desempenho da Organização	Com o índice 0% de acidentes de trabalho, a meta foi cumprida.

Análise crítica: A manutenção do índice abaixo de 0% de acidentes no trabalho contribuiu para manter ativo o potencial de trabalho da Autarquia.

Quadro A. 5.2.2.3- Qualificação e Capacitação da Força de Trabalho

Descrição do Curso	Quantidade de Servidores Atendidos
"IV Simpósio de Controle Interno do Ministério da Defesa	1
Curso Avançado de Gestor Setorial do SCDP - Legislação e Prática	1
Curso de Eletricidade Residencial e Industrial	1
Curso Semana Especial de SIAPEcad - Cadastro de Pessoal e SIAPE Folha	2
Curso Prático: Retenções na Fonte e Tributos e Contribuições Sociais na Contratação de Bens e Serviços na Adm. Publica	1
Projeto de Extensão em Engenharia de Avaliações e Pericias Judiciais	2
Curso Semana Especial: SIAFI Operacional e PCASP - Execução Orçamentaria e Financeira. Passo a Passo.	4
Curso de Formação de Auditores Internos - Nível Básico - AUDI 1	1
Curso de Comunicação Social	1
Curso Mecânico de Manutenção de Refrigeração e Ar Condicionado	1
Curso de Formação e Capacitação de Pregoeiro. Pregão Presencial & Eletrônico e Sistema de Registro	1
Curso Prático de Elaboração de Projeto Básico	4
Seminário de Monitoramento Temático, Acompanhamento Orçamentário, Prestação de Contas	1
Curso de Licitações e Formação de Pregoeiros	1
Seminário de Governança e Gestão de Riscos no âmbito da Administração Federal	1
Curso: Dispensa e Inexigibilidade de Licitação Pública. Contratação Direta e Emergencial sem Licitação	1
Curso Prático: Gestão de Materiais, Suprimentos, Compras, Almoxarifado e Patrimônio na Adm. Pública	1
Curso: Indicadores de Desempenho Organizacional	12
TOTAL	37

Fonte: Seção de Recursos Humanos

Quadro A. 5.2.2.4– Indicadores de Recursos Humanos – Qualificação

Indicador de Qualificação de Recursos Humanos	
Objetivo da Mensuração	Controlar os resultados do Plano de Capacitação de Recursos Humanos.
Identificação das Variáveis	Servidores Aperfeiçoados e Efetivo.
Origem dos dados empregados na fórmula	Seção de Recursos Humanos
Fórmula do Indicador de Desempenho	$IP = \frac{\text{N}^\circ \text{ Servid. aperfeiçoados no exercício}}{\text{Efetivo}} = \frac{37}{79} = 0,4683 = 46,83\%$
Periodicidade e Responsável pela Medição	Semestral – Seção de Recursos Humanos.
Meta para o ano	Proporcionar aperfeiçoamento para 25% do efetivo, anualmente.
Data e Valor da última medição	31 de dezembro de 2019.
Avaliação do Controle Interno da UJ sobre o Desempenho da Organização	Com 46,83% do efetivo participando de cursos e treinamentos, no ano de 2019, a meta encontra-se dentro do percentual previsto para o período apurado.

Análise Crítica: Para o presente exercício, o esforço foi concentrado na capacitação dos recursos humanos voltado para atividades específicas do setor de vendas da Diretoria Executiva, do setor de produção da Diretoria Técnica e do setor de Administração da Autarquia, com foco no aperfeiçoamento dos padrões de desempenho no trabalho, buscando resultados que agreguem valor para a Instituição. Durante o exercício, foram realizados 18 (dezoito) cursos, beneficiando 37 servidores, equivalendo a 46,83% do efetivo da autarquia.

Quadro A. 5.2.2.5– Indicadores de Recursos Humanos – Rotatividade de Pessoal

Rotatividade de Pessoal	
Objetivo da Mensuração	Controlar o índice de rotatividade da força de trabalho da Autarquia.
Identificação das Variáveis	Número de servidores substituídos e total do efetivo.
Origem dos dados empregados na fórmula	Boletim interno.
Fórmula do Indicador de Desempenho	$IP = \frac{\text{N}^\circ \text{ de serv. Subst.}}{\text{Total do efetivo}} \times 100 = \frac{19}{79} \times 100 = 24,05\%$
Periodicidade e Responsável pela Medição	Semestral – Seção de Recursos Humanos
Meta para o ano	Manter o índice de rotatividade de pessoal abaixo de 5%.
Data e Valor da última medição	31 de dezembro de 2019
Avaliação do Controle Interno da UJ sobre o Desempenho da Organização	A meta não foi cumprida em virtude do índice de rotatividade (24,05%) ter ficado acima da meta. A principal razão da meta não ter sido alcançada foram os números de aposentadorias de servidores civis e o encerramento de contratos de PTTC, conforme estabelecido pela Portaria COMGEP Nº 175/DPM, de 26Jan2017, sendo necessárias as substituições nas funções vagas.

5.2.3 Demonstrativo das Despesas com Pessoal

O demonstrativo das despesas com Pessoal consta do item 8.2 do presente Relatório.

5.2.3.1 Contratação de Pessoal de Apoio e de Estagiários

A CFIAe não possui no seu efetivo servidores para atender às tarefas de limpeza e conservação, sendo necessária a terceirização através de Contratos. Entretanto, essa despesa já consta do Planejamento Orçamentário anual da Autarquia.

A política de contratação de estagiários para os órgãos e entidades da Administração Pública Federal tem como fundamentação a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, juntamente com a Orientação Normativa nº 2, de 24 de junho de 2016, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que consolida os procedimentos operacionais a serem adotados.

Na CFIAe foram disponibilizadas 14 vagas distribuídas pelos setores internos, com base na demanda, conforme quadro abaixo:

Quadro A. 5.2.3.1.1 – Contratos de Prestação de Serviços não Abrangidos pelo Plano de Cargos da Unidade

Unidade Contratante						
Nome: CAIXA DE FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO DA AERONÁUTICA						
UG/Gestão: 123001/12201						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2015	Prestação de Serviço de Limpeza, Conservação, Higiene e Manutenção	05.703.030/0001-88	01/04/19 (5º TA)	01/04/20	Não se aplica	P
2016	Seleção de Estagiários	33.661.745/0001-50	01/12/19 (3º TA)	01/12/20	Níveis Superior e Médio	P

Fonte: Gabinete Administrativo

Legenda: TA – Termo Aditivo

Quadro A. 5.2.3.1.2 Composição do Quadro de Estagiários

Nível de Escolaridade	Quantitativo de Contratos de Estágio Vigentes								Despesa no exercício (R\$)
	1º T	R\$	2ºT	R\$	3ºT	R\$	4º T	R\$	
1. Nível Superior	14	24.291,31	13	24.369,31	14	26.038,36	13	27.747,25	102.446,23
1.1 Área Fim	4	7.111,32	4	6.888,00	5	7.733,73	4	8.977,93	30.710,98
1.2 Área Meio	10	17.179,99	9	17.481,31	9	18.304,63	9	18769,32	71.735,25
2. Nível Médio	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00
2.1 Área Fim	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00
2.2 Área Meio	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00
3. Total	14	24.291,31	13	24.369,31	14	26.038,36	13	27.747,25	102.446,23

Fonte: Seção de Recursos Humanos

Legenda: T - Trimestre

Análise Crítica: Foram aceitos estudantes de cursos cujas áreas de formação estivessem relacionadas diretamente com as atividades, programas, planos e projetos desenvolvidos pela Autarquia.

O estágio está sendo realizado sob a responsabilidade e coordenação da instituição de ensino e controlado pela CFIAe, bem como, planejado, executado, acompanhado e avaliado em conformidade com os currículos. Devem propiciar complementação de ensino e aprendizagem aos

estudantes, constituindo-se em instrumento de iniciação ao trabalho, de aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano.

5.2.4 Gestão de Riscos Relacionados ao Pessoal

Com o objetivo de aprimorar o processo de gestão de riscos nas diversas áreas de atuação, o Comando da Aeronáutica (COMAER) publicou, no ano de 2017, uma Diretriz que define a política a ser aplicada a esta gestão, a DCA 16-2, a qual deverá ser observada pelas Organizações subordinadas quando da execução de seus processos.

Alinhado com esse objetivo, o Comando-Geral do Pessoal (COMGEP), em 2018, elaborou uma Instrução do Comando da Aeronáutica (ICA 16-1), que tem por finalidade estabelecer os princípios e diretrizes gerais para o gerenciamento de riscos em várias áreas e níveis, bem como as funções, projetos e atividades específicos de responsabilidade do COMGEP.

No caso específico da CFIAe, os recursos humanos existentes são constituídos em sua maioria de militares e servidores civis, prestando serviço, cedidos ou designados para execução de Tarefa por Tempo Certo, originários de Organizações Militares do Comando da Aeronáutica, conforme previsto na Lei nº 6.715, de 12 NOV 1979.

A questão dos Recursos Humanos é uma preocupação constante, uma vez que aproximadamente, 58% dos servidores estão situados na faixa etária de 51 anos, em diante, próximo de completar o tempo para a aposentadoria, conforme consta no Gráfico A. 5.2.1.6. Existe a previsão, para os próximos 5 anos, de 8 servidores, equivalente a aproximadamente 10% do efetivo, que estão ou estarão com tempo de serviço e idade em condições de requerer a aposentadoria.

Os indicadores relacionados nos Quadros A.5.2.2.1, A.5.2.2.2, A.5.2.2.3, A.5.2.2.4 e A.5.2.2.5 auxiliam a Autarquia a gerenciar a Gestão de Riscos relacionados ao pessoal.

5.3 Gestão do Patrimônio e Infraestrutura

5.3.1. Gestão do Patrimônio Imobiliário da União

A estrutura de controle e de gestão de todo o patrimônio imobiliário é realizada pelo Gestor de Patrimônio Imobiliário, que é vinculado à Divisão de Promoções Habitacionais (DPRO).

Os imóveis, sob a responsabilidade da CFIAe, aí incluídos os terrenos destinados à construção dos empreendimentos habitacionais e os recebidos por reintegração de posse, não são inseridos no Sistema de Gerenciamento de Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet, uma vez que não são conceituados como de uso especial, mas sim, atendem, especificamente, ao objetivo da Autarquia, qual seja a venda a seus beneficiários, prevista na letra “a” do Art. 3º, da Lei nº 6.715, de 12 NOV 1979, que criou a Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica – CFIAe. Vale ainda, considerar neste contexto, o disposto no Art. 23 do Decreto nº 84.457, de 31 JAN 1980, que regulamenta a Lei de Criação da Autarquia, que estabelece: *“Os imóveis de propriedade da CFIAe serão considerados próprios nacionais para todos os efeitos, exceto para o de registro ou inscrição no domínio da União, (grifo nosso), inclusive aqueles destinados à venda a seus beneficiários, até a transferência dos mesmos aos promitentes compradores, mediante escritura de compra e venda”*. Tais imóveis são originários de cessões da Secretaria do Patrimônio da União - no caso terrenos - e utilizados para a construção de empreendimentos habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida, do Governo Federal.

Os imóveis sofrem inspeções rotineiras, a fim de se verificar eventuais problemas de ordem física e de segurança.

5.3.1.1 Imóveis Funcionais da União sobre Responsabilidade da CFIAe

A sede da CFIAe está situada em um prédio do Comando da Aeronáutica, cujo responsável pelo Patrimônio Imobiliário é o Grupamento de Apoio do Rio de Janeiro (GAP-RJ). A CFIAe arca apenas com as despesas de manutenção e limpeza das áreas onde funcionam as dependências da Autarquia, conforme consta no Quadro A.5.2.3.1.1.

5.4 Gestão da Tecnologia da Informação

5.4.1. Principais Sistemas de Informações

A área de TI da CFIAe é formada pelos seguintes servidores de rede lógica: primário, secundário e de arquivos, que atendem a rede interna de computadores da Autarquia; um servidor LINUX para o SCCI (Sistema de Controle de Crédito Imobiliário); dois servidores, primário e secundário, disponíveis para o site da CFIAe e para o SIG (Sistema de Informações Gerenciais), localizados na sala cofre do CCA-RJ (Centro de Computação da Aeronáutica do Rio de Janeiro), e dois servidores de backup: um na sede da Autarquia e outro na sala cofre do CCA-RJ (Centro de Computação da Aeronáutica do Rio de Janeiro).

Os sistemas computacionais utilizados diretamente relacionados aos Macroprocessos Finalísticos, de Apoio e aos Objetivos Estratégicos, desta Autarquia, e que constam do PDTI são:

- Sistema de Informações Gerenciais (SIG):

Desenvolvido para auxiliar as atividades administrativas e gerenciais da CFIAe, as quais não são contempladas pelo Sistema de Controle de Crédito Imobiliário (SCCI).

- Sistema de Controle de Crédito Imobiliário (SCCI):

Desenvolvido para o controle de crédito imobiliário, cuja finalidade é dar subsídios ao Agente Financeiro para que este possa administrar seus créditos em carteira, dando-lhe total apoio, desde a concessão até a finalização do crédito, inclusive, quanto à habilitação ao Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS).

- Site CFIAe – www.cfiae.aer.mil.br / www.cfiae.intraer

Apresenta informações dos empreendimentos disponíveis para o efetivo do COMAER, permitindo o cadastro dos pretendentes, as facilidades para a escolha do melhor financiamento imobiliário e o histórico da Autarquia.

Os recursos humanos lotados para atender o setor de Tecnologia da Informação compõem-se de dois analistas de sistemas, um técnico em TI, um desenvolvedor de programas - todos integrantes do Quadro de Militares do Comando da Aeronáutica - e um estagiário. No exercício de 2019 foram desenvolvidos programas e relatórios para os módulos do SIG (Sistema de Informações Gerenciais), a fim de permitir uma melhor análise das informações disponíveis pelo usuário final.

Existe um Comitê de Tecnologia da Informação designado pela Portaria CFIAE N° 46-T/SRH, DE 2 DE ABRIL DE 2019, constituído por 04 (quatro) servidores que se reuniram duas vezes no exercício, com a finalidade de analisar e avaliar aquisições de equipamentos, contratação de serviços de Tecnologia da Informação e as atividades da Assessoria de Tecnologia da Informação e Divulgação.

Os contratos de serviços e equipamentos relativos à área de tecnologia de informação, no exercício, são listados no Quadro a seguir.

Quadro A.5.4.1– Contratos na Área de Tecnologia da Informação em 2019

Nº do Contrato	Objeto	Vigência	Fornecedores		Custo	Valores Desembolsados 2019
			CNPJ	Denominação		
003/CFIAe/18	Licenciamento Software (SCCI)	19/08/18 a 19/08/22	36.153.963 /0001-72	PROGNUM	R\$ 631.998,24	R\$ 160.120,81

Fonte: SIAFI 2019

Como medidas mitigadoras em uma possível dependência tecnológica da empresa contratada, responsável pela administração do sistema, foram desenvolvidos programas e relatórios no Sistema de Informações Gerenciais (SIG) e elaborado um Plano de Contingenciamento.

No contrato nº 003/CFIAe/18, assinado entre as partes, consta na cláusula 12, item 12.1.1 e no item 4.1.12 do Termo de Referência a obrigação da contratada de colocar toda a base de dados a disposição da CFIAe, de modo a possibilitar a continuidade dos trabalhos, sem a quebra de sua rotina administrativa.

Análise crítica:

Analisando a importância dos sistemas de informação nos processos de tomada de decisão da Autarquia, podemos ressaltar que o Sistema de Informações Gerenciais (SIG) é uma ferramenta indispensável, visto que apresenta o perfil dos beneficiários da CFIAe, com as suas necessidades e expectativas na aquisição da casa própria, proporcionando a Administração a correta decisão no tipo e local de empreendimento a ser lançado. Da mesma forma, o Sistema de Controle de Crédito Imobiliário é responsável pelo controle dos contratos de financiamentos imobiliários entre a CFIAe e seus beneficiários, bem como o controle contábil das receitas e das despesas. Os dois sistemas se completam e têm atendido as necessidades da Autarquia.

5.4.2 Informações sobre o Plano Estratégico e Diretor de Tecnologia da Informação.

Anexo ao Planejamento Estratégico da CFIAe, existe o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), cuja finalidade é estabelecer o planejamento para o desenvolvimento da Tecnologia da Informação da Autarquia para o período de 2017 a 2019. Anualmente, o PDTI é revisado e adequado às novas tecnologias e, se necessário, são adquiridos novos equipamentos.

5.5 Gestão de Custos

5.5.1 Sistemática de Apuração de Custos no âmbito da CFIAe

A Secretaria de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica (SEFA) é o Órgão Setorial de Custos do Governo Federal, no âmbito do COMAER, instituído pela Portaria SEFA/SUCONT nº 100, de 22 de dezembro de 2011, sendo responsável pelo acompanhamento de custos no âmbito da Aeronáutica, conforme prevê a Portaria STN nº 157, de 09 de março de 2011.

A partir do exercício de 2017, foi utilizado pela CFIAe o Sistema de Informações de Custos do Governo Federal, que realiza extração de dados dos sistemas estruturantes da Administração Pública Federal, tais como SIAPE, SIAFI e SIOP.

Em relação a esta Autarquia, deve-se considerar algumas especificidades que afetam a apuração de custos, conforme a seguir:

1- Na Autarquia grande parte dos servidores do seu efetivo é requisitado às Unidades Militares da Aeronáutica para prestarem serviço, conforme previsto no art 22 do Decreto nº 84.457 de 31/01/1980 que Regulamenta a Lei nº 6.715 de 12/11/79 que criou a CFIAe. Assim, a apropriação desse pessoal já é feita pelas suas Unidades de origem;

2- Os empreendimentos da CFIAe são financiados pela Caixa Econômica Federal diretamente aos beneficiários contemplados e construídos por empresa selecionada por aquela Instituição. Dessa forma, os recursos para a construção não saem do Orçamento da Autarquia; portanto, não podem ser apropriados por esta Instituição.

Dessa forma, salvo melhor juízo, os custos com pagamento de pessoal que prestam serviços nesta Autarquia são apropriados pelas Unidades a que pertencem os servidores, à exceção dos valores listados no quadro abaixo por se tratar de cargos de DAS e funções gratificadas, enquanto que os custos da construção de empreendimentos planejados pela CFIAe são de responsabilidade da Caixa Econômica Federal. Caso esta Autarquia considerasse apropriar todos esses dados a apuração de custos, não representaria a realidade da CFIAe, além de criar uma apropriação em duplicidade.

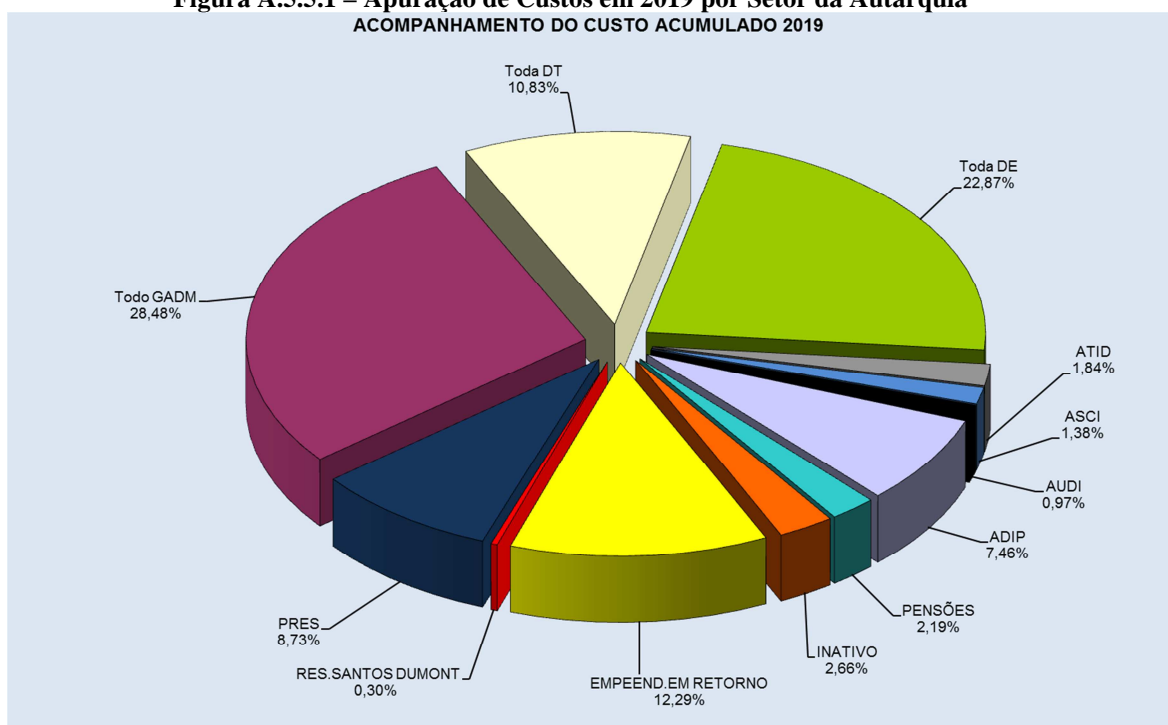
No exercício de 2019, a apuração dos custos apresentou os dados demonstrados conforme quadro a seguir:

Quadro A.5.5.1 – Despesas em 2019 – Geral

DESPESAS	TOTAL GERAL (R\$)
PAGAMENTO DE PESSOAL E ENCARGOS	1.439.023,44
PAGAMENTO DE ESTAGIÁRIOS	103.082,48
DIÁRIAS	20.869,54
PASSAGENS	42.060,96
MATERIAL DE CONSUMO	109.845,26
SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E LIMPEZA	131.732,76
SERVIÇOS DE TELEFONIA	40.864,71
SEGUROS E FCVS	78.554,57
OUTROS SERVIÇOS	745.601,50
EMPRÉSTIMOS	2.329.950,00
MATERIAL PERMANENTE	33.365,38
SOMA	5.074.950,60

Fonte: SIAFI 2019

Figura A.5.5.1 – Apuração de Custos em 2019 por Setor da Autarquia
ACOMPANHAMENTO DO CUSTO ACUMULADO 2019



5.6 Sustentabilidade Ambiental

5.6.1 Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental

5.6.1.1 Aquisição de Bens e na Contratação dos Serviços ou Obras

O Comando da Aeronáutica - COMAER, por meio do qual a CFIAe é vinculada ao Ministério da Defesa, vem se adequando ao Programa “Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)”, do Ministério do Meio Ambiente (MMA).

A Diretoria de Infraestrutura da Aeronáutica (DIRINFRA), órgão central de Engenharia tem sido a responsável por implementar Normas para a prática de sustentabilidade dentro do COMAER, com a finalidade de reduzir os gastos públicos e o desperdício de materiais, a partir do uso eficiente e consciente dos recursos naturais e de serviços. Nesse contexto, a DIRINFRA criou a Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável (CG-PLS), cujo Plano foi concluído em julho de 2017. Ele atende completamente ao art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012 e abrange os seguintes temas: racionalização dos recursos naturais (energia elétrica e água), racionalização de bens e de materiais de consumo (papel de impressão, cartuchos, copos descartáveis e materiais de limpeza); coleta seletiva e, ainda, sensibilização e capacitação de servidores, compras e contratações sustentáveis.

A CFIAe aprovou, por meio da PORTARIA CFIAe Nº 2/SRH, DE 15 DE JANEIRO DE 2020, o seu próprio Plano de Gestão Logística Sustentável (PLS), baseado nas diretrizes do COMAER. Entretanto, em todo processo licitatório da Autarquia já existia a preocupação de se observar os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012. Dessa forma, a CFIAe tem adotado nos últimos anos práticas de sustentabilidade, com ações voltadas para a conscientização ambiental do efetivo, como a redução do consumo de papéis e copos descartáveis, centralização de impressoras para economia de cartuchos e racionalização do consumo de água. Os critérios e práticas de sustentabilidade são praticados e veiculados, como consta do objeto da contratação dos serviços ou no fornecimento dos bens, com a premissa de preservar o caráter competitivo do certame, tais como os exemplos constantes dos itens abaixo:

- Aquisição de resmas de papel ofício e envelopes recicláveis;
- Aquisição de serviços que envolvam o aluguel de veículos automotores (Só sendo admitida a oferta de veículo automotor que utilize o combustível renovável mediante tecnologia “flex”, nos termos da Lei nº 9.660, de 1998);
- Obras ou serviços de engenharia, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento;
- Serviços de limpeza e conservação, utilizando materiais recicláveis.

Os projetos dos empreendimentos da CFIAe somente são aprovados pela Prefeitura do Município onde serão construídos, se atendidas as exigências da NBR 9050, que trata da “Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos”.

A CFIAe está situada no 11º andar do Prédio do COMAER no Rio de Janeiro, cuja responsabilidade pela conservação, manutenção e limpeza das instalações é do Grupamento de Apoio do Rio de Janeiro (GAP/RJ), Organização responsável por parte da Gestão Ambiental e Sustentabilidade. Entretanto, a Autarquia já executa a separação dos resíduos recicláveis descartados, cuja destinação final fica a cargo do GAP/RJ.

Análise Crítica: Apesar da área que sua sede ocupa ser de responsabilidade de outra Organização, a CFIAe tem envidado esforços no sentido de implantar uma política de sustentabilidade para atender os requisitos previstos no Decreto nº 7.746/2012.

6. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Notas Explicativas (Lei nº 4.320/64)

As demonstrações contábeis e notas explicativas estão registradas no SIAFI e constam do Anexo 8.4 do presente Relatório.

6.1 Informações sobre Revisão dos Contratos Vigentes

Com relação às empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento, o Acórdão nº 2859/2013 – TCU – Plenário (TC nº 013.515/2013-6) expôs a necessidade de revisão dos referidos contratos, especialmente os de prestação de serviços, em razão da redução dos custos obtida por fornecedores, como resultado da desoneração da folha de pagamento.

Diante da complexidade do tema, a autarquia, preliminarmente, está identificando as medidas administrativas a serem adotadas para atender às recomendações exaradas. Para tanto, por meio do ofício nº 079/AUDI/490, solicitou à Secretaria de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica - SEFA esclarecimentos sobre o referido assunto.

6.2 Demonstração da Conformidade do Cronograma de Pagamentos de Obrigações.

A CFIAe segue rigorosamente o Cronograma de Pagamento das Obrigações, conforme disposto no Art. 5º da Lei nº 8.666/1993, a não ser que a Comissão de Recebimento do Material/Serviço, ou o servidor (Fiscal de Contrato), responsável pelo recebimento, constata alguma irregularidade ou discrepância com relação à documentação, à qualidade e a quantidade do serviço/material adquirido, interrompendo o pagamento da respectiva Nota Fiscal, até que seja solucionada a questão.

6.3 Tratamento Contábil da Depreciação, da Amortização e da Exaustão

6.3.1 Itens do Patrimônio e Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos

Em cumprimento às orientações normativas elaboradas pela Unidade Gestora Setorial de Contabilidade do Comando da Aeronáutica, esta Autarquia adotou procedimentos e práticas aplicáveis aos registros e às demonstrações contábeis consoantes às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, em especial, as NBC T 16.9 e 16.10 e observou, ainda, as instruções constantes do item 7.4.13 e 7.4.14, do Módulo 7 – Execução Patrimonial do Manual de Execução Orçamentária, Financeira e Patrimonial do COMAER (MCA 172-3).

Em relação à avaliação e mensuração de Ativos e Passivos e à depreciação dos itens do Ativo Permanente, a Unidade Prestadora de Contas adotou os critérios estabelecidos pelas NBC T 16.10 e 16.9, respectivamente, da seguinte forma:

- a vida útil econômica dos itens do Ativo Permanente, especificamente dos bens móveis, foi estabelecida com base na tabela constante da Macrofunção 02.03.30 – Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, suas Autarquias e Fundações, do Manual SIAFI, para cada grupo contábil da conta de Bens Móveis – 1.2.3.1.0.00.00.

Quadro A.6.2 – Mapa Patrimonial – Depreciação

CÓDIGO	BENS MÓVEIS	SALDO EM 2018	SALDO EM 2019
123110101	Aparelhos de Medição e Orientação	1.447,74	2.527,64
123110102	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	8.791,20	7.961,61
123110105	Equipamento de Proteção, Segurança e	167,52	167,52
123110107	Máquinas e Equipamentos Energéticos	11.250,47	11.231,60
123110108	Máquinas e Equipamentos Gráficos	2.076,03	2.256,03
123110109	Máquinas, Ferramentas e Utensílios de	6,79	6,79
123110301	Aparelhos e Utensílios Domésticos	71.997,68	69.484,61
123110405	Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto	5.673,57	9.773,97
123110125	Máquinas, Utensílios e Equipamentos	53,57	53,57
123110201	Equipamentos de Processamento de Dados	471.204,03	446.078,16
123110302	Máquinas e Utensílios de Escritório	1.001,97	994,87
123110303	Mobiliário em Geral	156.335,30	178.773,99
123119909	Peças não incorporáveis a Imóveis	600,00	600,00
123119910	Material de Uso Duradouro	6.503,02	5.969,49
123110000	Bens Móveis	737.108,89	778.134,25

123810100	Depreciações, Amortizações e Exaustões	284.461,46	373.701,84
123000000	Imobilizado	452.647,43	404.432,41

Fonte: SIAFI 2019

7 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

7.1 Conformidade da Gestão e Demanda dos Órgãos de Controle

7.1.1 Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU

Em 20 de Janeiro de 2020 o TCU, por meio do Ofício 0685/2020-TCU/Seprac – TC 036.991/2019-8, realizou diligência sobre o processo de Prestação de Contas Ordinárias da CFIAe relativa ao Exercício Financeiro de 2018, na qual solicitou as seguintes informações:

“... - As medidas adotadas e as previstas em relação às seguintes recomendações feitas pelo Centro de Controle Interno da Aeronáutica (CENCIAR) no Relatório de Auditoria 9/PAINT2019, com o objetivo de avaliar os atos de gestão do exercício de 2018:

- a) aprovação do Quadro de Pessoal da Autarquia, com vistas a regularizar as contratações de seus recursos humanos, priorizando a realização de concurso público;
- b) viabilização do Plano de Cargos e Carreiras da Autarquia, especificando o Quadro de Pessoal; e
- c) regularização da situação dos militares da ativa alocados na Autarquia e adequação das normas vigentes, no que tange à Prestação de Tarefa por Tempo certo. ...”

Assim sendo, a CFIAe respondeu à diligência por meio do Ofício nº 40/GADM/332, de 11 de março de 2020, nos termos a seguir, encontram-se os processos em trâmite nos Órgãos citados:

“...Destarte, conforme solicitado no item nº 2 do Processo TC 036.991/2019-8, as medidas saneadoras relativas às recomendações feitas pelo Centro de Controle Interno da Aeronáutica – CENCIAR no relatório de Auditoria 9/PAINT2019, são as seguintes:

- a) Realizado o estudo para a identificação das necessidades atuais da Autarquia em relação ao seu Quadro de Pessoal, compatibilizando-o com os cargos previstos no Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – PGPE, instituído pela Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006.

O referido estudo foi enviado ao Gabinete do Comandante da Aeronáutica – GABAER, por meio do Processo nº 67011.000214/2020-80, para gestões perante o Ministério da Defesa – MD, com vistas à redistribuição de vagas disponíveis do COMAER à CFIAe, o que torna desnecessária a criação de novos cargos.

Feita a redistribuição mencionada acima, serão realizadas gestões para o provimento das referidas vagas, segundo o seguinte critério: primeiramente, por movimentação de servidores de outros órgãos Públicos, conforme ampara a Portaria nº 193, de 03 de julho de 2018, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Caso remanesça a necessidade, serão iniciadas as tratativas para a realização de concurso público, de acordo com o Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019.

- b) Conforme o previsto no Art. 1º e no Art. 3º da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, os cargos das Autarquias, inclusive as de regime especial, submetem-se ao PGPE. Assim, o Quadro de Pessoal que vier a ser aprovado, terá como parâmetro o referido Plano, não havendo necessidade de criação de Plano de Carreira específico;
- c) No tocante à situação dos militares da ativa alocados na Autarquia, bem como aqueles na condição Prestação de Tarefa por Tempo Certo, por intermédio dos autos do Processo nº 67011.000838/2109-63, da CFIAe, foi solicitado ao GABAER gestões ao Ministério da Defesa e à Casa Civil da Presidência da República com vistas à alteração do Decreto nº 84.457, de 31 de Janeiro de 1980 – Regulamento da Caixa de Financiamento da Aeronáutica (CFIAe).

Em paralelo a isso, há o Processo nº 60582.000087/2019-61 em trâmite no Ministério da Defesa o qual trata da inclusão de Órgãos da Administração Indireta vinculados ao

Ministério da Defesa no Decreto nº 9.088 que dispõe sobre cargos e funções considerados de natureza militar.

Com as alterações dos aludidos Decretos, será modificada a natureza jurídica dos militares da ativa alocados na autarquia, bem como a dos contratados para a Prestação de Tarefa por Tempo Certo.

7.1.2 Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno

O Órgão de Controle Interno ao qual esta Autarquia se vincula é o Centro de Controle Interno da Aeronáutica (CENCIAR). O tratamento dado às recomendações começa quando o CENCIAR as encaminha por Ofício a esta Autarquia, que por intermédio da Assessoria de Auditoria Interna (AUDI) toma as devidas providências junto à Assessoria de Controle Interno e demais setores da CFIAe. As ações corretivas tomadas foram descritas em Relatório próprio com as suas respectivas soluções, comprovações e enviado àquele Órgão para conhecimento, certificação e finalização do processo, por meio de um sistema informatizado gerido pelo CENCIAR, chamado AUDIFISC. No período de 13 a 17 de maio de 2019 foi realizado, pelo CENCIAR, uma Auditoria de Contas com o objetivo de avaliar atos de gestão, conforme o disposto no Anexo II da Decisão Normativa nº 172, de 12 de dezembro de 2018, do Tribunal de Contas da União (TCU). As recomendações apresentadas pelo CENCIAR foram atendidas e respondidas via sistema AUDIFISC, não causando nenhum prejuízo ao erário ou a gestão da CFIAe. Sendo assim, o Órgão de Controle Interno concluiu pela **REGULARIDADE** da gestão dos responsáveis pela UPC no exercício de 2018.

7.1.3 Medidas Administrativas para Apuração de Responsabilidade por Dano ao Erário

O primeiro passo é a instauração de uma sindicância para apurar responsabilidades. Em seguida é instaurado um inquérito para investigação dos fatos e, caso seja concluído que houve crime, o processo é encaminhado à Procuradoria Regional Federal para as providências necessárias do ressarcimento ao erário e, se for o caso, a consequente condenação ou absolvição do responsável. No exercício de 2019 não foi observado na Autarquia ocorrência dessa natureza.

8 ANEXOS E APÊNDICES

8.1. Situação dos Empreendimentos

Tabela I – Situação dos Empreendimentos

Empreendimento / Local	Qtd	Und	Previsto (Etapas previstas a serem executadas até 31/12/2019)	Executado (Etapas executadas até 31/12/2019)	Previsão para 2020
Residencial. Solar do Bosque Rio de Janeiro – RJ	180	Apto	<ul style="list-style-type: none"> - Concluir a execução física do empreendimento; - Entregar as unidades habitacionais aos compradores. 	<ul style="list-style-type: none"> - Foi concluída a execução física do empreendimento - As chaves de 176 apartamentos foram entregues de 180 apartamentos no total. Restam 04 chaves no total. 	Não se aplica
Residencial Rio -Mar Belém – PA	245	Casas	<ul style="list-style-type: none"> - Concluir o novo contrato de cessão do terreno, junto ao Sistema de Patrimônio da União. 	<ul style="list-style-type: none"> - A meta ainda não foi atingida, apesar dos esforços junto à Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União. É realizado acompanhamento do processo que atualmente 	<ul style="list-style-type: none"> - Concluir o novo contrato de cessão do terreno, junto ao Sistema de Patrimônio da União.

				encontra-se na Superintendência do Patrimônio da União no Pará/SPU/Ministério da Economia, com status de reabertura do processo na unidade e com data da última tramitação de 01/11/2019.	
Residencial. Moradas do Sol - Fortaleza – CE	120	Casas	- Modificar as condições de atendimento de renda dos beneficiários, junto ao Sistema de patrimônio da União.	- A meta está concluída. As condições de atendimento de renda foram modificadas. O 4º termo aditivo, do dia 14 de janeiro de 2019, na cláusula sexta, prevê destinação mínima de 50% das unidades habitacionais a serem construídas às famílias com renda familiar mensal de até 5 (cinco) salários mínimos.	- Reaprovar o projeto na Prefeitura Municipal de Fortaleza - Selecionar a construtora responsável pela execução das obras.

<p>Empreendimento no Município de Canoas – RS</p>	<p>160</p>	<p>Apto</p>	<p>- Qualificar a demanda de pretendentes ao empreendimento na FASE 1.</p>	<p>- As ações em relação à qualificação da demanda de pretendentes ainda não foram iniciadas devido à dificuldade da construtora em atender o novo aporte solicitado pela Caixa Econômica Federal de Novo Hamburgo/RS no processo de avaliação financeira para liberação dos recursos para construção e financiamento do empreendimento.</p>	<p>- Qualificar a demanda de pretendentes ao empreendimento na FASE 1.</p>
<p>Santa Maria DF</p>	<p>Terreno</p>	<p>-</p>	<p>- Executar a transferência de nova área do patrimônio da União em Santa Maria/DF.</p>	<p>-. O processo continua em análise na Superintendência do Patrimônio da União do Distrito Federal. Em paralelo e visando antecipar a próxima etapa, correspondente à elaboração do projeto, face à dificuldade na obtenção do terreno até aqui, já foi realizado um estudo de viabilidade inicial. A tendência é desfavorável, devendo ser intensificados os esforços junto ao Sistema de Patrimônio da União.</p>	<p>- Executar a transferência de nova área do patrimônio da União em Santa Maria/DF.</p>

Caxias – RJ	Loteamento	-	- Efetuar, junto ao RGI, o registro do loteamento da Fazenda Mato Grosso.	- Os lotes foram averbados e registrados no RGI. Este loteamento foi aprovado com nome de Nova Fazenda Mato Grosso.	Não se aplica.
Santa Cruz - RJ	Terreno	-	- Acompanhar a evolução da conjuntura do mercado imobiliário na área de Santa Cruz-RJ, visando à aprovação do Projeto Arquitetônico.	- O estudo de viabilidade indica que este empreendimento deve aguardar a evolução do mercado imobiliário. O atual desafio reside no fato de que o mercado local possui unidades habitacionais em estoque que não estão sendo vendidas. Uma parte do terreno encontra-se ocupado, tendo sido requerida a reintegração de posse, com processo em andamento na área jurídica. A tendência está diretamente ligada à melhora da conjuntura econômica.	- Verificar a viabilidade para empreendimento em Santa Cruz – RJ, considerando a conjuntura do mercado imobiliário na região.

Fonte: Diretoria Técnica da CFIAe

8.2. Despesas com Pessoal

Quadro A8.2– Despesas do Pessoal

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Indenizações (Diárias)	Benefícios Assistenciais e Previdenciários				Demais Despesas Variáveis
Militar da Ativa												
Exercícios	2019						4.145,14					4.145,14
	2018						4.890,45					4.890,45
Servidores com Contratos Temporários												
Exercícios	2019						7.848,68					7.848,68
	2018						5.516,60					5.516,60
Servidores Aposentados												
Exercícios	2019	18.444,12	45.600,00	15.110,02	-	-	-	-	-	-	-	79.154,14
	2018	18.444,12	45.600,00	15.110,02	-	-	-	-	-	-	-	79.154,14
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial												
Exercícios	2019											
	2018	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior												
Exercícios	2019		873.942,90	76.336,12	14.713,75	111.810,31	8.261,86	16.074,25	16.487,09			1.326.606,86
	2018	-	899.918,51	69.265,40	22.042,44	64.443,40	5.367,50	204.450,06	16.902,96	-	-	1.281.889,15
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas												
Exercícios	2019	-	17.674,05	32.764,10	1.231,93	2.183,04	613,86	-	2.290,40			56.757,38
	2018	-	1.784,86	34.500,26	1.810,51	-	593,04	-	8.172,30	-	-	46.860,97
Pensionistas do Servidor de Carreira que não Ocupam Cargo de Provento em Comissão (FRED)												
Exercícios	2019	59.437,20		4.956,10								64.429,30
	2018	38.516,48		4.814,56				170,18				43.501,22

Fonte: SIAFI 2018/2019

TOTAL FOLHA PGTO 2019 : 1.518.071,96 + DIÁRIAS 2019: 20.869,54 = 1.538.941,50

8.3. Despesas por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro A.8.3 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa

Unidade Orçamentária: Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica							Código UO: 52211		UGO: 123001	
DESPESAS CORRENTES										
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidadada		RP processados		RP não processados		Valores Pagos	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
1. Despesas de Pessoal	1.538.941,50				79.048,52	104.320,46	0,00	0,00		
		1.491.438,46	1.538.941,50	1.491.438,46					1.459.892,98	1.387.118,00
33190.01	79.154,14	79.154,14	79.154,14	79.154,14	6.088,78	6.088,78	0,00	0,00	73.065,36	73.065,36
33190.03	64.429,30	38.516,48	64.429,30	38.516,48	4.956,10	4.814,56	0,00	0,00	59.473,20	33.701,92
33190.11	1.060.872,72	1.049.252,54	1.060.872,72	1.049.252,54	66.510,35	85.894,85	0,00	0,00	994.362,37	963.357,69
33191.13	225.054,83	209.550,48	225.054,83	209.550,48	0,00	0,00	0,00	,00	225.054,83	209.550,48
33190.16	18.777,49	25.075,26	18.777,49	25.075,26	0,00	2.096,20	0,00	0,00	18.777,49	22.979,06
33390.08	0,00	4.814,56	0,00	4.814,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.814,56
33390.93	8.260,68	9.323,33	8.260,68	9.323,33	688,39	700,95	0,00	0,00	7.572,29	8.622,38
33390.14	8.208,68	6.828,66	8.208,68	6.828,66	0,00	0,00	0,00	0,00	8.208,68	6.828,66
33390.15	12.660,86	9.538,93	12.660,86	9.538,93	0,00	0,00	0,00	0,00	12.660,86	9.538,93
33390.46	54.960,00	51.296,00	54.960,00	51.296,00	208,30	4.122,00	0,00	0,00	54.751,79	47.174,00
33390.49	6.562,80	8.088,08	6.562,80	8.088,08	596,60	603,12	0,00	0,00	5.966,20	7.484,96
2. Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.Outras Despesas Correntes	1.504.469,06	1.085.822,19	1.247.461,84	960.296,79	0,00	0,00	257.007,22	125.525,40	1.247.461,84	960.296,79
33390.30	137.023,86	75.586,61	109.845,26	75.586,61	0,00	0,00	27.178,60	0,00	109.845,26	75.586,61
33390.33	91.825,55	45.026,28	42.060,96	27.178,08	0,00	0,00	49.764,59	17.848,20	42.060,96	27.178,08
33390.35	2.000,00	7.980,00	2.000,00	7.980,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	7.980,00
33390.36	17.600,00	0,00	17.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.600,00	0,00
33390.39	899.138,26	696.724,52	736.701,08	610.006,02	0,00	0,00	162.437,18	86.718,50	736.701,08	610.006,02
33391.39	26.000,00	25.627,10	22.305,58	6.872,32	0,00	0,00	3.694,42	18.754,78	22.305,58	6.872,32

33390.40	186.805,69	181.058,22	173.214,81	181.058,22	0,00	0,00	13.590,88	0,00	173.214,81	181.058,22
33390.47	140.555,70	6.360,44	140.214,15	4.540,38	0,00	0,00	341,55	1.820,06	140.214,15	4.540,38
33391.47	3.520,00	5.204,02	03.520,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.520,00	5.204,02
34490.40	0,00	42.255,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	383,86	0,00	41.871,14
DESPESAS DE CAPITAL										
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP processados		RP não Processados		0,00	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
4. Investimentos	73.053,08	150.967,92	37.645,78	134.244,92	0,00	0,00	35.407,30	16.723,00	37.645,78	134.244,92
34490.52	73.053,08	150.967,92	37.645,78	134.244,92	0,00	0,00	35.407,30	16.723,00	37.645,78	134.244,92
5.Inversões Financeiras	2.329.950,00	1.434.000,00	2.329.950,00	1.434.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.239.950,00	1.434.000,00
34590.66	2.329.950,00	1.434.000,00	2.329.950,00	1.434.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.329.950,00	1.434.000,00
34590.61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6. Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34690.71	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI 2018 e 2019

Legenda:

- 33190.01 - Aposentadoria RPPS, Reserva Remunerada e Reforma Militar
- 33190.03 - Pensão
- 33190.11 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
- 33191.13 - Obrigações Patronais - Op. IntraOrçamentária
- 33190.16 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil
- 33390.93 – Indenizações e Restituições
- 33390.08- Outros Benefícios Assistenciais do Servidor e do Militar
- 33390.14 - Diárias - Pessoal Civil
- 33390.15 - Diárias - Pessoal Militar
- 33390.46 - Auxílio-Alimentação
- 33390.49 - Auxílio-Transporte
- 33390.30 - Material de Consumo
- 33390.33 - Passagens e Despesas com locomoção
- 33390.35 - Serv.Consultoria
- 33390.36 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física
- 33390.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
- 33390.40 - Serv.Tecnologia da Informação
- 33391.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica - Op. IntraOrçamentária

34490.52 - Equipamentos e Material Permanente
34590.66 - Concessão de Empréstimos e Financiamentos
34690.71 - Amortização da Dívida Contratual Interna
33390.47 – Obrigações Tributárias e Contributivas
33391.47 – Obrigações Tributárias e Contributivas – Intra Orçamentária

8.4. Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei nº 4.320/64 e Notas Explicativas

8.4.1 – Notas Explicativas

Ao final das demonstrações seguem as Notas Explicativas sobre o Balanço Patrimonial

Quadro A.8.4.1 – Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei nº 4.320/64 e Notas Explicativas



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	123001 - CAIXA FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO AERONÁUTICA
ORGAO SUPERIOR	52211 - CAIXA DE FINANC. IMOBILIARIO DA AERONAUTICA

EXERCICIO 2019	PERIODO DEZ(Encerrado)
EMISSAO 16/01/2020	PAGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
Receitas Orçamentárias	10.216.825,73	8.812.325,31	Despesas Orçamentárias	5.446.413,64	4.162.228,57
Ordinárias	-	-	Ordinárias	1.493.836,28	1.452.265,54
Vinculadas	10.217.782,37	8.812.760,24	Vinculadas	3.952.577,36	2.709.963,03
Previdência Social (RPPS)	-	-	Previdência Social (RPPS)	15.975,00	13.482,00
Alienação de Bens e Direitos	253.529,52	-	Alienação de Bens e Direitos	-	383,86
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	9.964.252,85	8.812.760,24	Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	3.936.602,36	2.696.097,17
Recursos a Classificar	-	-	Recursos a Classificar	-	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-956,64	-434,93			
Transferências Financeiras Recebidas	2.615.044,07	2.677.560,76	Transferências Financeiras Concedidas	1.136.283,29	1.169.564,20
Resultantes da Execução Orçamentária	1.509.236,74	1.507.996,56	Resultantes da Execução Orçamentária	17.500,00	-
Repasse Recebido	1.509.236,74	1.507.996,56	Repasse Concedido	17.500,00	-
Independentes da Execução Orçamentária	1.105.807,33	1.169.564,20	Independentes da Execução Orçamentária	1.118.783,29	1.169.564,20
Movimentação de Saldos Patrimoniais	1.105.807,33	1.169.564,20	Movimento de Saldos Patrimoniais	1.118.783,29	1.169.564,20
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	437.742,79	256.568,86	Pagamentos Extraorçamentários	222.660,51	97.127,51
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	79.048,52	104.320,46	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	104.320,46	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	292.414,52	142.248,40	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	55.796,80	97.127,51
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	53.303,79	-	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	53.303,79	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	12.975,96	10.000,00	Outros Pagamentos Extraorçamentários	9.239,46	-
Restituições a Pagar	239,16	-	Demais Pagamentos	9.239,46	-
Arrecadação de Outra Unidade	12.736,80	-			
Demais Recebimentos	-	10.000,00			
Saldo do Exercício Anterior	88.228.913,81	81.911.379,16	Saldo para o Exercício Seguinte	94.693.168,96	88.228.913,81
Caixa e Equivalentes de Caixa	88.228.913,81	81.911.379,16	Caixa e Equivalentes de Caixa	94.693.168,96	88.228.913,81
TOTAL	101.498.526,40	93.657.834,09	TOTAL	101.498.526,40	93.657.834,09

Quadro A.8.4.2 – Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei nº 4.320/64 e Notas Explicativas



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	123001 - CAIXA FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO AERONÁUTICA
ORGAO SUPERIOR	52211 - CAIXA DE FINANC. IMOBILIARIO DA AERONAUTICA

EXERCÍCIO 2019	PERÍODO DEZ(Encerrado)
EMISSÃO 16/01/2020	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	9.666.517,00	9.666.517,00	9.341.102,95	-325.414,05
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	6.794.572,00	6.794.572,00	6.510.031,51	-284.540,49
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	6.794.572,00	6.794.572,00	6.510.031,51	-284.540,49
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	2.870.937,00	2.870.937,00	2.831.027,38	-39.909,62
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	1.667.326,00	1.667.326,00	1.726.220,75	58.894,75
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	1.203.611,00	1.203.611,00	1.104.806,63	-98.804,37
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	1.008,00	1.008,00	44,06	-963,94
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	1.008,00	1.008,00	44,06	-963,94
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	542.719,00	542.719,00	875.722,78	333.003,78
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	41.401,00	41.401,00	253.529,52	212.128,52
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	41.401,00	41.401,00	253.529,52	212.128,52
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	501.318,00	501.318,00	622.193,26	120.875,26
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-

Quadro A.8.4.2 – Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei nº 4.320/64 e Notas Explicativas



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2019	PERÍODO DEZ(Encerrado)
EMISSION 16/01/2020	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	123001 - CAIXA FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO AERONÁUTICA
ORGAO SUPERIOR	52211 - CAIXA DE FINANC. IMOBILIARIO DA AERONAUTICA

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	10.209.236,00	10.209.236,00	10.216.825,73	7.589,73
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO	10.209.236,00	10.209.236,00	10.216.825,73	7.589,73
TOTAL	10.209.236,00	10.209.236,00	10.216.825,73	7.589,73
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	4.312.432,00	4.548.654,00	3.043.410,56	2.786.403,34	2.707.354,82	1.505.243,44
Pessoal e Encargos Sociais	1.478.920,00	1.710.312,00	1.448.288,48	1.448.288,48	1.370.733,25	262.023,52
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	2.833.512,00	2.838.342,00	1.595.122,08	1.338.114,86	1.336.621,57	1.243.219,92
DESPESAS DE CAPITAL	2.750.000,00	2.750.000,00	2.403.003,08	2.367.595,78	2.367.595,78	346.996,92
Investimentos	250.000,00	250.000,00	73.053,08	37.645,78	37.645,78	176.946,92
Inversões Financeiras	2.500.000,00	2.500.000,00	2.329.950,00	2.329.950,00	2.329.950,00	170.050,00
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	4.709.236,00	4.709.236,00	-	-	-	4.709.236,00
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	11.771.668,00	12.007.890,00	5.446.413,64	5.153.999,12	5.074.950,60	6.561.476,36
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / FINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO	11.771.668,00	12.007.890,00	5.446.413,64	5.153.999,12	5.074.950,60	6.561.476,36

Quadro A.8.4.2 – Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei nº 4.320/64 e Notas Explicativas



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2019 PERÍODO DEZ(Encerrado)

EMISSÃO 16/01/2020 PÁGINA 3

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	123001 - CAIXA FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO AERONÁUTICA
ORGAO SUPERIOR	52211 - CAIXA DE FINANC. IMOBILIARIO DA AERONAUTICA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
SUPERAVIT			4.770.412,09			-4.770.412,09
TOTAL	11.771.668,00	12.007.890,00	10.216.825,73	5.153.999,12	5.074.950,60	1.791.064,27

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	125.141,54	38.689,94	38.689,94	86.451,60	-0,00
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	125.141,54	38.689,94	38.689,94	86.451,60	-0,00
DESPESAS DE CAPITAL	-	17.106,86	17.106,86	17.106,86	-	-
Investimentos	-	17.106,86	17.106,86	17.106,86	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	142.248,40	55.796,80	55.796,80	86.451,60	-0,00

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	104.320,46	104.320,46	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	98.894,39	98.894,39	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	5.426,07	5.426,07	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	104.320,46	104.320,46	-	-

Quadro A.8.4.3 – Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei nº 4.320/64 e Notas Explicativas



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2019	PERÍODO DEZ(Encerrado)
EMISSÃO 16/01/2020	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	123001 - CAIXA FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO AERONÁUTICA
ORGAO SUPERIOR	52211 - CAIXA DE FINANC. IMOBILIARIO DA AERONAUTICA

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
ATIVO CIRCULANTE	103.527.868,44	96.363.339,84	PASSIVO CIRCULANTE	203.136,14	104.320,46
Caixa e Equivalentes de Caixa	94.693.168,96	88.228.913,81	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	76.208,21	101.837,29
Créditos a Curto Prazo	4.723.673,77	4.618.506,01	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	4.723.673,77	4.618.506,01	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	150.412,14	15.367,38	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Estoques	3.960.613,57	3.500.552,64	Provisões a Curto Prazo	-	-
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	126.927,93	2.483,17
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	29.518.251,30	29.610.132,75	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	156.581,60	151.773,62
Ativo Realizável a Longo Prazo	29.114.260,89	29.157.485,32	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Créditos a Longo Prazo	17.709.661,89	18.107.325,06	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	156.581,60	151.773,62
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	17.709.661,89	18.107.325,06	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	11.404.599,00	11.050.160,26	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Resultado Diferido	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	359.717,74	256.094,08
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-			
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	ESPECIFICAÇÃO		
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-		2019	2018
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Reservas de Capital	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Imobilizado	403.990,41	452.647,43	Reservas de Lucros	-	-
Bens Móveis	403.990,41	452.647,43	Demais Reservas	-	-
Bens Móveis	777.718,19	737.108,89	Resultados Acumulados	132.686.402,00	125.717.378,51
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-373.727,78	-284.461,46	Resultado do Exercício	6.969.023,49	11.597.479,04
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	Resultados de Exercícios Anteriores	125.717.378,51	114.075.947,07
Bens Imóveis	-	-	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
Bens Imóveis	-	-	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	132.686.402,00	125.717.378,51
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	-	-			
Softwares	-	-			
Softwares	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			

Quadro A.8.4.3 – Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei nº 4.320/64 e Notas Explicativas



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2019	PERÍODO DEZ(Encerrado)
EMISSÃO 16/01/2020	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	123001 - CAIXA FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO AERONÁUTICA
ORGAO SUPERIOR	52211 - CAIXA DE FINANC. IMOBILIARIO DA AERONAUTICA

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	133.046.119,74	125.973.472,59	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	133.046.119,74	125.973.472,59

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
ATIVO FINANCEIRO	94.693.168,96	88.228.913,81	PASSIVO FINANCEIRO	371.463,04	246.568,86
ATIVO PERMANENTE	38.352.950,78	37.744.558,78	PASSIVO PERMANENTE	280.669,22	151.773,62
			SALDO PATRIMONIAL	132.393.987,48	125.575.130,11

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	45.005,27	44.427,32	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	275.559,54	175.972,28
Execução dos Atos Potenciais Ativos	45.005,27	44.427,32	Execução dos Atos Potenciais Passivos	275.559,54	175.972,28
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	45.005,27	44.427,32	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-	-
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	275.559,54	175.972,28
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	45.005,27	44.427,32	TOTAL	275.559,54	175.972,28

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	41.675,72
Recursos Vinculados	94.280.030,20
Previdência Social (RPPS)	-
Alienação de Bens e Direitos	253.145,66
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Prog	94.026.884,54
TOTAL	94.321.705,92

Quadro A.8.4.4 – Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei nº 4.320/64 e Notas Explicativas



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2019	PERÍODO DEZ(Encerrado)
EMISSÃO 16/01/2020	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	123001 - CAIXA FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO AERONÁUTICA
ORGAO SUPERIOR	52211 - CAIXA DE FINAN. IMOBILIARIO DA AERONAUTICA

	2019	2018
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	7.973.235,01	7.584.578,21
INGRESSOS	12.022.426,77	11.151.626,86
Receitas Derivadas e Originárias	9.341.102,95	8.464.066,10
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	2.831.027,38	2.736.544,91
Remuneração das Disponibilidades	6.510.031,51	5.727.347,96
Outras Receitas Derivadas e Originárias	44,06	173,23
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos Operacionais	2.681.323,82	2.687.560,76
Ingressos Extraorçamentários	53.303,79	-
Restituições a Pagar	239,16	-
Transferências Financeiras Recebidas	2.615.044,07	2.677.560,76
Arrecadação de Outra Unidade	12.736,80	-
Demais Recebimentos	-	10.000,00
DESEMBOLSOS	-4.049.191,76	-3.567.048,65
Pessoal e Demais Despesas	-2.598.097,13	-2.174.486,89
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-2.454.655,23	-2.067.719,61
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-143.441,90	-106.767,28
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-

Quadro A.8.4.4 – Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei nº 4.320/64 e Notas Explicativas



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2019	PERÍODO DEZ(Encerrado)
-------------------	---------------------------

EMISSÃO 16/01/2020	PÁGINA 2
-----------------------	-------------

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	123001 - CAIXA FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO AERONÁUTICA
ORGAO SUPERIOR	52211 - CAIXA DE FINANC. IMOBILIARIO DA AERONAUTICA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2019	2018
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-252.268,09	-222.997,56
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-252.268,09	-222.997,56
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos Operacionais	-1.198.826,54	-1.169.564,20
Dispêndios Extraorçamentários	-53.303,79	-
Transferências Financeiras Concedidas	-1.136.283,29	-1.169.564,20
Demais Pagamentos	-9.239,46	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-1.508.979,86	-1.267.043,56
INGRESSOS	875.722,78	348.259,21
Alienação de Bens	253.529,52	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	622.193,26	348.259,21
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-2.384.702,64	-1.615.302,77
Aquisição de Ativo Não Circulante	-54.368,78	-139.431,63
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-2.329.950,00	-1.434.000,00
Outros Desembolsos de Investimentos	-383,86	-41.871,14
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-

Quadro A.8.4.4 – Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei nº 4.320/64 e Notas Explicativas



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2019	PERÍODO DEZ(Encerrado)
EMISSÃO 16/01/2020	PÁGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	123001 - CAIXA FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO AERONÁUTICA
ORGAO SUPERIOR	52211 - CAIXA DE FINANC. IMOBILIARIO DA AERONAUTICA

	2019	2018
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	6.464.255,15	6.317.534,65
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	88.228.913,81	81.911.379,16
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	94.693.168,96	88.228.913,81

Quadro A.8.4.5 – Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei nº 4.320/64 e Notas Explicativas



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2019 PERÍODO DEZ(Encerrado)

TÍTULO	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	52211 - CAIXA DE FINANC. IMOBILIARIO DA AERONAUTICA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	52111 - COMANDO DA AERONAUTICA

EMISSAO 03/02/2020 PAGINA 1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2018	-	-	-	-	-	114.075.947,07	-	-	114.075.947,07
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	43.952,40	-	-	43.952,40
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	11.597.479,04	-	-	11.597.479,04
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2018	-	-	-	-	-	125.717.378,51	-	-	125.717.378,51

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2019	-	-	-	-	-	125.717.378,51	-	-	125.717.378,51
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	6.969.023,49	-	-	6.969.023,49
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2019	-	-	-	-	-	132.686.402,00	-	-	132.686.402,00

Quadro A.8.4.6 – Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei nº 4.320/64 e Notas Explicativas



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2019	PERÍODO DEZ(Encerrado)
-------------------	---------------------------

EMISSÃO 16/01/2020	PÁGINA 1
-----------------------	-------------

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	123001 - CAIXA FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO AERONÁUTICA
ORGAO SUPERIOR	52211 - CAIXA DE FINANC. IMOBILIARIO DA AERONAUTICA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2019	2018
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	14.496.618,34	17.605.504,51
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	36.031,17	34.510,42
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	36.031,17	34.510,42
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	10.791.480,63	14.252.787,96
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	3.464.773,98	2.852.487,07
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	667.069,31	5.672.952,93
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	6.659.637,34	5.727.347,96
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	2.615.599,27	2.689.122,59
Transferências Intragovernamentais	2.615.044,07	2.677.560,76
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	555,20	11.561,83
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	843.781,70	421.103,68
Reavaliação de Ativos	648.894,65	6.000,00
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	192.000,00	415.103,68
Ganhos com Desincorporação de Passivos	2.887,05	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	209.725,57	207.979,86
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-

Quadro A.8.4.6 – Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei nº 4.320/64 e Notas Explicativas



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2019 PERÍODO DEZ(Encerrado)

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 16/01/2020

PAGINA 2

SUBTÍTULO 123001 - CAIXA FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO AERONÁUTICA

ORGAO SUPERIOR 52211 - CAIXA DE FINANC. IMOBILIARIO DA AERONAUTICA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2019	2018
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	209.725,57	207.979,86
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	7.527.594,85	6.008.025,47
Pessoal e Encargos	1.391.936,64	1.348.473,69
Remuneração a Pessoal	1.097.098,33	1.071.148,33
Encargos Patronais	225.054,83	209.550,48
Benefícios a Pessoal	69.783,48	67.774,88
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	143.583,44	117.670,62
Aposentadorias e Reformas	79.154,14	79.154,14
Pensões	64.429,30	38.516,48
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	1.561.108,04	1.139.210,54
Uso de Material de Consumo	147.332,94	104.121,32
Serviços	1.318.429,20	938.536,32
Depreciação, Amortização e Exaustão	95.345,90	96.552,90
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	4.807,98	5.036,96
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	4.807,98	5.036,96
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	1.136.283,29	1.169.564,20
Transferências Intragovernamentais	1.136.283,29	1.169.564,20
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	3.286.183,06	2.222.155,51
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	-	62.692,95
Desincorporação de Ativos	3.286.183,06	2.159.462,56

Quadro A.8.4.6 – Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei nº 4.320/64 e Notas Explicativas



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2019	PERÍODO DEZ(Encerrado)
-------------------	---------------------------

EMISSÃO 16/01/2020	PÁGINA 3
-----------------------	-------------

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	123001 - CAIXA FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO AERONÁUTICA
ORGAO SUPERIOR	52211 - CAIXA DE FINANC. IMOBILIARIO DA AERONAUTICA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2019	2018
Tributárias	3.692,40	166,86
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	3.692,40	166,86
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	-	5.747,09
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	-	5.747,09
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	6.969.023,49	11.597.479,04

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2019	2018

Quadro A.8.4.7 - Notas Explicativas-Balanco Patrimonial

COMANDO DA AERONÁUTICA	Código do Órgão
CAIXA DE FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO DA AERONÁUTICA	52211
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	
1. Informações Gerais	
<p><i>A Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica é uma Autarquia Federal de Regime Especial, integrante do Sistema Financeiro da Habitação – SFH e um dos instrumentos do Governo Federal no setor habitacional, vinculada ao Ministério da Defesa por meio do Comando da Aeronáutica, conforme disposto na Lei nº 6.715, de 12 de novembro de 1979 e no Decreto nº 9.660, de 1º de janeiro de 2019, com funções de Agente Financeiro, de Agente promotor e de Agente Assessor, com a missão de proporcionar a seus beneficiários o acesso à moradia nas condições legalmente estabelecidas.</i></p>	
<p><i>As Demonstrações Contábeis da CFIAe foram extraídas do Sistema de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI e são constituídas pelo Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais e Demonstração dos Fluxos de Caixa. As Demonstrações foram elaboradas de acordo com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001, Lei Complementar nº 101/2000, Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI da Secretaria do Tesouro Nacional – STN.</i></p>	
<p><i>A seguir, são detalhados os principais pontos dos demonstrativos contábeis. A moeda funcional da Autarquia é o Real, sendo também a mesma moeda na qual as demonstrações contábeis são apresentadas.</i></p>	

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	2019	2018
Ativo Circulante		
Caixa e Equivalentes de Caixa	94.693.168,96	88.228.913,81
Créditos a Curto Prazo	4.723.673,77	4.618.506,01
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	150.412,14	15.367,38
Investimentos e Aplicações Temp. C. Prazo	-	-
Estoques	3.960.613,57	3.500.552,64
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-
Total do Ativo Circulante	103.527.868,44	96.363.339,84
Ativo Não Circulante		
Ativo Realizável a Longo Prazo	29.114.260,89	29.157.485,32
Crédito a Longo Prazo	17.709.661,89	18.107.325,06
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	11.404.599,00	11.050.160,26
Estoques	-	-
Investimentos	-	-
Imobilizado	403.990,41	452.647,43
Intangível	-	-
Diferido	-	-
	-	-
Total do Ativo Não Circulante	29.518.251,30	29.610.132,75
TOTAL	133.046.119,74	125.973.472,59
PASSIVO	2019	2018
Passivo Circulante		
Obrigações Trabalh., PrevAss a Pagar C.P.	76.208,21	101.837,29
Demais Obrigações a C. Prazo	126.927,93	2.483,17
Total do Passivo Circulante	203.136,14	104.320,46
Passivo Não Circulante		
Obrigações Trabalh., PrevAss a Pagar L.P.	-	-
Empréstimos e Financiamentos a longo Prazo	156.581,60	151.773,62
Fornecedores e Contas a Pagar a longo Prazo	-	-
Total do Passivo Não Circulante	156.581,60	151.773,62
TOTAL DO PASSIVO EXEGÍVEL	359.717,74	256.094,08
Patrimônio Líquido		
Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Reservas de Capital	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Reservas de Lucros	-	-
Demais Reservas	-	-
Resultados Acumulados	132.686.402,00	125.717.378,51
Resultados do Exercício	6.969.023,49	11.597.479,04
Resultados de Exercícios Anteriores	125.717.378,51	114.075.947,07

(-) Ações / Cotas em Tesouraria

Total do Patrimônio Líquido	132.686.402,00	125.717.378,51
TOTAL DO PASSIVO E PATRIM. LÍQUIDO	133.046.119,74	125.973.472,59

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
ATIVO FINANCEIRO	94.693.168,96	88.228.913,81	PASSIVO FINANCEIRO	371.463,04	246.568,86
ATIVO PERMANENTE	38.352.950,78	37.744.558,78	PASSIVO PERMANENTE	280.669,22	151.773,62
			SALDO PATRIMONIAL	132.393.987,48	125.575.130,11

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	45.005,27	44.427,32	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	275.559,54	175.972,28
Execução dos Atos Potenciais Ativos	45.005,27	44.427,32	Execução dos Atos Potenciais Passivos	275.559,54	175.972,28
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	45.005,27	44.427,32	Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrum Congêneres	-	-	Obrigações Conveniados e Outros Instr Congêneres	-	-
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Direitos Contratuais a Executar	-	-
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	45.005,27	44.427,32	TOTAL	275.559,54	175.972,28

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT / DÉFICIT APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT / DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	41.675,72
Recursos Vinculados	94.280.030,20
Previdência Social (RPPS)	-
Alienação de Bens e Direitos	253.145,66
Outros Recursos Vinculados a Fundos a Órgãos e Programas	94.026.884,54
TOTAL	94.321.705,92

DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

	2019	2018
Variações Patrimoniais Aumentativas		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhorias	-	-
Contribuições	-	-
Exploração e Venda Bens, Serviços e Direitos	36.031,17	34.510,42
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	10.791.480,63	14.252.787,96
Transferências e Delegações Recebidas	2.615.599,27	2.689.122,59
Valoriz. Ganhos c/ Ativos Desinc Passivos	843.781,70	421.103,68
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	209.725,57	207.979,86
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas	14.496.618,34	17.605.504,51
	-	-
Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-
Pessoal e Encargos	1.391.936,64	1.348.473,69
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	143.583,44	117.670,62
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	1.561.108,04	1.139.210,54
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	4.807,98	5.036,96
Transferências e Delegações Concedidas	1.136.283,29	1.169.564,20
Desvalorização e Perda de Ativo e Incorpor. Passivo	3.286.183,06	2.222.155,51
Tributárias	3.692,40	166,86
Custo - Mercadorias, ProdVend e Serv. Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	-	5.747,09
	-	-
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas	7.527.594,85	6.008.025,47
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	6.969.023,49	11.597.479,04

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO	DOTAÇÃO	DESPESAS	DESPESAS	DESPESAS	SALDO DA
	INICIAL	ATUALIZADA	EMPENHADAS	LIQUIDADAS	PAGAS	DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	4.312.432,00	4.548.654,00	3.043.410,56	2.786.403,34	2.707.354,82	1.505.243,44
Pessoal e Encargos Sociais	1.478.920,00	1.710.312,00	1.448.288,48	1.448.288,48	1.370.733,25	262.023,52
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	2.833.512,00	2.838.342,00	1.595.122,08	1.338.114,86	1.336.621,57	1.243.219,92
DESPESAS DE CAPITAL	2.750.000,00	2.750.000,00	2.403.003,08	2.367.595,78	2.367.595,78	346.996,92
Investimentos	250.000,00	250.000,00	73.053,08	37.645,78	37.645,78	176.946,92
Inversões Financeiras	2.500.000,00	2.500.000,00	2.329.950,00	2.329.950,00	2.329.950,00	170.050,00
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTIGÊNCIA	4.709.236,00	4.709.236,00	-	-	-	4.709.236,00
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	11.771.668,00	12.007.890,00	5.446.413,64	5.153.999,12	5.074.950,60	6.561.476,36
AMORTIZ. DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	11.771.668,00	12.007.890,00	5.446.413,64	5.153.999,12	5.074.950,60	6.561.476,36
TOTAL	11.771.668,00	12.007.890,00	5.446.413,64	5.153.999,12	5.074.950,60	6.561.476,36

BALANÇO FINANCEIRO		
INGRESSOS	31/12/2019	31/12/2018
Receitas Orçamentárias	10.216.825,73	8.812.325,31
Ordinárias	-	-
Vinculadas	10.217.782,37	8.812.760,24
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-956,64	-434,93
Transferências Financeiras Recebidas	2.615.044,07	2.677.560,76
Resultantes da Execução Orçamentária	1.509.236,74	1.507.996,56
Independentes da Exec Orçamentária	1.105.807,33	1.169.564,20
Recebimentos Extraorçamentários	437.742,79	256.568,86
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	79.048,52	104.320,46
Inscr. Restos a Pagar Não Processados	292.414,52	142.248,40
Depósitos Restituíveis e Valor. Vinculados	53.303,79	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	12.975,96	10.000,00
Saldo do Exercício Anterior	88.228.913,81	81.911.379,16
Caixa e Equivalente de Caixa	88.228.913,81	81.911.379,16
TOTAL	101.498.526,40	93.657.834,09
DISPÊNDIOS		
Despesas Orçamentárias	5.446.413,64	4.162.228,57
Ordinárias	1.493.836,28	1.452.265,54
Vinculadas	3.952.577,36	2.709.963,03
Transferências Financeiras Concedidas	1.136.283,29	1.169.564,20
Resultantes da Execução Orçamentária	17.500,00	-
Independentes da Exec Orçamentária	1.118.783,29	1.169.564,20
Pagamentos Extraorçamentários	222.660,51	97.127,51
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	104.320,46	-
Pagamento Restos a Pagar Não Processados	55.796,80	97.127,51
Depósitos Restituíveis e Valor. Vinculados	53.303,79	-
Outros Pagamentos Extraorçamentários	9.239,46	-
Saldo para o Exercício Seguinte	94.693.168,96	88.228.913,81
Caixa e Equivalente de Caixa	94.693.168,96	88.228.913,81
TOTAL	101.498.526,40	93.657.834,09

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	31/12/2019	31/12/2018
INGRESSOS	12.022.426,77	11.151.626,86
Receitas Derivadas e Originárias	9.341.102,95	8.464.066,10
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos Operacionais	2.681.323,82	2.687.560,76
Transferências Financeiras Recebidas	2.615.044,07	2.677.560,76
Resultantes da Execução Orçamentária	1.509.236,74	1.507.996,56
Independentes da Exec Orçamentária	1.105.807,33	1.169.564,20
Recebimentos Extraorçamentários	437.742,79	256.568,86
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	79.048,52	104.320,46
Inscr. Restos a Pagar Não Processados	292.414,52	142.248,40
Depósitos Restituíveis e Valor. Vinculados	53.303,79	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	12.975,96	10.000,00
DESEMBOLSOS	- 5.558.171,62	- 4.834.092,21
Pessoal e Demais Despesas	-2.598.097,13	-2.174.486,89
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-252.268,09	-222.997,56
Outros Desembolsos Operacionais	-1.198.826,54	-1.169.564,20
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-1.508.979,86	-1.267.043,56
INGRESSOS	875.722,78	348.259,21
Alienação de Bens	253.529,52	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	622.193,26	348.259,21
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-2.384.702,64	-1.615.302,77
Aquisição de Ativo Não Circulante	-54.368,78	-139.431,63
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-2.329.950,00	-1.434.000,00
Outros Desembolsos de Investimentos	-383,86	-41.871,14
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	6.464.255,15	6.317.534,65
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	88.228.913,81	81.911.379,16
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	94.693.168,96	88.228.913,81

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

ESPECIFICAÇÃO	Patrimônio Capital Social	Resultados Acumulados	Ajuste Avaliação Patrimonial	Total
Saldo Inicial do Exercício 2018	-	114.075.947,07	-	114.075.947,07
Variação Cambial	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	43.952,40	-	43.952,40
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	11.597.479,04	-	11.597.479,04
TOTAL	-	125.717.378,51	-	125.717.378,51

ESPECIFICAÇÃO	Patrimônio Capital Social	Resultados Acumulados	Ajuste Avaliação Patrimonial	Total
Saldo Inicial do Exercício 2019	-	125.717.378,51	-	125.717.378,51
Variação Cambial	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	6.969.023,49	-	6.969.023,49
TOTAL	-	132.686.402,00	-	132.686.402,00

BALANÇO PATRIMONIAL

Caixa e Equivalentes de Caixa

As disponibilidades da CFIAe são compostas por valores registrados em caixa, e mensurados pelo valor original. Do total apresentado, 99,86% foram aplicados na Conta Única do Tesouro Nacional.

R\$

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2019
Recursos da Conta Única Aplicados	94.569.139,61
Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	124.029,35
TOTAL	94.693.168,96

Créditos a Curto Prazo e Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

R\$

CRÉDITOS A CURTO PRAZO	2019
Empréstimos Concedidos a Receber	1.745.954,31

Financiamentos Concedidos a Receber	2.977.719,46
TOTAL	4.723.673,77
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	2019
Adiantamentos concedidos a Pessoal	806,31
Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo	149.605,83
TOTAL	150.412,14

Empréstimos e Financiamentos Concedidos - R\$ 4.723.673,77.

O valor a receber de R\$ 1.745.954,31, correspondente ao saldo atualizado dos empréstimos, que concedidos sob determinadas condições e com recursos próprios da CFIAe, permitem ao beneficiário ampliar ou reformar a sua moradia ou construí-la em seu próprio terreno.

O valor a receber de R\$ 2.977.719,46, correspondente aos contratos de financiamentos firmados entre a CFIAe e seus mutuários, de acordo com as normas do Sistema Financeiro da Habitação. As condições de reajustes, atualização dos saldos e prazos são as mesmas estabelecidas pelo BNH/CEF.

Demais Créditos e Valores a Curto Prazo – R\$ 150.412,14

O valor de R\$ 806,31, corresponde ao adiantamento de 13º salário relativo a servidor de férias no mês de janeiro de 2020.

O valor de R\$ 149.605,83, refere-se ao registro do direito do rendimento do 3º decêndio, do mês de dezembro/19, de remuneração de aplicações financeiras na Conta Única.

Estoques

Os estoques são compostos por: almoxarifado, terrenos e Imóveis Retomados.

O almoxarifado, compreende valores de materiais de consumo interno da Autarquia, adquiridos via processo licitatório.

Os Terrenos são bens de propriedade da Autarquia, destinados para a construção e venda de imóveis habitacionais.

A CFIAe, possui valores registrados relativos a imóveis retomados, de mutuários inadimplentes, que ocorre por meio de execução judicial, com o bem disponibilizado posteriormente para à venda.

ESTOQUES	31/12/2019	31/12/2018
Almoxarifado	94.705,21	133.050,81
Terrenos	3.077.315,17	2.565.291,17
Fazenda Mato Grosso, Imbariê, D. Caxias – RJ	746.471,41	234.447,41
Av. Areia Branca, Lote 33 A 1, Sta Cruz – RJ	1.365.053,67	1.365.053,67
São Benedito, Munic. S. José dos Campos - SP	965.790,09	965.790,09
Imóveis Retomados	788.593,19	802.210,66
Imbariê, Rua Mané Garrincha, Casa 351, Q 7 L 2	-	24.000,00
Jardim Ipê, Rua H, Casa 53, Q. 07 L 9	187.425,33	187.425,33
Plano PAIH, Rua B Casa 120, Q. 02, L 31	91.866,98	91.866,98
S.J.Campos, Est Dom J. A.Couto Cajuru 3130, Q.3 L 12	69.413,91	69.413,91
V.Campo, R. Carlos S Costa, 55 Apt 506 – RJ	97.711,75	87.329,22
Plano PAIH, R. Terezinha C. G. Batista, C 75, Q.6 L 09	92.967,47	92.967,47
J. Ipê, R. Gardênias, Casa 129, Q. 06, L 09	249.207,75	249.207,75
TOTAL	3.960.613,57	3.500.552,64

Ativo não Circulante**Ativo Realizável a Longo Prazo**

O saldo é composto, em sua maioria, por financiamentos concedidos a receber, empréstimos concedidos a receber e títulos a receber, conforme demonstrado abaixo.

R\$	
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	2019
Empréstimos Concedidos a Receber	2.316.767,43
Financiamentos Concedidos a Receber	15.392.894,46
TOTAL	17.709.661,89
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	2019
Depósito Judiciais Efetuados	199.089,02
Outros Créditos a Receber e Valores a Longo Prazo	11.205.509,98
TOTAL	11.404.599,00
SOMA	29.114.260,89

Empréstimos Concedidos a Receber

O valor a receber de R\$ 2.316.767,43, correspondente ao saldo atualizado de empréstimos, que concedidos sob determinadas condições e com recursos próprios da CFIAe, permitem ao beneficiário ampliar ou reformar a sua moradia ou construí-la em seu próprio terreno.

Financiamentos Concedidos a Receber

O valor a receber de R\$ 15.392.894,46, correspondente aos contratos de financiamentos firmados entre a CFIAe e seus mutuários, de acordo com as normas do Sistema Financeiro da Habitação. As condições de reajustes, atualização dos saldos e prazos são as mesmas estabelecidas pelo BNH/CEF.

Depósitos Judiciais Efetuados

O depósito vinculado de R\$ 195.306,02, refere-se à suspensão de exigibilidade de IPTU/TLP dos terrenos de Ceilândia, pertencentes à CFIAe.

O valor de R\$ 3.783,00, refere-se a depósito de honorários periciais, conforme determinação da Justiça Federal de Primeiro Grau de Minas Gerais.

Outros Créditos a Receber e Valores a Longo Prazo

O valor de R\$ 11.205.509,98 Corresponde aos créditos de títulos a receber do FCVS - Fundo de Compensação de Variação Salarial, que é administrado pela Caixa Econômica Federal, relativos aos saldos devedores dos financiamentos habitacionais, existentes no encerramento do prazo dos contratos firmados com mutuários, de acordo com as normas do SFH - Sistema Financeiro da Habitação.

Imobilizado

Quanto a avaliação e mensuração de ativos e passivos, e à depreciação dos itens do ativo permanente, a CFIAe adotou os critérios estabelecidos pelas NBC T 16.9 e 16.10.

A vida útil econômica dos itens do ativo permanente, especificamente dos bens móveis, foi estabelecida com base na tabela constante da Macrofunção 02.03.30 – Reavaliação, Redução a

Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, suas Autarquias e Fundações do Manual SIAFI, para cada grupo contábil da conta de Bens Móveis – 1.2.3.1.0.00.00.

IMOBILIZADO			
CONTA	BENS MÓVEIS	31/12/19	31/12/18
12311.01.01	Aparelhos de Medição	1.447,74	1.447,74
12311.01.02	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	7.961,61	8.791,20
12311.01.05	Equipamento de Proteção, Segurança e Socorro	167,52	167,52
12311.01.07	Máquinas e Equipamentos Energéticos	11.231,60	11.250,47
12311.01.08	Máquinas e Equipamentos Gráficos	2.076,03	2.076,03
12311.01.09	Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina	6,79	6,79
12311.01.24	Máquinas e Equipamentos Eletro-Eletrônicos	1.079,90	-
12311.01.25	Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	53,57	53,57
12311.02.01	Equip. de Tecnologia da Inform. e Comunicação	487.916,98	471.204,03
12311.03.01	Aparelhos e Utensílios Domésticos	69.484,61	71.997,68
12311.03.02	Máquinas e Utensílios de Escritório	1.174,87	1.001,97
12311.03.03	Mobiliário em Geral	178.773,51	156.335,30
12311.04.05	Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto	9.773,97	5.673,57
12311.99.09	Bens Móveis em Trânsito	600,00	600,00
12311.99.10	Material de Uso Duradouro	5.969,49	6.503,02
123110000	Bens Móveis	777.718,19	737.108,89
123810100	Depreciações, Amortiz. e Exaustões - Acumulados	373.727,78	284.461,46
123000000	SALDO DO IMOBILIZADO	403.990,41	452.647,43

Passivo

PASSIVO	2019	2018
Passivo Circulante		
Obrig. Trabalh., Prev e Assist. a Pagar C.P.	76.208,21	101.837,29
Pessoal a Pagar	76.208,21	101.837,29
Demais Obrigações a Curto Prazo	126.927,93	2.483,17
Demais Obrig a C. P. - Consignação	2.840,31	2.483,17
Demais Obrig a C. P. - Precatórios	124.087,62	-
Total do Passivo Circulante	203.136,14	104.320,46
Passivo Não Circulante		
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	156.581,60	151.773,62
Total do Passivo Não Circulante	156.581,60	151.773,62
Total do Passivo Exigível	359.717,74	256.094,08

Obrigações Trabalhistas, Previd. e Assist. a Pagar

O saldo de R\$ 76.208,21 refere-se à folha de pagamento de pessoal a pagar do mês de novembro/19.

Demais Obrigações a Curto Prazo

O saldo de R\$ 2.840,31 é relativo às consignações da folha de pagamento de pessoal do mês de novembro/19.

O saldo de R\$ 124.087,62 refere-se a registro de precatório, conforme Nota Técnica SPO/CJF N° 001/2009, T2-ADM-2019/00043, 2019NS001772/SIAFI.

Passivo não Financeiro**Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo**

O saldo de R\$ 156.581,60 corresponde à dívida de empréstimos obtidos junto a Caixa Econômica Federal, com a finalidade de construir unidades habitacionais. O saldo remanescente é atualizado mensalmente, de acordo com as normas do Sistema Financeiro da Habitação. A CFIAe aguarda a liberação do FCVS - Fundo de Compensação de Variação Salarial para quitação do saldo com encontro de contas.

Demonstração das Variações Patrimoniais

As variações patrimoniais aumentativas mais expressivas, ocorridas no Exercício de 2019, foram as provenientes de rendimentos das aplicações financeiras, receita de juros oriundas das operações de empréstimos e financiamentos imobiliários, e atualização monetária do saldo devedor das carteiras e atualização monetária dos títulos a receber do FCVS - Fundo de Compensação de Variação Salarial.

Na análise do Balanço Patrimonial da CFIAe, em 31/12/19, no tocante ao Ativo Financeiro de R\$ 94.693.168,96 em comparação com o Passivo Financeiro de R\$ 203.136,14, verifica-se um Superávit financeiro acumulado de R\$ 94.490.032,82.

Comparando o Ativo Não Financeiro de R\$ 38.352.950,78 com o Passivo Não Financeiro de R\$ 156.581,60, verifica-se um resultado positivo de R\$ 38.196.369,18, caracterizando uma situação econômico-financeira favorável no longo prazo.

A CFIAe apresenta um Patrimônio Líquido superavitário, totalizando R\$ 132.686.402,00.

Local	Rio de Janeiro	Data	12/03/2020
Contador Responsável			
	Roberto Hilário Pereira	CRC n°	RJ-085420/0-9

9 RELATÓRIOS, PARECERES E DECLARAÇÕES

9.1. Rol de Responsáveis

O Rol de Responsáveis, segundo o art. 3º, Parágrafo 1º, da DN nº 161/2017, foi inserido no Sistema e-Contas, conforme instrução.

9.2. Parecer ou Relatório da Unidade de Auditoria Interna

Conforme organograma do item 1.5 do presente Relatório, consta na estrutura da CFIAe uma Auditoria Interna, cujas as atribuições estão descritas no Regimento Interno da Autarquia. A atuação da Auditoria Interna, no exercício, está descrita no item 2.2.3 deste Relatório.

9.3. Relatório de Auditoria Independente

Em decorrência do encerramento em 31 de janeiro de 2018 de todos os contratos com contribuição ao FCVS, não foram realizados recolhimentos de contribuições ao Fundo de Compensação das Variações Salariais – FCVS no exercício de 2019. Assim sendo, não houve a necessidade de se contratar o serviço de auditoria independente.

9.4. Declarações – Responsáveis

9.4.1. Declaração de Integridade e Completude dos Registros de Atos

9.4.1.1 Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões (SISAC)

O controle dos atos de admissão e concessões na Autarquia, para efeito de registro no SISAC, é feito pela Seção de Recursos Humanos, através de cotejamento mensal na folha de pagamento da Organização. Após esse cotejamento, a folha segue para a Assessoria de Controle Interno da CFIAe para a certificação dos dados.



Yeda Lúcia L. Jackson
Gestora de RH

Quadro A.9.4.1 - Declaração sobre a Integridade e Completude dos Registros de Atos no SISAC

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todos os atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, reforma e pensão relativos ao pessoal da CFIAe estão devidamente registrados no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões – SISAC para fins de registro junto ao Tribunal de Contas da União, conforme determina o inciso III do art. 71 da Constituição Federal e art. 2º da Instrução Normativa TCU nº 55/2007.

Rio de Janeiro, 12 de março de 2020.

Yeda Lúcia Lima Jackson

598.349.607-78

Chefe da Seção de Recursos Humanos

9.4.2. Declaração de Cumprimento da Disposição da Lei nº 8.730/93 quanto à entrega das Declarações de Bens e Rendas

A coleta das DBR dos servidores obrigados a disponibilizá-la é feita no início do mês de maio, logo após expirado o prazo estipulado pela Secretaria da Receita Federal, para entrega das Declarações de Bens e Rendas. Após a entrega, os registros da apresentação das DBR são publicados em Boletim Interno e, em seguida, guardados em cofre da Assessoria de Controle Interno.

Quadro A.9.4.2 - Declaração do Responsável pelo Gerenciamento da Entrega das DBR dos Servidores

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todos os servidores da CFIAe obrigados pela Lei 8.730/1993 disponibilizaram suas declarações de bens rendas junto a Seção de Recursos Humanos para fins de avaliação da evolução patrimonial e outras providências cabíveis a cargo dos órgãos de controle.

Rio de Janeiro, 12 de março de 2020.

Yeda Lúcia Lima Jackson

598.349.607-78

Chefe da Seção de Recursos Humanos

9.4.3. Declaração de Integridade dos Registros das Informações no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento



Ilda da S. L. Rodrigues
Gestora de Finanças

Quadro A.9.4.3– Declaração de Integridade das Informações do Orçamento Federal Anual no SIOP

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações sobre a execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual, exigidas no Módulo de Acompanhamento Orçamentário do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP, cuja responsabilidade pela coleta e atualização no referido Sistema são de responsabilidade desta Autarquia, estão devidamente atualizados no SIOP conforme as orientações do Ministério da Economia.

Rio de Janeiro, 12 de março de 2020.

Ilda da Silva Lemos Rodrigues

722.255.057-72

Chefe da Divisão de Finanças

9.4.4. Declaração sobre a Conformidade Contábil dos Atos e Fatos da Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial

A análise diária do Relatório “Conformidade de Registro de Gestão”, no qual constam todos os registros, é realizada por servidor da Assessoria de Controle Interno da CFIAe, conforme Rol de Responsáveis no SIAFI, dentro do prazo previsto na legislação.

A conformidade contábil no âmbito da CFIAe é realizada pelo Contador com a análise da legalidade, legitimidade, conforme legislação aplicável, cuja declaração consta do item 9.4.5.1.

No exercício de 2019 não houve nenhuma ocorrência, alertas ou ressalvas quanto aos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Autarquia.

9.4.5. Declaração do Contador sobre a Fidedignidade dos Registros Contábeis -SIAFI

9.4.5.1 Declaração Plena



Roberto Hilário Pereira
Contador

Quadro A.9.4.5.1 - Declaração do Contador Afirmativa da Fidedignidade das Demonstrações Contábeis

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
CAIXA DE FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO DA AERONÁUTICA			123001
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido), regidos pela Lei nº 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBCT 16.6 aprovada pela Resolução CFC Nº 1.133/2008, relativas ao exercício de 2019, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	RIO DE JANEIRO	Data	12 MAR 2020
Contador Responsável	ROBERTO HILÁRIO PEREIRA	CRC nº	085420/O-9 RJ

9.5 Órgão de Correição

As informações sobre as atividades de Correição constam do item 2.2.4 do presente Relatório.

9.6 Rol dos Responsáveis

Unidade Gestora:	CAIXA DE FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO DA AERONÁUTICA		
Gestão:	123001		
Natureza da Responsabilidade:	Presidente da Autarquia- Dirigente Máximo		
Agente:	ElcioPicchi	CPF:	715.608.408-97
Endereço (Residencial):	Rua Grão de Areia, 281, apto 302 – Jardim Guanabara		

Município:	Rio de Janeiro				
CEP:	21941-080	UF:	RJ	Telefone:	(021) 99999-2190
E-mail:	epicchi@terra.com.br			Fax:	(021) 2262-8864
Cargo ou Função:	Presidente da CFIAe				
Designação:	Data:	17/12/2018	Exoneração:	Data:	-
	Documento:	DOU n°242		Documento:	-
Efetiva Gestão no Período:	Data de Início:			01/01/2019	
	Data de Término:			31/12/2019	
Natureza da Responsabilidade: Diretor Executivo da Autarquia – Segundo nível de Direção					
Agente:	Antonio Ricardo Pinheiro Vieira			CPF:	017.062.598-24
Endereço (Residencial):	Av. Lucio Costa, n° 3360				
Município:	Rio de Janeiro				
CEP:	20630.011-010	UF:	RJ	Telefone:	(21) 3253-8238
E-mail:	vieiraarpv@fab.mil.br			Fax:	-
Cargo ou Função:	Diretor Executivo da Autarquia				
Designação:	Data:	10/01/2019	Exoneração:	Data:	-
	Documento:	DOU n° 7-A		Documento:	-
Efetiva Gestão no Período:	Data de Início:			16/01/2019	
	Data de Término:			31/12/2019	
Natureza da Responsabilidade: Diretor Técnico da Autarquia – Segundo nível de Direção					
Agente:	Manoel Andrade Rebelo			CPF:	095.538.517-20
Endereço (Residencial):	Rua Professor Gastão Bahiana, 496, apto 106 – Bairro: Copacabana				
Município:	Rio de Janeiro				
CEP:	22071-030	UF:	RJ	Telefone:	(021) 2522-7399
E-mail:	dt.cfiae@fab.mil.br erebelomar@fab.mil.br			Fax:	(021) 2240-3270
Cargo ou Função:	Diretor Técnico da Autarquia				
Designação:	Data:	25/08/2005	Exoneração:	Data:	-
	Documento:	DOU n° 164		Documento:	-
Efetiva Gestão no Período:	Data de Início:			01/01/2019	
	Data de Término:			31/12/2019	

Rio de Janeiro, 26 de março de 2020.

ELCIO PICCHI
Presidente da CFIAe